

STJ00091071 - V. 7 ÍNDICE

EDIÇÕES ESPECIAIS

REVISTA DOS TRIBUNAIS

100 anos



DOUTRINAS ESSENCIAIS

DIREITO PENAL
ECONÔMICO
E DA EMPRESA

Volume VII

ÍNDICES

LUIZ REGIS PRADO

RENÉ ARIEL DOTTI

Organizadores

ÍNDICE GERAL

VOLUME I

CAPÍTULO 1 TEORIA DA LEI E DOGMÁTICA PENAL

	Vol. - Pág.
1. Acción, norma, injusto y delito imprudente ALICIA GIL GIL.....	I - 25
2. A dogmática jurídico-penal em questão: possibilidades e limites no século XXI CLÁUDIO ALBERTO GABRIEL GUIMARÃES	I - 55
3. Sobre lo injusto del delito imprudente HANS JOACHIM HIRSCH.....	I - 83
4. El derecho penal ante la globalización y la integración supranacional JESÚS-MARÍA SILVA SÁNCHEZ.....	I - 109
5. Reflexiones críticas sobre algunas manifestaciones de la moderna tendencia a incrementar el rigor en la exigencia de responsabilidad criminal JOSÉ CEREZO MIR.....	I - 129
6. Alguns aspectos da estrutura dos crimes omissivos JUAREZ TAVARES.....	I - 141
7. Argumento analógico em matéria penal LUIZ REGIS PRADO	I - 185
8. Algumas notas sobre a omissão punível LUIZ REGIS PRADO	I - 195
9. Norma penal como norma de conduta LUIZ REGIS PRADO	I - 227
10. A imputação objetiva no direito penal brasileiro LUIZ REGIS PRADO E ÉRIKA MENDES DE CARVALHO	I - 253

11. A inconstitucionalidade de normas específicas do concurso de pessoas na legislação penal especial econômica	MARCOS DANIEL VELTRINI TICIANELLI	I - 289
12. Razão e subjetividade no direito penal	MIGUEL REALE JÚNIOR.....	I - 303
13. Simplificação processual e desprezo ao direito penal	MIGUEL REALE JÚNIOR.....	I - 331
14. Notas históricas sobre a teoria do delito no Brasil	NILO BATISTA	I - 357

CAPÍTULO 2

DIREITO PENAL ECONÔMICO E DA EMPRESA:
PROBLEMAS FUNDAMENTAIS

15. Legitimidade constitucional do direito penal econômico: uma crítica aos tipos penais abertos	ANDRÉ LUÍS CALLEGARI	I - 383
16. Aspectos penales de la deuda externa latinoamericana	BARBARA KUNICKA-MICHALSKA.....	I - 401
17. Contexto e conceito para o direito penal econômico	CELSE EDUARDO FARIA CORACINI.....	I - 411
18. Algumas considerações sobre os crimes de perigo e o direito penal econômico	CLAUDIA CRISTINA BARRILARI	I - 439
19. As variáveis socioeconômicas como pressupostos para a efetiva criminalização no sistema penal brasileiro	CLAUDIO ALBERTO GABRIEL GUIMARÃES E DAVI URUÇU REGO.....	I - 455
20. Funções dogmáticas e legitimidade dos tipos penais na sociedade do risco	CLÁUDIO ALBERTO GABRIEL GUIMARÃES E DAVI URUÇU REGO.....	I - 477
21. Riscos da atividade empresarial no âmbito penal	JOAQUIM SIMÕES BARBOSA.....	I - 501

22. Consideraciones sobre el derecho penal economico y especial en la sociedad democratica contemporanea	
JORGE VÁZQUES ROSSI.....	I - 525
23. Histórico da criminalidade econômica	
JOYCE ROYSEN	I - 541
24. A globalização e os problemas de segurança pública	
JUAREZ TAVARES.....	I - 567
25. Caráter simbólico da intervenção penal na ordem econômica	
LEONARDO SICA.....	I - 585
26. Globalização econômica e direito penal	
LUIS GRACIA MARTÍN	I - 605
27. A impunidade da macrodelinquência econômica desde a perspectiva criminológica da teoria da aprendizagem	
LUIZ FLÁVIO GOMES	I - 627
28. Despenalização no direito penal econômico	
MIGUEL REALE JÚNIOR.....	I - 647
29. Macrocriminalidad económica - Apuntes para una aproximación metodológica	
RAÚL CERVINI	I - 667
30. Algumas reflexões sobre o “direito penal dos negócios”	
RENÉ ARIEL DOTTI	I - 707
31. A criminalidade na sociedade pós-moderna	
SHEILLA MARIA DA GRAÇA COITINHO DAS NEVES	I - 727
32. Globalização e direito penal brasileiro	
TADEU A. DIX SILVA.....	I - 753
33. A globalização e as transformações no direito penal	
TATIANA VIGGIANI BICUDO	I - 775

34. O controle penal no capitalismo globalizado	
VERA REGINA PEREIRA DE ANDRADE	I - 793
35. Algumas questões em torno do novo Direito Penal Econômico	
WILLIAM TERRA DE OLIVEIRA	I - 811
36. La dépénalisation de la vie des affaires et le droit financier	
YANN PACLOT	I - 825

CAPÍTULO 3

RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA

37. Aplicação da criminologia na justiça penal - A criminalização da pessoa jurídica	
AUGUSTO THOMPSON	I - 833
38. Responsabilidade penal das corporações: lições dos sistemas jurídicos anglo-americanos	
DANIELA HOLLER BRANCO	I - 847
39. Culpabilidade e responsabilidade penal da pessoa jurídica	
DAVI DE PAIVA COSTA TANGERINO	I - 877
40. La categoria responsabilidad social en la responsabilidad penal de las personas juridicas	
DAVID BAIGÚN	I - 901
41. Direito penal de risco e responsabilidade penal das pessoas jurídicas: a propósito da orientação jurisprudencial do STJ	
ÉRIKA MENDES DE CARVALHO E GISELE MENDES DE CARVALHO	I - 939
42. Reminiscências da responsabilidade penal da pessoa jurídica e sua efetividade	
FÁBIO GUEDES DE PAULA MACHADO	I - 963
43. Responsabilidade penal das pessoas jurídicas	
IVAN LUÍS MARQUES DA SILVA	I - 989

44. Controle e reação social em relação à empresa no novo projeto de nova parte especial do Código Penal brasileiro	
JOÃO MARCELLO DE ARAÚJO JUNIOR	I - 1025
45. Responsabilidade penal da pessoa jurídica	
LÍDIA MARIA LOPES RODRIGUES RIBAS.....	I - 1035
46. Responsabilidade penal da pessoa jurídica na Lei 9.605/1998	
LUÍS PAULO SIRVINSKAS	I - 1051
47. Responsabilidade penal das pessoas jurídicas	
RAFAEL MAFEI RABELO QUEIROZ.....	I - 1069
48. A incapacidade criminal da pessoa jurídica - (Uma perspectiva do direito brasileiro)	
RENÉ ARIEL DOTTI	I - 1093
49. A pessoa jurídica como sujeito passivo do crime de difamação	
RENÉ ARIEL DOTTI E ALEXANDRE KNOPFHOLZ	I - 1127
50. Considerações sobre a responsabilidade criminal das pessoas jurídicas	
RODRIGO IENNAO DE MORAES	I - 1149
51. A responsabilidade penal da pessoa jurídica	
ROQUE DE BRITO ALVES.....	I - 1185
52. Responsabilidade penal da pessoa jurídica	
SIDNEI A. BENETI	I - 1199

CAPÍTULO 4

BEM JURÍDICO PENAL, ECONÔMICO E DA EMPRESA

53. Bem jurídico penal: algumas compreensões, breves reflexões	
DAVI CASTRO SILVA.....	I - 1209
54. Valores de la acción y bienes jurídicos - Algunas observaciones a la interpretación mayoritaria de la función ético-social del derecho penal en Welzel	
MARIANO MELENDO PARDOS.....	I - 1229

VOLUME II

CAPÍTULO 1

DIREITO PENAL ECONÔMICO:
PROBLEMAS FUNDAMENTAIS

1. Notas sobre a mídia nos crimes de colarinho branco e o Judiciário
ALBERTO ZACHARIAS TORON II - 25
2. A sanção de perda de bens no direito penal econômico
ANDRÉ DE ALMEIDA PANZERI II - 43
3. Nova hermenêutica para os crimes de colarinho-branco
ARTUR CÉSAR DE SOUZA II - 81
4. Principios politico criminales que inspiran el tratamiento de los delitos contra el orden socioeconómico en el proyecto de código penal español de 1994
FRANCISCO MUÑOZ CONDE II - 93
5. Direito penal secundário, inflação legislativa e *white-collar crimes*
GUILHERME GOUVÊA DE FIGUEIREDO II - 111
6. Tipicidade no direito penal econômico
HELOISA ESTELLITA SALOMÃO II - 153
7. Formas de abuso de poder econômico
JOSÉ ALEXANDRE TAVARES GUERREIRO II - 175
8. De Clausewitz a Enron: la guerra como prolongación del mercado por otros medios y nuevas perspectivas de derecho penal internacional corporativo ex Cargo I de Nuremberg
MIGUEL ÁNGEL RODRÍGUEZ ARIAS II - 191
9. Crime econômico por meio da empresa. Relevância da omissão causal
PAULO SALVADOR FRONTINI II - 217
10. Derecho penal económico - Concepto y bien jurídico
RAÚL CERVINI II - 229
11. Reflexões sobre o delito econômico e a sua delimitação
RODRIGO SÁNCHEZ RIOS II - 261

12. Abuso do poder econômico e sua repressão	
RUI STOCO	II – 283

CAPÍTULO 2

ORDEM ECONÔMICA

13. A utilização (distorcida) dos delitos de colarinho branco nos paradigmas antiempíricos	
ALFONSO SERRANO MAÍLLO	II – 319
14. Considerações a respeito da aplicação da multa prevista no art. 23, § 2.º da Lei 4.131/1962	
ARNOLDO WALD	II – 357
15. Crimes económicos e mercados financeiros	
FREDERICO DE LACERDA DA COSTA PINTO	II – 363
16. Notas ao crime de uso indevido de informação privilegiada	
JOSÉ LEITE FILHO	II – 403
17. O crime de colarinho branco: aplicação e eficácia da pena privativa de liberdade	
LUCIANA RODRIGUES KREMPEL	II – 437
18. A estrutura material dos delitos de gestão fraudulenta e temerária de instituição financeira	
LUCIANO FELDENS E THIAGO ZUCCHETTI CARRION	II – 465
19. O crime de colarinho branco	
MANOEL PEDRO PIMENTEL	II – 495
20. Crimes de abuso de poder econômico	
MARCOS JURUENA VILLELA SOUTO	II – 511
21. Crime organizado e crime econômico	
MIGUEL REALE JÚNIOR	II – 531
22. El bien juridico en los delitos económicos	
RAUL PEÑA CABRERA	II – 545
23. Evasão de divisas?	
RICARDO PIERI NUNES	II – 565

24. Os crimes contra a ordem econômica e os Juizados Especiais	
RUI STOCO	II - 603

CAPÍTULO 3

ECONOMIA POPULAR E USURA

25. Crime contra a economia popular	
BASILEU GARCIA	II - 611
26. Crime. <i>Habeas Corpus</i> . Crime contra a Economia Popular	
CARLOS MAXIMILIANO	II - 619
27. Repressão às infrações contra a ordem econômica	
CELSO RIBEIRO BASTOS	II - 635
28. Direito penal econômico e o bem jurídico protegido através do crime de evasão de divisas	
DOUGLAS BONALDI MARANHÃO	II - 641
29. Crime contra a ordem econômica	
FÁBIO KONDER COMPARATO	II - 667
30. Gestão temerária, evasão de divisas e aporias	
FLAVIO ANTÔNIO DA CRUZ	II - 679
31. Júri de economia popular	
JOSE RAIMUNDO GOMES DA CRUZ	II - 725
32. Crimes contra economia popular	
LUIZ ALBERTO MACHADO	II - 733
33. A responsabilidade da lei de prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica	
LUIZ FABIÃO GUASQUE	II - 737
34. A criminalização do <i>insider trading</i> no Brasil e seu contributo para o direito penal econômico	
LUIZ FRANCISCO TORQUATO AVOLIO	II - 749
35. Aspectos novos da Lei de Economia Popular	
MANOEL PEDRO PIMENTEL	II - 779

36. A repressão penal da usura	
NOÉ AZEVEDO.....	II – 795
37. Crime. <i>Habeas corpus</i> . Crime contra a economia popular	
OCTAVIO KELLY.....	II – 811
38. Aspectos do crime de usura	
OSCAR STEVENSON	II – 823

CAPÍTULO 4

CONCORRÊNCIA DESLEAL E ANTITRUSTE

39. Concorrência desleal e registro de marca de indústria e comércio	
E. MAGALHÃES NORONHA	II – 851
40. Os fundamentos da tutela penal antitruste	
GONÇALO FARIAS DE OLIVEIRA JUNIOR	II – 857
41. O objeto de tutela penal no delito de <i>insider trading</i>	
GUILHERME BRENNER LUCCHESI	II – 907
42. A concorrência desleal na América Latina e em outros países	
JOSÉ CARLOS TINOCO SOARES.....	II – 933
43. Crimes de concorrência desleal	
JOSÉ HENRIQUE PIERANGELI.....	II – 975
44. Introdução ao direito de concorrência	
JOSÉ INÁCIO GONZAGA FRANCESCHINI	II – 1017
45. Concorrência desleal e interesse difuso no direito brasileiro	
MIGUEL REALE JÚNIOR.....	II – 1067
46. Desvio de clientela e violação de segredo	
MIGUEL REALE JÚNIOR	II – 1081
47. Cartel e quadrilha ou bando: <i>bis in idem</i>	
MIGUEL REALE JÚNIOR.....	II – 1095
48. Acordo de leniência	
PAOLO ZUPO MAZZUCATO.....	II – 1111

VOLUME III

CAPÍTULO 1

AMBIENTE

1. Sobre a tipificação da poluição em face do princípio da legalidade	ALESSANDRA RAPASSI MASCARENHAS PRADO	III - 25
2. Poluição hídrica: aspectos fundamentais da tutela jurídico-penal no Brasil	BRUNA AZEVEDO DE CASTRO	III - 59
3. Poluição do ar e direito penal	CELSE DELMANTO.....	III - 95
4. Necessidade de pena e punibilidade: breves considerações sobre suas implicações no trato do bem jurídico ambiente	CLÁUDIO RIBEIRO LOPES	III - 105
5. Sanção penal e pessoa jurídica na lei dos crimes ambientais brasileira: algumas considerações	DENISE HAMMERSCHMIDT	III - 115
6. A nova tutela penal do ambiente	ÉDIS MILARÉ	III - 147
7. Direito ambiental penal reparador: composição e reparação do dano ao ambiente	ELADIO LECEY.....	III - 213
8. O bem jurídico protegido nos delitos florestais	ÉRIKA MENDES DE CARVALHO	III - 231
9. Responsabilidade penal da pessoa jurídica: a Lei 9.605, de 13.02.1998 e os princípios constitucionais penais	FERNANDO QUADROS DA SILVA.....	III - 249
10. Princípio da insignificância e os crimes ambientais	IVAN LUIZ DA SILVA.....	III - 291
11. Agressões à natureza e proteção dos interesses difusos	JOSÉ HENRIQUE PIERANGELLI.....	III - 309

12. Manifestações da crise do Estado Social no simbolismo da proteção ambiental	
LEIRE ESCAJEDO SAN EPIFANIO	III – 327
13. Algumas considerações sobre a crueldade contra os animais na Lei 9.605/1998	
LUCIANA CAETANO DA SILVA E GILCIANE ALLEN BARETTA.....	III – 343
14. Crimes de pesca no direito brasileiro: aspectos fundamentais da proteção penal de peixes, crustáceos e moluscos	
LUÍS ROBERTO GOMES	III – 359
15. A proteção penal do ambiente no direito francês	
M. J. LITTMANN-MARTIN.....	III – 409
16. Meio ambiente e Direito Penal brasileiro	
MIGUEL REALE JÚNIOR.....	III – 425
17. Por um Código ecológico	
NESTOR JOSÉ FORSTER	III – 445
18. Apontamentos sobre a repressão legal da poluição	
PAULO AFFONSO LEME MACHADO.....	III – 467
19. A graduação da magnitude do injusto e da culpabilidade na tutela jurídico-penal do ambiente	
PATRÍCIA CARRARO ROSSETTO	III – 481
20. Meio ambiente e proteção penal	
RENÉ ARIEL DOTTI	III – 515
21. Os atentados ao meio ambiente: responsabilidade e sanções penais	
RENÉ ARIEL DOTTI	III – 537
22. Agrotóxicos e sistema penal brasileiro	
TALITA DA FONSECA ARRUDA.....	III – 571

CAPÍTULO 2

ORDENAÇÃO DO TERRITÓRIO E PATRIMÔNIO CULTURAL

23. A evolução da proteção do patrimônio cultural	
JOSÉ EDUARDO RAMOS RODRIGUES	III – 625

24. Acerca da autonomia da ordenação do território enquanto bem jurídico-penal LUIZ REGIS PRADO E BRUNA AZEVEDO DE CASTRO.....	III - 653
25. Crimes contra o patrimônio cultural LUIZ REGIS PRADO, ÉRIKA MENDES DE CARVALHO E PRISCILA KUTNE ARMELIN.....	III - 683
26. Alguns aspectos sobre a tutela penal da ordenação do território MÁRIO COIMBRA, NELSON R. BUGALHO E GILSON SIDNEY AMANCIO DE SOUZA.....	III - 709
27. Fundamentos de la punición de los delitos urbanísticos en el derecho penal español MIGUEL ÁNGEL BOLDOVA PASAMAR.....	III - 731

CAPÍTULO 3 RELAÇÕES DE CONSUMO

28. A responsabilidade penal da pessoa jurídica e a relação da Lei dos Crimes Ambientais com o novo Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor ANTONIO BAPTISTA GONÇALVES	III - 771
29. O direito penal do consumidor: capítulo do direito penal econômico ANTÔNIO HERMAN V. BENJAMIN.....	III - 795
30. Direito penal do consumidor e Constituição Federal brasileira EDUARDO REALE FERRARI	III - 823
31. Uma análise do delito de publicidade enganosa e abusiva (art. 67 da Lei 8.078/1990) MARCOS DANIEL VELTRINI TICIANELLI	III - 847
32. A responsabilidade das empresas nas relações de consumo MARIA STELLA GREGORI	III - 873
33. Defesa do consumidor: atividade do Ministério Público PAULO BROSSARD	III - 885

34. A tutela penal das relações de consumo e o art. 278 do CP
SEBÁSTIAN BORGES DE ALBUQUERQUE MELLO III – 899

CAPÍTULO 4 PATRIMÔNIO GENÉTICO E SAÚDE PÚBLICA

35. A biotecnologia no direito penal moderno: luzes e sombras
AMELIA MARTÍN URANGA..... III – 917
36. Os crimes contra o ambiente no Código Penal português revisto
ANABELA MIRANDA RODRIGUES..... III – 935
37. Manipulação genética de células-tronco
ANTONIO BAPTISTA GONÇALVES III – 953
38. O tratamento jurídico-penal das fraudes alimentares no direito brasileiro
CARLA LILIANE WALDOW ESQUIVEL..... III – 971
39. A clonagem humana: pressupostos para uma intervenção jurídico-penal
CARLOS MARIA ROMEO CASABONA..... III – 997
40. Delitos de biossegurança na legislação penal brasileira (Lei 11.105/2005)
DENISE HAMMERSCHMIDT..... III – 1043
41. Tutela penal do patrimônio genético
FERNANDO A. N. GALVÃO DA ROCHA E
MARCELO DIAS VARELLA..... III – 1075
42. A Lei de Biossegurança (Lei 11.105/2005) e os novos crimes contra o patrimônio genético humano
GISELE MENDES DE CARVALHO E ÉRIKA MENDES
DE CARVALHO III – 1103
43. Biossegurança e Direito Penal
LUIZ REGIS PRADO..... III – 1139
44. Clonagem: concretização do direito a sobreviver?
MARIA AUXILIADORA MINAHIM III – 1165

45. Novas considerações quanto à proteção penal da saúde pública
RENATO DE MELLO JORGE SILVEIRA III - 1185
46. O conteúdo do bem jurídico nos crimes contra a saúde pública, especialmente em matéria de fraude alimentar
ROBERVANI PIERIN DO PRADO E CARLA LILIANE
WALDOW ESQUIVEL III - 1195
47. Transfusão de sangue em pacientes testemunhas de Jeová: religião, ética e discurso jurídico-penal
RODRIGO IENNACO DE MORAES E RODRIGO
ESTEVES SANTOS PIRES III - 1211

VOLUME IV

CAPÍTULO 1

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

48. Aspectos penais das licitações e contratos administrativos
CARLOS ROBERTO M. PELLEGRINO IV - 25
49. Mecanismos penais para controle dos crimes contra a Administração Pública e do abuso do poder econômico no direito brasileiro
EDMUNDO OLIVEIRA IV - 33
50. O espaço jurídico-criminal dos Tribunais de Contas
JOÃO MARCELO DE ARAÚJO JR. IV - 49
51. A falsificação da moeda única europeia (Euro)
JOHN VERVAELE IV - 63
52. Princípio da insignificância e sua aplicabilidade no delito de contrabando e descaminho
JULIO DALTON RIBEIRO IV - 99
53. Requisitos típicos do delito de prevaricação e o princípio do livre convencimento
MÁRIO SÉRGIO LEITE IV - 129

54. A exigência do exaurimento da via administrativa nos crimes de descaminho
 RENÉ ARIEL DOTTI E GUSTAVO BRITTA
 SCANDELARI..... IV – 145

CAPÍTULO 2

CORRUPÇÃO E LAVAGEM DE DINHEIRO

55. La política criminal internacional contra la corrupción
 ANA ISABEL PÉREZ CEPEDA E CARMEN DEMELSA
 BENITO SÁNCHEZ..... IV – 187
56. Problemas pontuais da Lei de Lavagem de Dinheiro
 ANDRÉ LUÍS CALLEGARI IV – 237
57. Da competência nos delitos de lavagem de dinheiro
 ÂNGELO ROBERTO ILHA DA SILVA..... IV – 259
58. Corrupção: aspectos processuais
 ANTONIO SCARANCE FERNANDES E TIAGO
 CINTRA ESSADO IV – 265
59. Instrumentos internacionais no combate à corrupção
 BEATRIZ CORRÊA CAMARGO..... IV – 285
60. A corrupção em uma perspectiva internacional
 CARLOS EDUARDO ADRIANO JAPIASSÚ IV – 321
61. Algunas observaciones sobre el blanqueo imprudente de capitales
 EDUARDO A. FABIÁN CAPARRÓS IV – 345
62. Princípio da intervenção mínima e lavagem de capitais
 FLÁVIO CARDOSO PEREIRA..... IV – 375
63. Sobre la corrupción entre particulares convenios internacionales y derecho comparado
 IGNACIO BERDUGO GÓMEZ DE LA TORRE E
 GIORGIO D. M. CERINA..... IV – 397
64. Corrupción y derecho penal: nuevos perfiles, nuevas respuestas
 IGNACIO BERDUGO GÓMEZ DE LA TORRE E
 EDUARDO A. FABIÁN CAPARRÓS IV – 453

65. La “emancipación” del delito de blanqueo de capitales en el derecho penal español
 IGNACIO BERDUGO GÓMEZ DE LA TORRE E
 EDUARDO A. FABIÁN CAPARRÓS IV - 479
66. A nova Lei de “Lavagem de Dinheiro” e sua constitucionalidade
 JAIRO SADDI IV - 503
67. Algumas notas sobre a lavagem de ativos
 JANICE AGOSTINHO BARRETO ASCARI IV - 511
68. O branqueamento de capitais em Portugal
 JOÃO JOSÉ DAVIN NEVES DOS SANTOS IV - 521
69. A estrutura típica das modalidades de corrupção cometidas por funcionário público no Código Penal espanhol
 JORGE VIZUETA FERNÁNDEZ..... IV - 549
70. Del bien jurídico a la necesidad de la pena en los delitos de asociaciones ilícitas y lavado de dinero
 JOSÉ LUIS GUZMÁN DALBORA..... IV - 599
71. Algunas reflexiones sobre la corrupción política
 JULIO FERNÁNDEZ GARCÍA..... IV - 623
72. La corrupción en el sector privado
 LUIGI FOFFANI IV - 659
73. A Lei 10.467/2002 e os novos crimes de corrupção e tráfico de influência internacional
 LUIZ REGIS PRADO IV - 671
74. Delito de lavagem de capitais: um estudo introdutório
 LUIZ REGIS PRADO IV - 697
75. Tópicos essenciais da lavagem de dinheiro
 MARCELO BATLOUNI MENDRONI..... IV - 727
76. Antilavagem de dinheiro: ensaio sobre uma cultura em formação
 MARCO ANTONIO DE BARROS E CHRISTIANY
 PEGORARI CONTE IV - 743

Vol. – Pág.

77. A globalização e os crimes de “lavagem de dinheiro”	
MARIA CAROLINA DE ALMEIDA DUARTE.....	IV – 763
78. El progresivo diseño de espacios judiciales penales comunes para enfrentar la impunidad de la corrupción	
NICOLÁS RODRÍGUEZ GARCÍA.....	IV – 797
79. O combate à corrupção pública e a criminalização do enriquecimento ilícito na ordem normativa brasileira	
PATRÍCIA CARRARO ROSSETTO.....	IV – 915
80. Corrupción política y derecho	
RAFAEL BUSTOS GISBERT.....	IV – 981
81. A ideia penal sobre a corrupção no Brasil	
RENATO DE MELLO JORGE SILVEIRA.....	IV – 1001
82. O bem jurídico do delito de lavagem de dinheiro	
ROBERTO PODVAL.....	IV – 1023
83. A responsabilidade penal do advogado na lavagem de dinheiro	
VIVIAN C. SCHORSCHER.....	IV – 1043
84. O combate à corrupção entre direito penal e direito administrativo sancionador	
YURI CORRÊA DA LUZ.....	IV – 1079

VOLUME V

CAPÍTULO 1
ORDEM TRIBUTÁRIA

1. Penas e medidas de segurança adequadas aos delitos tributários	
ADALBERTO JOSÉ QUEIROZ TELLES DE CAMARGO ARANHA.....	V – 25
2. A evasão fiscal legítima	
ALBERTO P. XAVIER.....	V – 37

3. Desde os reclamos da doutrina até o <i>leading case</i> do STF ALEXANDRE WUNDERLICH E MARCELO MAYORA ALVES	V - 63
4. Ignorância da lei penal como erro de proibição nos crimes fiscais ALFREDO CARLOS GONZAGA FALCÃO JÚNIOR.....	V - 79
5. Responsabilidade criminal dos contribuintes e a Portaria SRF 326/2005 ANA PAULA PERES FALCÃO ALVES	V - 103
6. Responsabilidade penal tributária e a missão do direito penal no Estado Democrático de Direito AURINEY UCHÔA DE BRITO	V - 117
7. Anistia de crimes tributários CELSO RIBEIRO BASTOS	V - 137
8. Artigo 83 da Lei 9.430/1996 e artigo 34 da Lei 9.249/1995: Elementos para uma crítica ao direito penal tributário vigente CRISTINA MARIA SUTER CORREIA DA SILVA, ELIEZER GOMES DA SILVA E MARCELO ALVES DE SOUZA	V - 149
9. La evasión tributaria y su contraste en el delito tributario DANIEL IRWIN YACOLCA ESTARES	V - 175
10. Derecho penal económico: delitos tributarios. Propuestas para un derecho penal tributario respetuoso de los principios y garantías penales DIEGO GUSTAVO BARROETAVEÑA.....	V - 191
11. À tributação penal FÁBIO FANUCCHI	V - 227
12. Espontaneidade no procedimento tributário GERALDO ATALIBA	V - 249
13. Procedimento tributário-penal GERALDO ATALIBA	V - 263
14. El principio de legalidad en el ilícito tributario HECTOR B. VILLEGAS	V - 283
15. La evasión tributaria HECTOR B. VILLEGAS	V - 301

16. Los profesionales asesores impositivos y los delitos tributarios	
HECTOR B. VILLEGAS	V – 315
17. A independência das instâncias cível e penal na sonegação fiscal e no excesso de exação	
HUGO DE BRITO MACHADO	V – 321
18. A propositura da ação penal no crime de supressão ou redução de tributo e a Súmula Vinculante 24	
HUGO DE BRITO MACHADO	V – 329
19. Crimes contra a ordem tributária	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	V – 341
20. O crime de sonegação fiscal	
JOÃO BERNARDINO GONZAGA	V – 375
21. A Lei 8.137/1990 e a prisão por débito tributário	
JOÃO LUIZ COELHO DA ROCHA.....	V – 391
22. Penalidades tributárias	
JOSÉ GERALDO ATALIBA NOGUEIRA.....	V – 395
23. Crimes sócio-econômicos e crimes fiscais	
LEONARDO COELHO DO AMARAL	V – 405
24. A criminalidade contra a ordem tributária no universo do direito econômico	
LEÔNIDAS RIBEIRO SCHOLZ	V – 449
25. Sonegação fiscal e crimes contra a ordem tributária	
LEÔNIDAS RIBEIRO SCHOLZ	V – 465
26. Fraude contra o Fisco	
LUIZ ALBERTO MACHADO.....	V – 471
27. Crimes de sonegação fiscal e os reflexos da discussão administrativa do débito tributário sobre a ação penal	
MARCUS A. MANHÃES BASTOS.....	V – 481
28. A elisão fiscal	
MAURÍCIO DOS SANTOS.....	V – 519
29. Crimes contra a ordem tributária	
NADJA MACHADO BOTELHO.....	V – 535
30. Dos crimes contra a ordem tributária	
RODRIGO OLIVA MONTEIRO.....	V – 561

31. **Novas considerações sobre o crime de omissão de recolhimento de tributos e contribuições**
SÍLVIO DOBROWOLSKI V - 603
32. **A extinção da punibilidade nos crimes contra a organização tributária**
VIDAL SERRANO NUNES V - 621
33. **Os ilícitos tributários**
ZELMO DENARI V - 649

CAPÍTULO 2

ORDEM PREVIDENCIÁRIA

34. **Anotações sobre a extinção da punibilidade pelo pagamento do débito nos crimes previdenciários**
ÉLCIO PINHEIRO DE CASTRO V - 663
35. **Crimes previdenciários: arts. 168-A e 337-A do CP - Aspectos gerais**
HELOISA ESTELLITA V - 681
36. **A aplicabilidade da regra de extinção da punibilidade pelo pagamento do chamado refis II para os crimes de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A do CP)**
LEONARDO ALONSO V - 729
37. **Considerações sobre a aplicabilidade do art. 34 da Lei 9.249, de 26.12.1995, aos crimes praticados em detrimento da seguridade social**
LÚCIA HELENA ROSAS DE ÁVILA FEIJÓ V - 749
38. **Algumas considerações sobre o crime previdenciário e crise financeira empresarial**
TALES CASTELO BRANCO V - 763

CAPÍTULO 3

ORDEM FINANCEIRA

39. **Crimes contra o sistema financeiro nacional praticados por administradoras de consórcios**
CEZAR ROBERTO BITENCOURT V - 773

Vol. – Pág.

40. Breves notas sobre o crime de duplicata simulada FÁBIO ULHOA COELHO	V – 797
41. Os crimes contra o sistema financeiro no esboço de nova parte especial do Código Penal de 1994 JOÃO MARCELLO DE ARAÚJO JÚNIOR	V – 807
42. O bem jurídico nos crimes contra o mercado de capitais LEONARDO ALONSO	V – 841
43. Os novos crimes contra as finanças públicas LUIZ REGIS PRADO	V – 873
44. Crimes financeiros nos tribunais brasileiros MAÍRA ROCHA MACHADO	V – 901
45. Crimes contra o sistema financeiro nacional MANOEL PEDRO PIMENTEL	V – 921
46. Crimes contra o sistema financeiro nacional PAULO CEZAR DA SILVA	V – 937
47. El principio de legalidad y la imprescindible determi- nación suficiente de la conducta incriminada en los crímenes contra el sistema financiero (art. 4.º de la Ley 7.492/1986) RAÚL CERVINI	V – 987
48. Crime contra o sistema financeiro nacional RENÉ ARIEL DOTTI	V – 1001
49. Manutenção de conta bancária no exterior e o crime do art. 22, parágrafo único, <i>in fine</i> , da Lei 7.492/1986 ROBERTO DELMANTO JUNIOR	V – 1025

CAPÍTULO 4 SIGILO BANCÁRIO

50. Poder de polícia e sigilo bancário e profissional ADROALDO MESQUITA DA COSTA	V – 1039
51. O sigilo e a prova criminal ANTONIO SCARANCE FERNANDES	V – 1043
52. Sigilo bancário (por quem e quando pode ser violado) HELIOS NOGUÉS MOYANO E ADRIANO SALLES VANNI	V – 1057

53. A quebra de sigilo bancário em investigação fiscal	
HELTON KRAMER LUSTOZA.....	V – 1069
54. Sigilo bancário em matéria fiscal	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	V – 1097
55. A violação ao sigilo bancário em face da proteção da vida privada	
JUAREZ TAVARES.....	V – 1113
56. Tutela jurídico-penal do sigilo das operações financeiras	
LUIZ REGIS PRADO	V – 1123
57. Apontamentos sobre o sigilo bancário	
TÉCIO LINS E SILVA E MARCELA LIMA ROCHA.....	V – 1141

VOLUME VI

CAPÍTULO 1

SOCIETÁRIO

1. Sobre la posición de garante del empresario por la no evitación de delitos cometidos por sus empleados	
EDUARDO DEMETRIO CRESPO.....	VI – 25
2. Sociedade por ações - Da fraude penal na sua constituição e organização	
EDUARDO JARA.....	VI – 57
3. Da responsabilidade dos administradores das sociedades anônimas no direito brasileiro e no comparado	
FERNANDO RUDGE LEITE FILHO	VI – 67
4. A responsabilidade penal dos administradores das sociedades anônimas	
MÁRCIO ANTONIO INACARATO	VI – 87
5. Los crímenes de gestión fraudulenta en las sociedades comerciales	
NORBERTO EDUARDO SPOLANSKY	VI – 97

CAPÍTULO 2

FALÊNCIA

6. Nova Lei de Falências e <i>abolitio criminis</i> em matéria de crime falimentar	
ARMANDO CARDOSO	VI – 129
7. A nova Lei de Falências: aspectos penais e processuais penais	
CEZAR ROBERTO BITENCOURT	VI – 143
8. Crime falimentar	
E. MAGALHÃES NORONHA	VI – 167
9. Crime falimentar – Punibilidade exclusivamente a título de dolo	
EUVALDO CHAIB	VI – 175
10. Da competência para o processo criminal de fallencia	
FRANCISCO MORATO	VI – 183
11. Direito criminal na recuperação de empresas e falência – Lei 11.101/2005	
JAYME WALMER DE FREITAS	VI – 189
12. Crime Falimentar	
JOÃO DE OLIVEIRA FILHO	VI – 213
13. Crimes Falimentares	
MANOEL PEDRO PIMENTEL	VI – 225
14. As fallencias fraudulentas	
OCTAVIO MENDES	VI – 235
15. Crime Falimentar	
PAULO SALVADOR FRONTINI	VI – 245

CAPÍTULO 3

PROPRIEDADE INTELECTUAL
E INDUSTRIAL

16. Direito de autor - Discos gramofônicos - Execução não autorizada de obras musicais	
ANTÔNIO CHAVES	VI - 267
17. Marca e nome comercial	
ANTÔNIO CHAVES	VI - 287
18. Repressão penal às violações do direito de autor	
ANTÔNIO CHAVES	VI - 317
19. Ação penal. Propriedade industrial	
BASILEU GARCIA	VI - 345
20. Privilégio de invenção	
BASILEU GARCIA	VI - 357
21. Direito de autor: a nova estruturação penal no Brasil	
CARLOS ALBERTO BITTAR	VI - 373
22. La protección penal del secreto profesional y laboral en el Derecho español	
CARLOS MARÍA ROMEO-CASABONA	VI - 377
23. Violação de direito autoral - Aspectos processuais penais	
CHRISTIANO GONÇALVES PAES LEME	VI - 411
24. Contrafação de marcas e desenhos industriais: proposta de novo tratamento jurídico	
GILSON SIDNEY AMANCIO DE SOUZA	VI - 425
25. O Ministério Público e a propriedade imaterial	
JOÃO DA GAMA CERQUEIRA	VI - 445
26. Tutela civil e penal do direito de autor	
LUIZ FERNANDO WHITAKER DA CUNHA	VI - 453
27. A ideologia da propriedade intelectual: a inconstitucionalidade da tutela penal dos direitos patrimoniais de autor	
TÚLIO LIMA VIANNA	VI - 473

CAPÍTULO 4

INFORMÁTICA

28. Aspectos econômicos do crime de informática	
ANTONIO FONSECA.....	VI – 495
29. Dos delitos informáticos ao crime cibernético	
CARLOS MARÍA ROMEO-CASABONA	VI – 509
30. Contexto supranacional de la punición del intrusismo informático	
NURIA MATELLANES RODRÍGUEZ	VI – 553
31. A informação como bem jurídico-penal e o sistema informático	
RITA DE CÁSSIA LOPES DA SILVA.....	VI – 579

CAPÍTULO 5

CRIME ORGANIZADO

32. O crime organizado no sistema italiano	
ADA PELLEGRINI GRINOVER.....	VI – 597
33. Reflexões sobre o crime organizado e as organizações criminosas	
ANA LUIZA ALMEIDA FERRO	VI – 613
34. Os modelos estruturais do crime organizado e das organizações criminosas	
ANA LUIZA ALMEIDA FERRO	VI – 653
35. Crime organizado: conceito e possibilidade de tipificação diante do contexto de expansão do direito penal	
ANDRÉ LUIS CALLEGARI E MAIQUEL ÂNGELO	
DEZORDI WERMUTH	VI – 707
36. O equilíbrio entre a eficiência e o garantismo e o crime organizado	
ANTONIO SCARANCE FERNANDES.....	VI – 741

37. Crime organizado e o problema da definição jurídica de organização criminosas ARTHUR PINTO DE LEMOS JUNIOR.....	VI - 775
38. Crime organizado: aspectos nacionais e internacionais CARLOS ANTONIO GUIMARÃES DE SEQUEIRA.....	VI - 799
39. Considerações sociológicas sobre o crime organizado no Brasil FERNANDO SALLA.....	VI - 843
40. Corrupção, crime organizado e democracia FLÁVIA SCHILLING.....	VI - 863
41. Crime organizado: caracterização criminológica e jurídica IVAN LUIZ DA SILVA.....	VI - 873
42. Les systèmes pénaux à l'épreuve du crime organisé - Section III - Procedure penale JEAN PRADEL.....	VI - 889
43. O sistema prisional face às organizações criminosas JORGE CARLOS FONSECA.....	VI - 919
44. A criminalidade organizada JORGE DE FIGUEIREDO DIAS.....	VI - 945
45. Estrutura das organizações criminosas JOSÉ CARLOS GOMES.....	VI - 961
46. Respuesta penal al crimen organizado en el Código Penal español JOSÉ RAMON SERRANO-PIEDECASAS.....	VI - 969
47. Crime organizado JUAREZ CIRINO DOS SANTOS.....	VI - 999
48. Vitimologia e crime organizado LUIZ CARLOS RODRIGUES DUARTE.....	VI - 1011
49. Crime organizado: que se entende por isso depois da lei 10.217, de 11.04.2001? LUIZ FLÁVIO GOMES.....	VI - 1023

50. Crime organizado e sistema jurídico brasileiro: a questão da conformação típica
LUIZ REGIS PRADO E BRUNA AZEVEDO DE CASTRO..... VI – 1033
51. Criminalidade organizada: considerações sobre a Lei 9.034, de 03.05.1995
PATRÍCIA CARRARO ROSSETTO..... VI – 1071
52. Concepcion criminologica de la criminalidad organizada contemporanea
PEDRO JUAN MAYOR M..... VI – 1111
53. Ausência do tipo penal de organização criminosa na legislação brasileira
RENÉ ARIEL DOTTI E GUSTAVO BRITTA SCANDELARI..... VI – 1125
54. Derecho penal economico, criminalidad organizada y Union Europea
VINCENZO MUSACCHIO..... VI – 1141
55. Crime organizado: a nova lei
WALTER NUNES DA SILVA JÚNIOR..... VI – 1153

CAPÍTULO 6

EXTRADIÇÃO E TERRORISMO

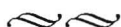
56. Terrorism: technology, religion and globalization
EMILIO C. VIANO..... VI – 1181
57. Alguns aspectos das limitações ao direito de extraditar
LUIZ ALBERTO ARAÚJO E LUIZ REGIS PRADO..... VI – 1211
58. Delito político e terrorismo: uma aproximação conceitual
LUIZ REGIS PRADO E ÉRIKA MENDES DE CARVALHO..... VI – 1235
59. Sentido y límites de los delitos de terrorismo
MANUEL CANCIO MELIÁ..... VI – 1271

60. Direito internacional

NEGI CALIXTO VI - 1303

61. Algumas questões sobre a extradição no direito brasileiro

VALERIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI..... VI - 1307



ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

(Numeração romana – volumes;
numeração árábica – artigos.)

A

ABANDONO DE FUNÇÃO

- Crime – IV - 2

ABORTO

- Diferença da célula-tronco – III - 37

ABRANGÊNCIA

- Princípio – III - 21

ABUSO – I - 44

- da tecnologia – Desvalor – VI - 28
- de confiança – III - 19
- de confiança – Agravante – III - 19
- de direito – V - 2
- de direito de licença – III - 19
- de informação – II - 15
- de informação privilegiada – II - 4
- de segredo de negócio – II - 43
- do direito de licença – Agravante – III - 19
- do poder econômico – I - 21; II - 7; II - 20; II - 48
- do poder econômico – Consumação – II - 12
- do poder econômico – Crime de perigo – II - 7
- do poder econômico – Crime formal – II - 7
- do poder econômico – Direito concorrencial – II - 7
- do poder econômico – Elemento subjetivo – II - 12
- do poder econômico – Histórico – II - 12
- do poder econômico – Legislação – II - 12

- do poder econômico – Legislação – Divisão orgânica – II - 12
- do poder econômico – Legislação – Objetividade jurídica – II - 12
- do poder econômico – Mecanismos de coerção – II - 12
- do poder econômico – Mecanismos de natureza administrativa – II - 12
- do poder econômico – Mecanismos de natureza penal – II - 12
- do poder econômico – Mecanismos de repressão – II - 12
- do poder econômico – Repressão – II - 7
- do poder econômico – Sujeito ativo das infrações administrativas – II - 12
- do poder econômico – Sujeito passivo das infrações administrativas – II - 12
- do poder econômico – Tentativa – II - 7; II - 12
- do poder econômico – Tentativa – II - 7
- do poder econômico – Tipicidade – II - 7
- Poder Econômico – I - 44

ABUSO DO PODER ECONÔMICO E SUA REPRESSÃO – Rui Stoco – II - 12

AÇÃO – I - 47

- civil – Crimes tributários – V - 3
- civil – Direito autoral – VI - 17
- civil pública – III - 21
- civil pública – Propriedade industrial – VI - 24
- Conceito – I - 1
- Culpabilidade – I - 47

- Domínio causal-final - I - 10
- extrapenal - V - 3
- fiscal - Espontaneidade - V - 13
- penal - V - 3; V - 18
- penal - Ação fiscal de cobrança - V - 6
- penal - Ampla defesa - V - 5
- penal - Coação - V - 17
- penal - Condição de procedibilidade - VI - 23
- penal - Contraditório - V - 5
- penal - Corrupção - IV - 11
- penal - Crime tributário - V - 30
- penal - Crimes autorais - VI - 21
- penal - Crimes contra a ordem tributária - V - 5
- penal - Devido processo legal - V - 5
- penal - Direito autoral - VI - 17
- penal - Dispensa da queixa - VI - 18
- penal - Iniciativa do interessado - VI - 21
- penal - Instauração - V - 5
- penal - Instauração do auto de infração - V - 5
- penal - Interesses individuais indisponíveis - V - 8
- penal - Interesses sociais - V - 8
- penal - Lançamento do tributo - V - 17
- penal - Lavagem de capitais - IV - 27
- penal - Lavratura do auto de infração V
- penal - Processo administrativo - V - 5
- penal - Propositura - V - 5
- penal - Propriedade Industrial - Basileu Garcia - VI - 19
- penal - Tributo - V - 17
- penal - Violação de direito autoral - VI - 23
- penal condicionada - V - 8

- penal exclusivamente provada - VI - 23
- penal nos crimes fiscais - V - 3
- penal nos crimes tributários - V - 3
- penal nos crimes tributários - Divergência - V - 3
- penal nos crimes tributários - Propositura - V - 3
- penal pública - Necessidade - VI - 24
- penal pública incondicionada - V - 3; V - 5
- penal pública incondicionada - Crimes tributários - V - 3
- regressiva - I - 48

ACCIÓN, NORMA, INJUSTO Y DELITO IMPRUDENTE - Alicia Gil Gil - I - 1

ACERCA DA AUTONOMIA DA ORDENAÇÃO DO TERRITÓRIO ENQUANTO BEM JURÍDICO-PENAL - Luiz Regis Prado e Bruna Azevedo de Castro - III - 24

ACESSO À INFORMAÇÃO - VI - 28

- Considerações econômicas - VI - 28
- Ética - VI - 28
- Segurança - VI - 28

ACESSORIEDADE

- administrativa - Doutrina - III - 14
- limitada - Princípio - IV - 9

ACIONISTA

- Responsabilidade - VI - 2
- Sanções penais - VI - 2

AÇÕES NEUTRAS OU NEGÓCIOS STANDARD

- Teoria - IV - 36

ACORDO DE LENIÊNCIA - II - 48

- Legislação - II - 48
- Questões controversas - II - 48

ACORDO DE LENIÊNCIA - Paolo Zupo Mazzucato - II - 48

ADEQUAÇÃO

- de súmula vinculante - V - 18
- social - IV - 36
- social ou profissional - Teoria - IV - 36

ADMINISTRAÇÃO

- da Justiça - II - 13
- da Justiça - Bem jurídico - IV - 35
- Pública - IV - 1; IV - 2; IV - 3
- Pública - Crime - IV - 2

ADMINISTRADOR - I - 45; II - 12

- Pessoa Jurídica - I - 45
- Responsabilidade - II - 12

ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO

- Distinção de instituição financeira - V - 48
- Equiparação à instituição financeira - V - 48
- Patrimônio - V - 48

ADULTERAÇÃO

- Alimentos - III - 38
- do meio ambiente - III - 18
- do meio ambiente - Repressão penal - III - 18

ADVOGADO

- Relação de confiança com o acusado - IV - 36

AGÊNCIAS

- fiscalizadoras - V - 8
- fiscalizadoras - Mercado - V - 8
- fiscalizadoras - Ministério Público - V - 8
- reguladoras - Poder normativo - II - 30

AGENTE - I - 46; I - 48

- Consciência - I - 46
- infiltrado - Crime organizado - VI - 44
- não estatal - Condenação penal internacional - II - 8
- não estatal - Responsabilidade penal internacional - II - 8
- político - IV - 24
- público - I - 45; IV - 32
- Vontade - I - 46

AGRAVANTE - III - 19

- Abuso de confiança - III - 19
- Abuso do direito de licença - III - 19
- Interesse da pessoa jurídica - III - 19
- Métodos cruéis - III - 19

AGRESSÕES - III - 21

- à natureza - III - 11; III - 17
- potenciais - III - 21
- reais - III - 21

AGRESSÕES À NATUREZA E PROTEÇÃO DOS INTERESSES DIFUSOS - José Henrique Pierangeli - III - 11

AGROTÓXICOS - III - 22

- Letal - III - 22
- orgânicos - III - 22
- químicos - III - 22
- Tutela penal - III - 22

AGROTÓXICOS E SISTEMA PENAL BRASILEIRO - Talita da Fonseca Arruda - III - 22

ÁGUA - III - 2; III - 18; III - 21

- Características hídricas - III - 2
- potável - III - 2; III - 18
- Proteção - III - 1
- Proteção jurídico-penal - III - 2

AJUSTAMENTO

- Criminoso - I - 44
- Lei - I - 44

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
SOBRE A CRUELDADE CONTRA
OS ANIMAIS NA LEI 9.605/98
- Luciana Caetano da Silva e
Gilciane Allen Baretta - **III** - 13

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
SOBRE O CRIME
PREVIDENCIÁRIO E CRISE
FINANCEIRA EMPRESARIAL -
Tales Castelo Branco - **V** - 38

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
SOBRE OS CRIMES DE
PERIGO E O DIREITO PENAL
ECONÔMICO - Claudia Cristina
Barrilari - **I** - 18

ALGUMAS NOTAS SOBRE A
LAVAGEM DE ATIVOS - Janice
Agostinho Barreto Ascari - **IV** -
20

ALGUMAS NOTAS SOBRE A
OMISSÃO PUNÍVEL - Luiz Regis
Prado - **I** - 8

ALGUMAS QUESTÕES EM
TORNO DO NOVO DIREITO
PENAL ECONÔMICO - William
Terra de Oliveira - **I** - 35

ALGUMAS QUESTÕES SOBRE
A EXTRADIÇÃO NO DIREITO
BRASILEIRO - Valerio de
Oliveira Mazzuoli - **VI** - 61

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE
O "DIREITO PENAL DOS
NEGÓCIOS" - René Ariel Dotti
- **I** - 30

ALGUMAS OBSERVACIONES
SOBRE EL BLANQUEO
IMPRUDENTE DE CAPITALES
- Eduardo A. Fabián Caparrós -
IV - 14

ALGUNAS REFLEXIONES SOBRE
LA CORRUPCIÓN POLÍTICA -
Julio Fernández García - **IV** - 24

ALGUNS ASPECTOS DA
ESTRUTURA DOS CRIMES
OMISSIVOS - Juarez Tavares - **I**
- 6

ALGUNS ASPECTOS DAS
LIMITAÇÕES AO DIREITO DE
EXTRADITAR - Luiz Alberto
Araújo e Luiz Regis Prado - **VI** -
57

ALGUNS ASPECTOS SOBRE
A TUTELA PENAL DA
ORDENAÇÃO DO TERRITÓRIO
- Mário Coimbra, Nelson
R. Bugalho e Gilson Sidney
Amancio de Souza - **III** - 26

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM
GARANTIA - **V** - 8

ALIMENTOS

- Adulteração - **III** - 38
- Direito Penal - **III** - 38
- Falsificação - **III** - 38
- Fraude - **III** - 38; **III** - 46

AMBIENTE

- Bem jurídico - **III** - 8
- Conceito - **III** - 8; **III** - 25
- Delitos - **III** - 25
- hídrico - **III** - 2
- Responsabilidade penal - **III** - 6

AMBULANCE CHASING - **II** - 19

AMEAÇA - **I** - 44

AMÉRICA LATINA

- Dívida externa - Aspectos penais
- **I** - 16

AMPLA

- defesa - **V** - 8

- defesa - Propositura da ação penal - **V - 5**
- defesa - Violação - **V - 39**
- instrução probatória - Princípio - **V - 5**

ANÁLISE DO DELITO DE PUBLICIDADE ENGANOSA E ABUSIVA (ART. 67 DA LEI 8.078/90) (UMA) - Marcos Daniel Veltrini Ticianelli - III - 31

ANALOGIA

- Proibição - **I - 28; V - 15**

ANFÍBIO - III - 14

ANIMAIS - III - 13; III - 21

- Crueldade - **III - 13**

ANISTIA - V - 7

- administrativa - **V - 7**
- Aspecto subjetivo - **V - 7**
- Caráter geral - **V - 7**
- Caráter objetivo - **V - 7**
- Contribuições previdenciárias - **V - 7**
- Crime tributário - **V - 32**
- penal - **V - 7**
- tributária - **V - 7**

ANISTIA DE CRIMES

TRIBUTÁRIOS - Celso Ribeiro Bastos - V - 7

ANOTAÇÕES SOBRE A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELO PAGAMENTO DO DÉBITO NOS CRIMES PREVIDENCIÁRIOS - Êlcio Pinheiro de Castro - V - 34

ANTI JURIDICIDADE - I - 39; III - 19

- Ausência de consciência - **V - 4**
- do fato - **V - 4**
- do fato - Consciência - **V - 4**

- Erro de proibição legal - **V - 4**
- Evasão fiscal - **V - 14**
- especial - **V - 4**
- especial - Punibilidade - **V - 4**
- Exculpação - **V - 4**
- formal - **V - 4**
- material - **V - 4**

ANTILAVAGEM DE DINHEIRO: ENSAIO SOBRE UMA CULTURA EM FORMAÇÃO - Marco Antonio de Barros e Christiany Pegorari Conte - IV - 29

ANTI-MÁFIA

- Legislação - **VI - 32**

ANTI-SEQUESTRO

- Legislação - **VI - 32**

ANTI-TERRORISMO

- Crime organizado - **VI - 32**
- Legislação - **VI - 32**

ANTITRUSTE

- Legislação - **II - 27**
- Tutela penal - **II - 40**

ANTROPOCENTRISMO MODERADO - II - 5

APLICABILIDADE

- da norma - **I - 46**
- efetiva - Lei penal - **VI - 29**

APLICABILIDADE DA REGRA DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELO PAGAMENTO DO CHAMADO REFIS II PARA OS CRIMES DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA (ART. 168-A DO CP) (A) - Leonardo Alonso - V - 36

APLICAÇÃO DA CRIMINOLOGIA NA JUSTIÇA PENAL - A CRIMINALIZAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA - Augusto Thompson - I - 37

APONTAMENTOS SOBRE A REPRESSÃO LEGAL DA POLUIÇÃO - Paulo Affonso Leme Machado - III - 18

APONTAMENTOS SOBRE O SIGILO BANCÁRIO - Tício Lins E Silva E Marcela Lima Rocha - V - 57

APRECIACÃO JUDICIAL

- Cível - V - 17
- Garantia - V - 17

APREENSÃO DE BENS - I - 45

APRENDIZAGEM

- Teoria - I - 27

APRESENTAÇÃO DE BALANÇO

- Falta - VI - 6
- Revogação - VI - 6
- Visto judicial - VI - 6

APROPRIAÇÃO INDÉBITA - V - 8

- previdenciária - V - 34; V - 36; V - 37; V - 38
- previdenciária - Autoria - V - 38
- previdenciária - Crise financeira empresarial - V - 38
- previdenciária - Estado de necessidade da empresa - V - 38
- previdenciária - Evolução histórica - V - 36
- previdenciária - Exame de corpo de delito - V - 38
- previdenciária - Extinção de punibilidade - V - 36; V - 37
- previdenciária - Jurisprudência - V - 37; V - 38
- previdenciária - Materialidade - V - 38
- previdenciária - Prescrição - V - 37

APROVAÇÃO PRÉVIA

- Espetáculos Públicos - VI - 18

AR - III - 21

ÁREAS URBANAS - III - 19

ARGUMENTO ANALÓGICO - I - 7

- Conceito - I - 7
- Espécies - I - 7
- Fundamento - I - 7

ARGUMENTO ANALÓGICO EM MATÉRIA PENAL - Luiz Regis Prado - I - 7

ARRECADACÃO

- fiscal - Bem jurídico tutelado - V - 6
- tributária - V - 28

ARREPENDIMENTO

- do infrator - III - 19
- do infrator - Circunstância - III - 19
- eficaz - Espontaneidade - V - 13

ARTIGO 83 DA LEI 9.430/96 E

ARTIGO 34 DA LEI 9.249/95:
ELEMENTOS PARA UMA
CRÍTICA AO DIREITO PENAL
TRIBUTÁRIO VIGENTE -
Cristina Maria Suter Correia da
Silva, Eliezer Gomes da Silva e
Marcelo Alves de Souza - V - 8

ARTIGO DE PRIMEIRA NECESSIDADE

- Definição - II - 37

ÁRVORES - III - 21

ASPECTOS DO CRIME DE USURA - Oscar Stevenson - II - 38

ASPECTOS ECONÔMICOS DO CRIME DE INFORMÁTICA - Antonio Fonseca - VI - 28

ASPECTOS NOVOS DA LEI DE ECONOMIA POPULAR - Manoel Pedro Pimentel - II - 35

ASPECTOS PENAIIS DAS
LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADMINISTRATIVOS - Carlos
Roberto M. Pellegrino - **IV** - 1

ASPECTOS PENALES DE
LA DEUDA EXTERNA
LATINOAMERICANA - Barbara
Kunicka-Michalska - **I** - 16

ASSISTÊNCIA JUDICIAL

- internacional - Comparecimento de peritos - **IV** - 31
- internacional - Comparecimento de testemunhas - **IV** - 31
- internacional - Competência - **IV** - 31
- internacional - Conteúdo do pedido - **IV** - 31
- internacional - Custos do pedido - **IV** - 31
- internacional - Embargo - **IV** - 31
- internacional - Entrega de objetos - **IV** - 31
- internacional - Forma do pedido - **IV** - 31
- internacional - Modalidades específicas - **IV** - 31
- internacional - Notificação de resoluções - **IV** - 31
- internacional - Registro - **IV** - 31
- internacional - Sequestro - **IV** - 31
- internacional - Tramitação - **IV** - 31
- internacional - Trânsito de detidos - **IV** - 31
- internacional - Traslado temporal - **IV** - 31
- mútua - Europa - **IV** - 31

ASSOCIAÇÃO

- criminosa - **II** - 21; **IV** - 23; **VI** - 44
- de proteção à natureza - **III** - 15
- diferencial - Teoria - **II** - 17
- Internacional de Direito Penal - **III** - 21
- Poderes - **III** - 15

ASSOCIAÇÕES ILÍCITAS - **IV** - 23

- Bem jurídico - **IV** - 23
- Necessidade da pena - **IV** - 23
- Objeto jurídico - **IV** - 23
- Princípio da ofensividade - **IV** - 23

ATENTADOS AO
MEIO AMBIENTE:
RESPONSABILIDADE E
SANÇÕES PENAIIS (OS) - René
Ariel Dotti - **III** - 21

ATENUANTES - **III** - 19

ATIVIDADE

- criminosa - Desenvolvimento - Perda de bens - **II** - 2
- econômica - **I** - 48; **II** - 11
- econômica - Intervenção do Estado - **II** - 11
- econômica - Intervenção penal - **II** - 40
- econômica - Pessoa jurídica - **I** - 45
- econômica - Princípios - **II** - 11
- empresarial - Riscos - **I** - 21
- ilícita - Empresário - **I** - 45
- ilícita - Perda dos bens - **IV** - 11

ATIVOS

- Lavagem - **IV** - 20
- Recuperação - **IV** - 20

ATO

- administrativo - **V** - 12
- de improbidade administrativa - **IV** - 11
- de improbidade administrativa - Corrupção - **IV** - 11
- ilícito - **III** - 21
- ilícito não constitutivo de delito - **IV** - 22
- Valor - **I** - 54

AUDIÊNCIA

- por conferência telefônica - União Europeia - **IV** - 31

- por videoconferência - União Europeia - IV - 31

AUMENTO

- arbitrário dos lucros - II - 7
- arbitrário dos lucros - Crime de perigo - II - 7
- arbitrário dos lucros - Crime formal - II - 7
- de pena - III - 19

AUSÊNCIA DO TIPO PENAL DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA - René Ariel Dotti e Gustavo Britta Scandelari - VI - 53

AUTO DE INFRAÇÃO - V - 5

- Lavratura - V - 5

AUTODETERMINAÇÃO DO PACIENTE - III - 47

AUTOLANÇAMENTO - V - 12

AUTONOMIA

- Pessoa jurídica - I - 45

AUTORIA - I - 48

- Coletiva - I - 48
- Violação de sigilo - VI - 22

AUTUAÇÃO

- Assinatura do autuado - V - 12

B

BACEN - Vide: Banco Central do Brasil

BAIXO GRAU DE INSTRUÇÃO ESCOLAR

- Circunstância - III - 19

BANCO

- Fraude - II - 14
- Central do Brasil - II - 14; V - 45; V - 48; V - 49

- Central do Brasil - Departamento de Combate a Ilícitos Financeiros e Supervisão de Câmbio e Capitais Internacionais - IV - 29

- Central do Brasil - Parecer sobre crimes financeiros - V - 41
- Central do Brasil - Retroatividade benéfica de circulares - V - 49
- Central Europeu - IV - 4

BANDO - I - 48; VI - 45

BCE - Vide: Banco Central Europeu

BEM

- coletivo - Economia popular - II - 35
- difuso e coletivo - Crimes de perigo abstrato - V - 6
- existencial à sociedade - V - 22
- jurídico - I - 25; I - 31; I - 53; I - 54; II - 6; II - 11; II - 22; II - 23; III - 1; III - 14; III - 45; III - 46; IV - 35; V - 6; V - 22
- jurídico - Administração da justiça - IV - 35
- jurídico - Alcance - II - 22
- jurídico - Caráter supra-individual - I - 25
- jurídico - Clonagem humana - III - 39
- jurídico - Código Penal peruano - II - 22
- jurídico - Conceito - I - 53; I - 54; IV - 35
- jurídico - Conformação do tipo penal - II - 6
- jurídico - Conteúdo econômico - II - 11
- jurídico - Crise - I - 54
- jurídico - Definição - II - 22
- jurídico - Delitos ambientais - III - 8
- jurídico - Delitos econômicos - II - 22
- jurídico - Delitos florestais - III - 8

- jurídico - Direito penal - I - 53
- jurídico - Direito penal econômico - I - 25; II - 22
- jurídico - Esfera de manifestação - II - 18
- jurídico - Funcionalidade - II - 11
- jurídico - Histórico - II - 22
- jurídico - Informação - VI - 31
- jurídico - Meio ambiente - III - 8; III - 28
- jurídico - Ordem econômica - I - 43
- jurídico - Pressuposto - I - 53
- jurídico - Propriedade intelectual - VI - 27
- jurídico - Proteção - I - 1; I - 22
- jurídico - Teoria pessoal - I - 53
- jurídico - Tutela penal - I - 53
- jurídico - Visão atual - II - 22
- jurídico autêntico - II - 5
- jurídico autônomo - III - 20
- jurídico categorial - III - 14
- jurídico circulação dos bens no mercado - IV - 35
- jurídico coletivo - II - 5
- jurídico coletivo - Proteção - V - 6
- jurídico de caráter econômico - II - 6
- jurídico difuso e coletivo - Tutela - V - 6
- jurídico específico - III - 14
- jurídico falso - II - 5
- jurídico intermediário - V - 6
- jurídico intermédio - II - 15
- jurídico ordem sócio-econômica - IV - 35
- jurídico penal - III - 24
- jurídico penal ambiental - III - 22
- jurídico protegido - Ambiente - III - 22
- jurídico supraindividual - I - 53; II - 5; II - 22; III - 2; III - 35
- jurídico supraindividual - Crimes de colarinho branco - II - 5

- jurídico supraindividual - Delitos econômicos - V - 4
- jurídico supraindividual - Vinculação aos interesses individuais - I - 53
- jurídico transindividual - I - 31; I - 43; III - 1

BEM JURÍDICO DO DELITO DE LAVAGEM DE DINHEIRO (O) - Roberto Podval - IV - 35

BEM JURÍDICO NOS CRIMES CONTRA O MERCADO DE CAPITAIS (O) - Leonardo Alonso - V - 42

BEM JURÍDICO PENAL:
ALGUMAS COMPREENSÕES,
BREVES REFLEXÕES - Davi Castro Silva - I - 53

BEM JURÍDICO PROTEGIDO NOS DELITOS FLORESTAIS (O) - Érika Mendes de Carvalho - III - 8

BENS - IV - 27

- Apreensão - IV - 19
- Perda por atividade ilícita - IV - 11

BIEN JURÍDICO EN LOS DELITOS ECONÓMICOS (El) - Raul Peña Cabrera - II - 22

BIG CRUNCH

- Teoria - III - 35

BIOCIDAS - III - 22

BIODIVERSIDADE

- legislação - III - 41

BIOÉTICA - III - 37

- Clonagem - III - 39

BIOSSEGURANÇA - III - 40; III - 42; III - 43

- Bem jurídico - III - 43

- Bem jurídico penal tutelado - III - 40
- Delitos - III - 40
- Direito espanhol - III - 37
- Intervenção penal - III - 43
- Tipos legais de injusto - III - 43

BIOSSEGURANÇA E DIREITO PENAL - Luiz Regis Prado - III - 43

BIOTECNOLOGIA - III - 40; III - 41

- Direito Penal - III - 35

BIOTECNOLOGIA NO DIREITO PENAL MODERNO: LUZES E SOMBRAS (A) - Amelia Martín Uranga - III - 35

BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS EM PORTUGAL (O) - João José Davin Neves dos Santos - IV - 21

BRETTON WOODS

- Modelo - II - 30

BREVES NOTAS SOBRE O CRIME DE DUPLICATA SIMULADA - Fábio Ulhoa Coelho - V - 40

BUSCA E APREENSÃO - VI - 20

- Conceito - VI - 18
- Direito autoral - VI - 18
- Propriedade imaterial - VI - 23
- Vantagens - VI - 18

C

CAÇA - III - 20; III - 21

CADE - Vide: Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CALÚNIA - I - 49

CÂMBIO - II - 23; II - 30

- Flexibilização - II - 23
- ilegal - Crime - II - 23
- Realidade - II - 23

CAMPO DE INCIDÊNCIA

- Fato gerador - V - 11

CAPACIDADE - I - 22

- contributiva - Princípio - V - 2
- Culpa - I - 48
- de ação - I - 8
- penal - I - 48; I - 49
- penal - Pessoa jurídica - I - 45

CAPITALISMO

- globalizado - I - 34
- liberal - Concorrência - II - 45
- neo liberal - I - 34
- neo liberal - Controle - I - 34
- regulamentar - II - 6

CARÁTER SIMBÓLICO DA INTERVENÇÃO PENAL NA ORDEM ECONÔMICA - Leonardo Sica - I - 25

CARCINOFAUNA - III - 14

CARTA

- de Atenas - III - 23
- de Viena - III - 23

CARTEL - II - 21; II - 48; IV - 2

- Classificação - II - 48
- Conceito - II - 48
- Crime - II - 47
- Crime de quadrilha - II - 48

CARTEL E QUADRILHA OU BANDO: BIS IN IDEM - Miguel Reale Júnior - II - 47

CATEGORIA RESPONSABILIDAD SOCIAL EN LA RESPONSABILIDAD PENAL DE LAS PERSONAS JURIDICAS (LA) - David Baigún - I - 40

CAUSA

- econômica - V - 9
- financeira - V - 9
- política - Econômica e Financeira - V - 9
- supralegal - Inexigibilidade de conduta diversa - I - 40

CAUSALIDADE - I - 10

- Princípio - I - 6
- Reabilitação - I - 6

CAUSAS

- de aumento da pena - III - 19
- de aumento da pena - Corrupção - IV - 26
- de aumento da pena - Lavagem de capitais - IV - 27
- de aumento da pena - Tráfico de influência - IV - 26
- de diminuição de pena - III - 19
- de diminuição da pena - Lavagem de capitais - IV - 27
- extintivas de punibilidade - V - 20

CdVM - Vide: Código dos Valores Mobiliários de Portugal

CELERIDADE - I - 13

CÉLULA

- humana - Manipulação genética - III - 41
- multipotente - III - 43
- pluripotente - III - 43
- totipotente - III - 43

CÉLULA-TRONCO - III - 37; III - 44

- Conflito ético - III - 37
- Diferença do aborto - III - 37
- embrionária - III - 42; III - 43

CEPAL - Vide: Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina e Caribe

CESSÃO DE PATENTE BRASILEIRA - VI - 20

CETÁCEOS - III - 14

CIDADÃOS ESTRANGEIROS

- delitos praticados contra - VI - 46

CIÊNCIA PENAL - I - 45

CIFRAS NEGRAS - II - 17

CIGARROS

- Lançamento tributário - V - 12
- Tratamento fiscal - V - 12
- Tributação especial - V - 12

CIRCULAÇÃO DOS BENS NO MERCADO

- Bem jurídico - IV - 35

CIRCUNSTÂNCIA

- agravante - III - 19
- agravante - Genéricas - III - 19
- Arrependimento do infrator - III - 19
- atenuante - III - 19
- atenuante - Genéricas - III - 19
- Baixo grau de instrução e escolaridade - III - 19
- Conceito - III - 19
- Condições acessórias - III - 19
- do crime - III - 19
- Espécies - III - 19
- Gravidade do fato - III - 19
- judicial - III - 19
- legal - III - 19
- objetiva - III - 19
- Situação econômica do infrator - III - 19
- subjetiva - III - 19

CLASSE

- Correlação com delito - II - 13
- social - I - 44

CLAUSEWITZ A ENRON: LA GUERRA COMO

PROLONGACIÓN DEL
MERCADO POR OTROS
MEDIOS Y NUEVAS
PERSPECTIVAS DE DERECHO
PENAL INTERNACIONAL
CORPORATIVO EX CARGO I
DE NUREMBERG (DE) - Miguel
Ángel Rodríguez Arias - II - 8

CLÁUSULA DA EQUIVALÊNCIA -
I - 6; I - 8

CLIENTELA

- Desvio - II - 46

CLONAGEM - III - 43; III - 44

- Bens jurídicos afetados - III - 44
- Concurso de crimes - III - 39
- Crime - III - 39
- Direito penal espanhol - III - 39
- Estado de necessidade - III - 44
- humana - III - 42; III - 43
- humana - Bens jurídicos - III - 39
- humana - Crime - III - 42
- humana - Intervenção penal - III - 39
- reprodutiva - III - 44
- Sanção penal - III - 39
- Seres humanos idênticos - III - 39
- terapêutica - III - 39; III - 44
- Tratamento jurídico - III - 44
- verdadeira - III - 39

CLONAGEM: CONCRETIZAÇÃO
DO DIREITO A SOBREVIVER?
- Maria Auxiliadora Minahim -
III - 44

CLONAGEM HUMANA:
PRESSUPOSTOS PARA UMA
INTERVENÇÃO JURÍDICO-
PENAL (A) - Carlos Maria
Romeo Casabona - III - 39

CMN - Vide: Conselho Monetário
Nacional

CMVM - Vide: Comissão do
Mercado de Valores Mobiliários

COAÇÃO

- física - III - 19
- moral - III - 19

COAF - Vide: Conselho de
Controle de Atividades
Financeiras - IV - 11

COAUTORIA - I - 48; V - 16

CÓDIGO

- de Águas - III - 2
- de Defesa do Consumidor - I - 11;
III - 29
- de Defesa do Consumidor - cri-
minalização de condutas - III - 34
- de Processo Penal - Corrupção -
IV - 11
- do Imposto de Capitais - V - 2
- dos Valores Mobiliários de Portu-
gal - II - 15
- dos Valores Mobiliários de Portu-
gal - Disposições penais - II - 15
- Ecológico - III - 17
- Ecológico - Solução legal - III - 17
- Fiscal do Chile - V - 16
- Fiscal do México - V - 16
- Penal - I - 48
- Penal - Reforma - I - 48
- Penal Argentino - V - 15
- Penal da Rússia - V - 15
- Penal espanhol - IV - 22
- Penal peruano - II - 22
- Penal peruano - Bem jurídico - II -
22
- Tributário para a América Latina
- V - 16

COERÇÃO PENAL

- Limites - V - 6

COERÊNCIA DO SISTEMA - V - 18

COFAP - Vide: Comissão Federal
de Abastecimento e Preços

COLARINHO BRANCO - II - 1; II - 3; II - 11; II - 13; II - 17; II - 19; IV - 30

- Lei - II - 23
- Crime - II - 3

COMBATE À CORRUPÇÃO
ENTRE DIREITO PENAL E
DIREITO ADMINISTRATIVO
SANCIONADOR (O) - Yuri
Corrêa da Luz - IV - 37

COMBATE À CORRUPÇÃO
PÚBLICA E A
CRIMINALIZAÇÃO DO
ENRIQUECIMENTO ILÍCITO
NA ORDEM NORMATIVA
BRASILEIRA (O) - Patrícia
Carraro Rossetto - IV - 32

COMINAÇÃO PENAL - I - 54

COMISSÃO

- de Valores Mobiliários - II - 34
- do Mercado de Valores Mobiliários - II - 15
- Econômica para o Desenvolvimento da América Latina e Caribe - I - 16
- Federal de Abastecimento e Preços - II - 27
- Parlamentar de Inquérito - quebra de sigilo bancário - V - 52; V - 57
- por omissão - Estrutura VI - 1
- Presidencial sobre o crime organizado - VI - 34
- Técnica Nacional de Biossegurança - III - 42; III - 43

COMITÊ DE DIREITOS
ECONÔMICOS, SOCIAIS E
CULTURAIS - V - 10

COMPATIBILIZAÇÃO SISTÊMICA
- III - 22

COMPETÊNCIA

- comum - III - 20; III - 21
- constitucional - VI - 53

COMPETÊNCIA NOS DELITOS
DE LAVAGEM DE DINHEIRO
(DA) - Ângelo Roberto Ilha da
Silva - IV - 10

COMPETENCIA PARA O
PROCESSO CRIMINAL DE
FALLENCA (DA) - Francisco
Morato - VI - 10

COMPOSIÇÃO

- dano ao meio ambiente - III - 7

COMPUTER CRIMES - II - 20

- Classificação - II - 20

COMUNICAÇÃO - I - 32

CONCENTRAÇÃO DE EMPRESA

- Criminalização - II - 7

CONCEPCION CRIMINOLÓGICA
DE LA CRIMINALIDAD
ORGANIZADA
CONTEMPORÂNEA - Pedro
Juan Mayor M. - VI - 52

CONCILIAÇÃO - I - 13

CONCORDATA

- Direito do concordatário - VI - 14
- Fraude
- Homologação - VI - 14
- Prazo - VI - 14

CONCORRÊNCIA - I - 21; II - 7;
II - 20

- comercial - VI - 19
- Conceito - I - 21
- Condutas ilegais - I - 21
- criminosa - Direito autoral - VI - 17
- desleal - I - 21; I - 22; I - 23; I - 30; II - 20; IV - 16; IV - 25; VI - 19
- desleal - América Latina - II - 42
- desleal - Brasil - I - 21

- desleal - Conceito - II - 39
- desleal - Corrupção entre particulares - IV - 16
- desleal - Corrupção no setor privado - IV - 25
- desleal - Crime - II - 39; II - 43
- desleal - Defesa do consumidor - I - 21
- desleal - Diplomas legais - I - 21
- desleal - Direito comparado - II - 42
- desleal - Doutrina italiana - II - 39
- desleal - Ilícitos civis - II - 42
- desleal - Ilícitos penais - II - 42
- desleal - Jurisprudência - II - 39
- econômica - IV - 25
- industrial - VI - 19
- Infrações *de per se* - I - 21
- Intervenção do Estado - I - 21
- Liberdade - I - 21
- pública - Fraude - II - 21
- Regra da razão - I - 21
- Tutela - II - 7

CONCORRÊNCIA DESLEAL E INTERESSE DIFUSO NO DIREITO BRASILEIRO - Miguel Reale Junior - II - 45

CONCORRÊNCIA DESLEAL E REGISTRO DE MARCA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO - E. Magalhães Noronha - II - 39

CONCORRÊNCIA DESLEAL NA AMÉRICA LATINA E EM OUTROS PAÍSES (A) - José Carlos Tinoco Soares - II - 42

CONCURSO

- de crimes - VI - 15
- de pessoas - I - 48
- de pessoas - Crime organizado - VI - 35
- de pessoas - normas específicas - inconstitucionalidade - I - 11
- formal - VI - 15

- formal de delitos ambientais - III - 22
- material - VI - 15
- real de delitos - I - 5
- Violação de sigilo - VI - 22

CONCUSSÃO - IV - 2

CONDEMA - Vide: Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

CONDENAÇÃO

- Consequências - V - 20
- Procedibilidade - V - 19

CONDENADO - I - 48

CONDEPHAAT - Vide: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico

CONDIÇÃO

- acessória - Circunstâncias - III - 19
- do indivíduo - I - 44
- objetiva de punibilidade - V - 9; V - 29; V - 30
- objetiva de punibilidade - Lançamento tributário - V - 30

CONDUTA - I - 48

- Crime contra a ordem tributária - V - 5
- criminosa - I - 44; I - 46
- criminosa - Sonegação fiscal - V - 20
- de perigo abstrato - Criminalização - V - 6
- delituosa - I - 48
- humana - I - 48
- ilícita - I - 48
- múltipla - I - 48
- Pessoa jurídica - I - 46
- punível - I - 14

CONFISCATORIEDADE

- Princípio - V - 10

CONFISCO - IV - 11; V - 19**CONGELAMENTO DE PREÇOS - II - 35****CONSCIÊNCIA**

- Ilícito - I - 45
- Potencial do injusto - V - 4

CONSELHO

- Administrativo de Defesa Econômica - II - 7; II - 12; II - 27; II - 33; II - 44
- Administrativo de Defesa Econômica - Caráter administrativo das decisões - II - 12
- Administrativo de Defesa Econômica - Competência - II - 12
- Administrativo de Defesa Econômica - Estrutura - II - 12
- Administrativo de Defesa Econômica - Origem - II - 12
- Administrativo de Defesa Econômica - Poder inibitório - II - 7
- Administrativo de Defesa Econômica - Recorribilidade das decisões - II - 12
- de Controle de Atividades Financeiras - IV - 11
- de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico - III - 23
- Internacional de Monumentos e Sítios - III - 23
- Monetário Nacional - Resoluções - V - 49
- Municipal de Defesa do Meio Ambiente - III - 11

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA - III - 20**CONSIDERACIONES SOBRE EL DERECHO PENAL ECONOMICO Y ESPECIAL EN****LA SOCIEDAD DEMOCRÁTICA CONTEMPORÂNEA - Jorge Vázques Rossi - I - 22****CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO ART. 23, § 2.º DA LEI 4.131 - Arnaldo Wald - II - 14****CONSIDERAÇÕES SOBRE A APLICABILIDADE DO ARTIGO 34 DA LEI 9.249, DE 26.12.1995, AOS CRIMES PRATICADOS EM DETRIMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - Lúcia Helena Rosas de Ávila Feijó - V - 37****CONSIDERAÇÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE CRIMINAL DAS PESSOAS JURÍDICAS - Rodrigo Iennaco de Moraes - I - 50****CONSIDERAÇÕES SOCIOLÓGICAS SOBRE O CRIME ORGANIZADO NO BRASIL - Fernando Salla - VI - 39****CONSÓRCIO - V - 39**

- Antecedente legislativo - V - 48
- Crime - V - 48
- Crime contra sistema financeiro - V - 39
- Jurisprudência - V - 48
- Natureza jurídica - V - 48

CONSTITUCIONALIDADE

- Controle - IV - 19
- das leis - IV - 19
- do tributo - V - 17

CONSTITUIÇÃO - III - 20; III - 21

- Brasileira - Superioridade hierárquica - VI - 53

- definitiva do crédito tributário - V - 5
- do crédito tributários - V - 3; V - 5
- Eficiência - VI - 36
- Equilíbrio - VI - 36
- Federal - III - 13
- Garantismo - VI - 36
- Ordem econômica - I - 25
- Princípios - VI - 36

CONSUMAÇÃO

- Sonegação fiscal - V - 20

CONSUMIDOR - III - 32; III - 40

- Conceito - III - 29
- Definição - III - 30
- Direito penal econômico - III - 29
- Microsistema de proteção - III - 34
- Tecnologia - VI - 28
- Tutela penal - III - 34

CONSUMO - I - 44

- Relação - II - 20
- Relação jurídica - III - 32

CONTA

- CC - 5 - depósito tipo 2 - II - 30
- corrente no exterior - V - 49

CONTEÚDO DO BEM

JURÍDICO NOS CRIMES
CONTRA A SAÚDE PÚBLICA,
ESPECIALMENTE EM MATÉRIA
DE FRAUDE ALIMENTAR (O)
- Robervani Pierin do Prado e
Carla Liliane Waldow Esquivel -
III - 46

CONTEXTO E CONCEITO PARA O DIREITO PENAL ECONÔMICO

- Celso Eduardo Faria Coracini
- I - 17

CONTEXTO SUPRANACIONAL DE LA PUNICIÓN DEL INTRUSISMO INFORMÁTICO

- Nuria Matellanes Rodríguez -
VI - 30

CONTRABANDO - IV - 2; IV - 5

- de dinheiro - IV - 28
- Descaminho - IV - 7
- Princípio da insignificância - IV - 5

CONTRADITÓRIO - V - 5

- Propositura da Ação Penal - V - 5

CONTRAFACÇÃO - IV - 4; VI - 26

- Direito do autor - VI - 18

CONTRAFACÇÃO DE MARCAS E DESENHOS INDUSTRIAIS: PROPOSTA DE NOVO TRATAMENTO JURÍDICO - Gilson Sidney Amancio de Souza - VI - 24

CONTRATO

- administrativo - IV - 1
- administrativo - Crime - IV - 1
- de edição - VI - 26
- de edição - Direito das obrigações
- VI - 26
- público - IV - 24

CONTRAVENÇÃO PENAL - III; III - 21

- Crime organizado - VI - 49
- tributária - Erros materiais - V - 9

CONTRIBUIÇÃO

- à entidades ambientais ou cultu-
rais públicas - Pena - III - 5
- previdenciária - Crime - V - 31
- Previsão constitucional - V - 37
- Provisória sobre a Movimentação
financeira - instrumento de fisca-
lização - V - 53
- social - Conceito Penal-tributário
- V - 3

CONTROLE

- da poluição - III - 20

- de câmbio – evolução normativa – **II** - 30
- de constitucionalidade – **IV** - 19
- de preços – **I** - 44
- penal – **I** - 33; **I** - 34
- político-econômico – **V** - 8
- político-econômico – Infrações penais tributárias – **V** - 8
- político-econômico – Ministério Público – **V** - 8
- político-econômico – Riscos – **V** - 8
- social – **I** - 44

CONTROLE E REAÇÃO SOCIAL EM RELAÇÃO À EMPRESA NO NOVO PROJETO DE NOVA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO – João Marcello de Araújo Junior – **I** - 44

CONTROLE PENAL NO CAPITALISMO GLOBALIZADO (O) – Vera Regina Pereira de Andrade – **I** - 34

CONVENÇÃO

- Americana sobre Direitos Humanos – **V** - 10
- das Nações Unidas contra a corrupção – **IV** - 12; **IV** - 31
- das Nações Unidas contra a corrupção – Assistência judicial recíproca – **IV** - 31
- das Nações Unidas contra a corrupção – Regime jurídico – **IV** - 31
- das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional – **IV** - 12; **VI** - 50
- das Nações Unidas sobre tráfico de drogas e substâncias psicotrópicas – **IV** - 18
- de combate à corrupção – **IV** - 32
- de Direito Penal sobre corrupção do Conselho da Europa – **IV** - 16
- de Genebra sobre a falsificação de moedas – **IV** - 4

- de Mérida das Nações Unidas contra a corrupção – Corrupção no setor privado – **IV** - 16
- de Mérida sobre corrupção – **IV** - 17
- de Palermo – Vide Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional
- de Viena – **IV** - 21
- Europeia de Direitos Humanos – **I** - 13
- Interamericana contra a Corrupção – **IV** - 12
- interamericana sobre assistência mútua em matéria penal – **IV** - 31
- interamericana sobre assistência mútua em matéria penal – Âmbito de aplicação – **IV** - 31
- Internacional – Brasil – **V** - 10
- sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais – **IV** - 12
- sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais – Força normativa da Convenção – **IV** - 12

CONVÊNIO EUROPEU DE ASSISTÊNCIA JUDICIAL EM MATÉRIA PENAL – **IV** - 31

- Âmbito de aplicação material – **IV** - 31
- Âmbito de aplicação territorial – **IV** - 31
- Aplicação – **IV** - 31
- Aplicação da lei do Estado requerente – **IV** - 31
- Entrada em vigor – **IV** - 31
- Envio de documentos – **IV** - 31
- Intercâmbio espontâneo de informações – **IV** - 31
- Objeto do convênio – **IV** - 31
- Princípios – **IV** - 31
- Protocolo – **IV** - 31

CONVÍVIO - I - 44

- comunitário - I - 44
- internacional - IV - 8; IV - 17; IV - 20
- internacional - Restituição de ativos - IV - 17
- judicial internacional - IV - 31

COOPERATIVA AGRÍCOLA - I - 52

- Responsabilidade penal - I - 52

CORPO DE DELITO - III - 14**CORPORAÇÃO - I - 38**

- Agentes responsáveis - I - 38
- Entidades autônomas - I - 38
- Impacto nos direitos humanos - II - 8
- internacional - II - 8
- Relação com o Estado - II - 8

CORPORATE CRIME - II - 11**CORRENTES FUNCIONALISTAS - I - 33****CORRETIVOS TÍPICOS - III - 1; III - 2****CORRUPÇÃO - I - 29; II - 5; III - 18; IV - 8; IV - 11; IV - 12; IV - 13; IV - 17; IV - 22; IV - 23; IV - 24; IV - 25; IV - 31; IV - 33; IV - 34; IV - 37; VI - 40**

- Ação penal - IV - 11; IV - 26
- Alcance da compreensão - IV - 34
- Antecedente - IV - 22
- Aplicação da lei brasileira - IV - 12
- Aspectos processuais - IV - 11
- Assistência - IV - 8
- Assistência judicial internacional - Âmbito de aplicação - IV - 31
- Assistência judicial internacional - Fins - IV - 31
- Assistência judicial internacional - Tramites - IV - 31
- Assistência judicial mútua - Iberoamerica - IV - 31

- Assistência judicial mútua internacional - IV - 31
- ativa - IV - 2; IV - 25
- ativa - de empregado - II - 43
- ativa em transação comercial internacional - IV - 26
- ativa no setor privado - IV - 25
- Ato de improbidade administrativa - IV - 11
- Ato de ofício - IV - 12
- Ato relacionado à transação comercial internacional - IV - 12
- Bem jurídico - IV - 22; IV - 26
- Causas de aumento de pena - IV - 26
- Código de Processo Penal - IV - 11
- Códigos éticos - IV - 24
- Competência do funcionário público estrangeiro - IV - 12
- Conceito - IV - 26; IV - 33
- Conceituações - IV - 12
- Concussão - IV - 12
- Conduta em contraprestação conforme ao direito - IV - 22
- Conduta em contraprestação contrária ao direito - IV - 22
- Consequências jurídicas - IV - 24
- Contratos do setor público - IV - 24
- Cooperação - IV - 8
- Cooperação internacional - IV - 17
- Crime organizado - IV - 11
- de menores - VI - 46
- Delação premiada - IV - 11
- Delimitação conceitual - IV - 13
- Delito de perigo concreto - IV - 22
- Democracia - VI - 40
- Desenvolvimento econômico - IV - 17
- Dimensão internacional - IV - 8
- Donativos - IV - 22
- econômica - IV - 8
- econômica - Assistência - IV - 8

- econômica - Cooperação - IV - 8
- econômica - Medidas preventivas - IV - 8
- econômica - Medidas repressivas - IV - 8
- econômica - Regras sobre jurisdição - IV - 8
- econômica - Responsabilidade das pessoas jurídicas - IV - 8
- Efeitos econômicos - IV - 17
- Efeitos políticos - IV - 17
- Elemento subjetivo - IV - 22
- Elementos comuns - IV - 8
- Empregados - IV - 25
- entre particulares - IV - 16
- entre particulares - Convenções internacionais - IV - 16
- entre particulares - Direito alemão - IV - 16
- entre particulares - Direito comparado - IV - 16
- entre particulares - Lealdade na concorrência - IV - 16
- entre particulares - Modelo privado de tipificação - IV - 16
- entre particulares - Modelos de tipificação - IV - 16
- entre particulares - Princípios constitucionais - IV - 16
- Estrutura típica - IV - 22
- Etimologia - IV - 26
- Expansão do conceito - IV - 17
- Expansão penal - IV - 34
- Financiamento dos partidos políticos - IV - 24
- Globalização - IV - 26
- Histórico - IV - 34
- Importância do combate - IV - 26
- Iniciativas internacionais públicas - IV - 17
- Início da execução - IV - 12
- Instrumento internacionais - IV - 13; IV - 26
- Instrumentos contra - IV - 8
- Justificativa do agente - IV - 12
- Lavagem de dinheiro - IV - 11
- Legislação penal espanhola - IV - 16
- Lesividade - IV - 8
- Luta contra - IV - 34
- Luta contra na União Européia - IV - 13
- Luta global - IV - 8
- Luta internacional - IV - 12
- Marco conceitual - IV - 17
- Mecanismos de seguimento - IV - 8
- Mecanismos para combate - IV - 24
- Medidas preventivas - IV - 8; IV - 13
- Medidas repressivas - IV - 8; IV - 13
- Modalidade de recolhimento - IV - 22
- Modalidades - IV - 22
- Modelo principal-agente - IV - 33
- Mudança de paradigmas - IV - 34
- no setor privado - IV - 16; IV - 25
- no setor privado - Bem jurídico - IV - 25
- no setor privado - Concorrência desleal - IV - 25
- no setor privado - Criminalização - IV - 25
- no setor privado - Direito alemão - IV - 25
- no setor privado - Direito comparado - IV - 25
- no setor privado - Instrumentos internacionais - IV - 25
- no setor privado - Traição - IV - 16
- no setor privado - União Europeia - IV - 25
- Normas da parte especial - IV - 12
- Normatividade brasileira - IV - 37
- Novos perfis - IV - 17
- Objetivos dos instrumentos contra - IV - 8
- passiva - IV - 2; IV - 11; IV - 25

- passiva - de empregado - II - 43
 - passiva no setor privado - IV - 25
 - Pena - IV - 26
 - política - IV - 33
 - política - Conceito - IV - 24
 - política - Criminal - IV - 24
 - política - Direito - IV - 33
 - política - Modelo principal-agente - IV - 33
 - política - Questões criminológicas - IV - 24
 - Política criminal - IV - 17
 - Política legislativa brasileira - IV - 12
 - Poluição - III - 18
 - Potencial simbólico da responsabilização - IV - 37
 - Preocupação internacional - IV - 8
 - Presentes - IV - 22
 - Prisão em flagrante - IV - 11
 - privada - IV - 8
 - privada - Dano patrimonial - IV - 16
 - privada - Deslealdade do empregado - IV - 16
 - Processo de avaliação da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - IV - 12
 - Promulgação dos tratados - IV - 12
 - pública - IV - 8
 - pública - Aspectos - IV - 32
 - Questões gerais - IV - 22
 - Realização da oferta - IV - 12
 - Regras de autoria - IV - 12
 - Regras de participação - IV - 12
 - Regras sobre jurisdição - IV - 8
 - Relação com suborno - IV - 26
 - Relatórios da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - IV - 12
 - Repressão penal - IV - 17
 - Responsabilidade penal da pessoa jurídica - IV - 8; IV - 13
 - Resposta da legislação penal espanhola - IV - 17
 - Resposta do direito penal - IV - 17
 - Resposta penal no Brasil - IV - 17
 - Respostas penais - IV - 24
 - Respostas políticas - IV - 24
 - Respostas sociais - IV - 24
 - Restituição de ativos - IV - 17
 - Sanções - IV - 37
 - Sanções penais - IV - 13
 - Situação penal - IV - 34
 - subsequente - IV - 22
 - Sujeito ativo - IV - 26
 - Sujeito passivo - IV - 26
 - Tipicidade objetiva - IV - 26
 - Tipicidade subjetiva - IV - 26
 - Tipos delitivos - IV - 8
 - Transações comerciais internacionais - IV - 12; IV - 13
 - transnacional - IV - 13; IV - 26
 - Tratados internacionais - IV - 34
 - Variação histórica do conceito - VI - 40
- CORRUPÇÃO: ASPECTOS PROCESSUAIS** - Antonio Scarance Fernandes e Tiago Cintra Essado - IV - 11
- CORRUPÇÃO, CRIME ORGANIZADO E DEMOCRACIA** - Flávia Schilling - VI - 40
- CORRUPÇÃO EM UMA PERSPECTIVA INTERNACIONAL (A)** - Carlos Eduardo Adriano Japiassú - IV - 13
- CORRUPCIÓN POLÍTICA Y DERECHO** - Rafael Bustos Gisbert - IV - 33
- CORRUPCIÓN Y DERECHO PENAL: NUEVOS PERFILES,**

- NUEVAS RESPUESTAS – Ignacio Berdugo Gómez de la Torre e Eduardo A. Fabián Caparrós – **IV** - 17
- CORTE PENAL INTERNACIONAL – **I** - 26
- CPI – Vide: Comissão Parlamentar de Inquérito
- CPMF – Vide: Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira
- CREDIBILIDADE – **I** - 49
- CRÉDITO TRIBUTÁRIO
- Causas de extinção – **V** - 32
- CREDORES
- Crimes falimentares – **VI** - 14
- CRIME – **I** - 14; **I** - 28; **I** - 44; **I** - 47; **I** - 49
- acidentalmente de consumo – **III** - 29
 - ambiental – **I** - 42; **I** - 43; **III** - 5; **III** - 6; **III** - 10; **III** - 19; **III** - 28
 - ambiental – Ação penal pública – **III** - 6
 - ambiental – Aplicabilidade do princípio da insignificância – **III** - 10
 - ambiental – Arquivamento do Inquérito – **III** - 6
 - ambiental – Caracterização da infração administrativa – **III** - 6
 - ambiental – Competência – **III** - 6
 - ambiental – Concurso formal – **III** - 22
 - ambiental – Condições da suspensão do processo – **III** - 7
 - ambiental – Controle jurisdicional – **III** - 6
 - ambiental – Inércia do sujeito ativo – **III** - 22
 - ambiental – Infrações administrativas – **III** - 6
 - ambiental – Inquérito policial – **III** - 6
 - ambiental – Instauração do inquérito – **III** - 6
 - ambiental – Juizados Especiais Criminais – **III** - 10
 - ambiental – Legislação – **III** - 28
 - ambiental – Lei penal em branco – **III** - 22
 - ambiental – Medidas aplicadas na transação penal – **III** - 7
 - ambiental – Natureza jurídica do inquérito – **III** - 6
 - ambiental – Perigo abstrato – **III** - 22
 - ambiental – Pessoa jurídica – **III** - 22
 - ambiental – Portugal – **III** - 36
 - ambiental – Prazo para conclusão do inquérito – **III** - 6
 - ambiental – Prova – **III** - 6
 - ambiental – Questões prejudiciais – **III** - 6
 - ambiental – Responsabilidade penal – **I** - 42
 - ambiental – Ritos processuais – **III** - 6
 - ambiental – Sanção penal – **III** - 22
 - ambiental – Sanções administrativas – **III** - 6
 - ambiental – Sujeito passivo – **III** - 22
 - ambiental – Suspensão condicional do processo – **III** - 6
 - ambiental – Suspensão do processo – **III** - 7
 - ambiental – Tipo objetivo – **III** - 22; **III** - 28
 - ambiental – Tipo subjetivo – **III** - 22; **III** - 28
 - ambiental – Transação penal – **III** - 6; **III** - 7
 - Antecedente – **IV** - 9

- antitruste - II - 40
- antitruste - Bem jurídico tutelado - II - 40
- Aspectos do conceito analítico - I - 50
- autoral - VI - 16
- autoral - Ação penal - VI - 18; VI - 21
- autoral - Atuação do Ministério Público - VI - 21
- autoral - Bem jurídico - VI - 16
- autoral - Busca e Apreensão - VI - 18
- autoral - Dispensa da queixa - VI - 18
- autoral - Lucro - VI - 16
- autoral - Norma penal em branco - VI - 21
- autoral - Ofensa à personalidade - VI - 16
- autoral - Pena aumentada - VI - 21
- autoral - Queixa - VI - 21
- autoral - Reforma da lei - VI - 21
- cambial - I - 44
- Cartel - II - 47
- Cartel - Bem jurídico - II - 47
- Cartel - Diferença de quadrilha ou bando - II - 47
- cibernético - Vide: Crime de informática
- Circunstâncias - III - 19
- Circunstâncias objetivas - I - 48
- comissivo - I - 6; IV - 3
- comissivo - Critério - I - 6
- comissivo - Critério da causalidade - I - 6
- comissivo - Critério da energia - I - 6
- comissivo - Critério da gravidade da conduta - I - 6
- Compreensão unitária - V - 4
- comum - VI - 15
- Conceito - I - 14; I - 50; V - 32
- Conceito analítico - I - 50
- Conceito analítico - Paradigma da responsabilidade da pessoa jurídica - I - 50
- Conceito material - II - 5
- Concorrência desleal - II - 39; II - 42; II - 45
- Concorrência desleal - Abuso de segredo de negócio - II - 43
- Concorrência desleal - Ação penal - II - 43
- Concorrência desleal - Bem jurídico tutelado - II - 43
- Concorrência desleal - Corrupção ativa de empregado - II - 43
- Concorrência desleal - Corrupção passiva de empregado - II - 43
- Concorrência desleal - Desvio de clientela - II - 46
- Concorrência desleal - Doutrina italiana - II - 46
- Concorrência desleal - Falsa afirmação - II - 43
- Concorrência desleal - Falsa informação - II - 43
- Concorrência desleal - Falsa publicidade - II - 43
- Concorrência desleal - Fraude em embalagens alheias - II - 43
- Concorrência desleal - Fraude para o desvio de clientela - II - 43
- Concorrência desleal - Interesse difuso - II - 45
- Concorrência desleal - Livre concorrência - II - 42
- Concorrência desleal - Meio fraudulento - II - 46
- Concorrência desleal - Pena - II - 43
- Concorrência desleal - Propaganda dispersiva - II - 43
- Concorrência desleal - Propriedade industrial - II - 45
- Concorrência desleal - Publicidade comparativa - II - 42
- Concorrência desleal - Publicidade enganosa - II - 42

- Concorrência desleal - Substituição do nome do produtor - II - 43
- Concorrência desleal - Sujeitos do delito - II - 43
- Concorrência desleal - Uso de segredo - II - 46
- Concorrência desleal - Uso indevido de nome comercial - II - 43
- Concorrência desleal - Violação de segredo - II - 46
- Concorrência desleal - Violação de segredo de fábrica - II - 43
- continuado - VI - 15
- contra a administração ambiental - III - 6; III - 19
- contra a administração pública - IV - 2; IV - 32; IV - 34
- contra a administração pública - Classificação - IV - 2
- contra a administração pública - Mecanismos de controle - IV - 2
- contra a administração pública - Peculiaridades dos mecanismos de controle - IV - 2
- contra a administração pública - Sanções alternativas - IV - 2
- contra a confiança - I - 30
- contra a confiança - Tráfico jurídico - I - 30
- contra a economia popular - Ação do Ministério Público - II - 25
- contra a fauna - III - 6; III - 8; III - 16
- contra a fauna ictiológica - III - 11
- contra a fauna na Espanha - III - 8
- contra a flora - III - 6; III - 8; III - 16
- contra a flora na Espanha - III - 8
- contra a ordem econômica - I - 11; I - 28; II - 3
- contra a ordem econômica - Bem jurídico - II - 10
- contra a ordem econômica - Conceito - II - 10
- contra a ordem econômica - Conciliação - II - 24
- contra a ordem econômica - Objetividade jurídica - II - 10
- contra a ordem econômica - Repressão - II - 33
- contra a ordem sócio-econômica - II - 10
- contra a ordem tributária - II - 3; II - 20
- contra a ordem tributária - Ação Penal - V - 5
- contra a ordem tributária - Bens jurídicos tutelados - V - 6
- contra a ordem tributária - Falsificação - V - 8
- contra a ordem tributária - Falsos - V - 8
- contra a ordem tributária - Ministério Público - V - 8
- contra a ordem tributária - Não possibilidade de transação - V - 8
- contra a ordenação territorial - Autoria ativa - III - 26
- contra a propriedade imaterial - I - 23; VI - 19
- contra a propriedade imaterial - Consequências - VI - 20
- contra a propriedade imaterial - Queixa - VI - 20
- contra a propriedade industrial - Importação de produtos - VI - 20
- contra a saúde pública - Bem jurídico - III - 46
- contra a saúde pública - Relações de consumo - III - 46
- contra as finanças públicas - Espécies - V - 43
- contra as relações de consumo - I - 11; II - 20
- contra as relações de consumo - Autoria - I - 11
- contra as relações de consumo - Partícipes - I - 11
- contra economia popular - II - 32; II - 37

- contra economia popular - Fornecimento de serviços básicos - II - 25
- contra economia popular - *Habeas corpus* - II - 26; II - 37
- contra economia popular - Júri - II - 31
- contra economia popular - Jurisprudência - II - 37
- contra economia popular - Legislação - II - 32
- contra economia popular - Legislação italiana - II - 26
- contra economia popular - Ministério Público - II - 26
- contra economia popular - Obstar locatário de serviços básicos - II - 25
- contra economia popular - Prédio locado - II - 25
- contra economia popular - Processo - II - 31
- contra economia popular - Sujeito - II - 26
- contra economia popular - Usura - II - 36
- contra finanças públicas - V - 43
- contra finanças públicas - Bem jurídico tutelado - V - 43
- contra finanças públicas - Legislação - V - 43
- contra finanças públicas - Sanção penal - V - 43
- contra finanças públicas - Sujeitos - V - 43
- contra finanças públicas - Tipicidade objetivo-subjetiva - V - 43
- contra o meio ambiente - Localização em leis especiais - III - 20
- contra o meio ambiente - Localização no Código Penal - III - 20
- contra o mercado - Crimes econômicos - II - 15
- contra o mercado - Regime das averiguações preliminares - II - 15
- contra o mercado de capitais - I - 23; V - 42
- contra o mercado de capitais - Bem jurídico tutelado - V - 42
- contra o mercado de capitais - Tutela dos interesses da sociedade emissora - V - 42
- contra o mercado de capitais - Tutela patrimonial dos investidores - V - 42
- contra o ordenamento urbano - III - 6
- contra o patrimônio cultural - III - 6
- contra o patrimônio cultural - Bem jurídico-penal - III - 25
- contra o patrimônio cultural - Conceito constitucional - III - 25
- contra o patrimônio cultural - Sanções penais - III - 25
- contra o patrimônio cultural - Sujeito ativo - III - 25
- contra o patrimônio cultural - Sujeito passivo - III - 25
- contra o patrimônio cultural - Tipicidade objetiva - III - 25
- contra o patrimônio cultural - Tipicidade subjetiva - III - 25
- contra o patrimônio genético humano - III - 42
- contra o patrimônio histórico - Ação penal - III - 23
- contra o patrimônio histórico - Consumação e tentativa - III - 23
- contra o patrimônio histórico - Elemento objetivo do tipo - III - 23
- contra o patrimônio histórico - Elemento subjetivo do tipo - III - 23
- contra o patrimônio histórico - Objeto material - III - 23
- contra o patrimônio histórico - Sujeito ativo - III - 23
- contra o patrimônio histórico - Sujeito passivo - III - 23

- contra o sistema financeiro – II - 3; V - 41; V - 42; V - 44; V - 47; V - 49
- contra o sistema financeiro – Anteprojeto – V - 41
- contra o sistema financeiro – Assistência do Ministério Público – V - 45
- contra o sistema financeiro – Bem jurídico – V - 41; V - 46; V - 49
- contra o sistema financeiro – Consumo – V - 46
- contra o sistema financeiro – Crime de perigo – V - 47
- contra o sistema financeiro – Crime de resultado – V - 47
- contra o sistema financeiro – Crime permanente – V - 49
- contra o sistema financeiro – Espécie de penas – V - 41
- contra o sistema financeiro – Estudo quantitativo – V - 44
- contra o sistema financeiro – Função do Procurador Geral da República – V - 45
- contra o sistema financeiro – Gestão fraudulenta – V - 47
- contra o sistema financeiro – Gestão temerária – V - 47
- contra o sistema financeiro – Inconstitucionalidade – V - 45
- contra o sistema financeiro – *Insider trading* – II - 34
- contra o sistema financeiro – Jurisprudência – V - 44
- contra o sistema financeiro – Legalidade – V - 47
- contra o sistema financeiro – Lei penal em branco – V - 49
- contra o sistema financeiro – Levantamento estatístico – V - 44
- contra o sistema financeiro – Manutenção da condenação – V - 44
- contra o sistema financeiro – Pesquisa empírica – V - 44
- contra o sistema financeiro – Projeto de lei – V - 45
- contra o sistema financeiro – Reforma do Código Penal – V - 41
- contra o sistema financeiro – Reserva legal – V - 49
- contra o sistema financeiro – Sujeito ativo – V - 45
- contra o sistema financeiro – Tentativa – V - 46
- contra o sistema financeiro – Tipo subjetivo – V - 46
- contra o sistema financeiro – Tipos penais – V - 41
- contra o sistema financeiro nacional – I - 11; IV - 30; V - 39
- contra o sistema financeiro nacional – Conceito – I - 11
- contra o sistema financeiro nacional – Conduta – V - 46
- contra o sistema financeiro nacional – Irretroatividade de lei penal maléfica – V - 49
- contra o sistema financeiro nacional – Jurisprudência – V - 39
- contra o sistema financeiro nacional – Nexos de causalidade – V - 39
- contra o sistema financeiro nacional – Reforma da decisão – V - 44
- contra o sistema financeiro nacional – Sujeitos – V - 46
- contra o sistema financeiro nacional – Tipo objetivo – V - 46
- contra ordem econômica – II - 24; II - 33
- contra ordem econômica – Ação penal – II - 29
- contra ordem econômica – Aplicação da lei penal – II - 29
- contra ordem econômica – Denúncia – II - 29
- contra ordem econômica – Histórico – II - 27
- contra ordem econômica – Legislação – II - 29; II - 33
- contra ordem econômica – Lei antitruste – II - 27

- contra ordem econômica - Ministério Público - II - 24; II - 33
- contra ordem econômica - Prevenção - II - 33
- contra ordem tributária - Legislação - V - 31
- contra ordem tributária e econômica - V - 5
- contra ordenação territorial - Autoria passiva - III - 26
- contra organização tributária - V - 32
- contra propriedade imaterial - VI - 20
- contra relação de consumo econômica - III - 29
- contra relação de consumo sanitária - III - 29
- contra saúde pública - Histórico - III - 38
- de abuso de informação - II - 15
- de abuso de informação - Conceito - II - 15
- de abuso de informação - Relevância penal - II - 15
- de abuso de poder econômico - II - 20; IV - 2
- de abuso de poder econômico - Tipos Penais - II - 20
- de abuso do poder econômico - Mecanismos de controle - IV - 2
- de abuso do poder econômico - Peculiaridades dos mecanismos de controle - IV - 2
- de abuso do poder econômico - Sanções alternativas - IV - 2
- de Ação Pública incondicionada - VI - 11
- de Ação Pública incondicionada - Assistente da acusação - VI - 11
- de bagatela - III - 10; IV - 5
- de bagatela - Técnicas de despenalização - III - 10
- de câmbio ilegal - II - 23
- de clonagem - III - 39
- de clonagem - Antijuridicidade - III - 39
- de clonagem - Valoração político-criminal - III - 39
- de colarinho branco - I - 22; I - 27; I - 30; I - 35; II - 1; II - 3; II - 5; II - 11; II - 13; II - 17; II - 20; IV - 30; V - 8; V - 10
- de colarinho branco - Administração da Justiça - II - 13
- de colarinho branco - *Ambulance chasing* - II - 19
- de colarinho branco - Atrativo - II - 13
- de colarinho branco - Bens jurídicos supraindividuais - II - 5
- de colarinho branco - Características - II - 17
- de colarinho branco - Conceito - II - 13; II - 17; IV - 30
- de colarinho branco - Criminalização - II - 3
- de colarinho branco - Criminologia - II - 13; II - 17
- de colarinho branco - Crítica às estatísticas oficiais - II - 13
- de colarinho branco - Delito fiscal - V - 4
- de colarinho branco - Desvios profissionais - II - 19
- de colarinho branco - Estatísticas oficiais - II - 13
- de colarinho branco - Histórico - II - 17
- de colarinho branco - Inflação legislativa - II - 5
- de colarinho branco - Judiciário - II - 1
- de colarinho branco - Mídia - II - 1
- de colarinho branco - Modelo preventivo - II - 17
- de colarinho branco - Modelo repressivo - II - 17
- de colarinho branco - Modelos de controle - II - 17

- de colarinho branco - Nova hermenêutica - II - 3
- de colarinho branco - Omissão legislativa - II - 19
- de colarinho branco - Política criminal - V - 8
- de colarinho branco - Problemática das cifras negras - II - 17
- de colarinho branco - Proteção legislativa - V - 8
- de colarinho branco - Publicidade fraudulenta - II - 19
- de colarinho branco - Significado - II - 17
- de colarinho branco - Teoria da associação diferencial - II - 17
- de colarinho branco - Teoria da desorganização social - II - 17
- de colarinho branco - Tipologia - II - 13
- de concorrência desleal - II - 20
- de conduta - V - 4
- de conduta mista - III - 21
- de consumo impróprio - III - 29
- de consumo próprio - III - 29
- de contrabando - IV - 5
- de dano - III - 21; III - 45; IV - 1; IV - 3; V - 19
- de dano com dolo de perigo - VI - 15
- de descaminho - IV - 5; IV - 7
- de desobediência - IV - 2
- de desobediência - Crime ecológico - III - 36
- de duplicata simulada - V - 40
- de informática - VI - 29; VI - 30
- de informática - Alemanha - VI - 30
- de informática - Aspectos legislativos - VI - 29
- de informática - Aspectos políticos - VI - 29
- de informática - Ataques ao sistema de informação - VI - 30
- de informática - Comunicação - VI - 29
- de informática - Direito europeu - VI - 30
- de informática - Elementos do tipo - VI - 29
- de informática - França - VI - 30
- de informática - Fraudes - VI - 28
- de informática - Fundamentos dogmáticos - VI - 29
- de informática - Fundamentos político-criminais - VI - 29
- de informática - Globalização - VI - 30
- de informática - Hackers - VI - 28
- de informática - Harmonização penal - VI - 30
- de informática - Imputação - VI - 29
- de informática - Informação - VI - 29
- de informática - Intervenção do direito penal - VI - 29
- de informática - Intromissão branca - VI - 29
- de informática - Itália - VI - 30
- de informática - Jurisdição competente - VI - 29
- de informática - Lavagem de dinheiro - VI - 28
- de informática - Lugar - VI - 29
- de informática - Ofensa criminal - VI - 28
- de informática - Perspectivas política legislativa - VI - 29
- de informática - Prestadores de serviço na rede - VI - 29
- de informática - Punição concreta - VI - 30
- de informática - Responsabilidade penal das pessoas físicas - VI - 29
- de informática - Responsabilidade penal das pessoas jurídicas - VI - 29
- de informática - Segurança jurídica - VI - 29

- de informática - Sujeito ativo - VI - 29
- de informática - Sujeito passivo - VI - 29
- de informática - Surgimento - VI - 29
- de informática - Tempo - VI - 29
- de informática - Territorialidade - VI - 29
- de informática - Vulnerabilidade das tecnologias - VI - 29
- de lavagem de dinheiro - IV - 30; IV - 35
- de manipulação do mercado - II - 15
- de manipulação do mercado - Conceito - II - 15
- de manipulação do mercado - Crimes de perigo abstrato - II - 15
- de manipulação do mercado - Elementos subjetivos - II - 15
- de mera conduta - I - 21; IV - 1; V - 19
- de participação em organização criminosa - Conceito - VI - 51
- de perigo - I - 18; III - 6; III - 21; III - 45; IV - 3
- de perigo - Abuso do poder econômico - II - 7
- de perigo - Conceito - I - 18
- de perigo abstrato - II - 15; III - 16; III - 36; III - 42; V - 4; V - 5; V - 6
- de perigo abstrato - Bens difusos e coletivos - V - 6
- de perigo abstrato ou presumido - V - 5
- de perigo comum - III - 3; III - 36
- de perigo concreto - III - 16; V - 5
- de perigo presumido - V - 5
- de pesca - III - 14
- de pesca - Bem jurídico - III - 14
- de pesca - Conceito jurídico - III - 14
- de pesca - Etapas - III - 14
- de pesca - Objeto da ação - III - 14
- de pesca - Sujeito passivo - III - 14
- de pesca - Sujeitos ativo - III - 14
- de pesca - Tipo objetivo - III - 14
- de pesca - Tipo subjetivo - III - 14
- de poluição - III - 1; III - 2; III - 6; III - 16; III - 36
- de poluição - Elementos normativos - III - 1
- de poluição na Argentina - III - 1
- de poluição no Mercosul - III - 1
- de poluição no Paraguai - III - 1
- de poluição no Uruguai - III - 1
- de prevaricação - IV - 6
- de quadrilha - II - 48
- de quadrilha - Cartéis - II - 48
- de resultado - V - 4
- de resultado - Crime tributário - V - 18; V - 30
- de rua - Predatórios - V - 8
- de simples atividade - IV - 1
- de sonegação - Ausência - V - 5
- de sonegação fiscal - V - 5
- de terrorismo - IV - 30
- de uso indevido de informação privilegiada - II - 16
- de *white-collar* - II - 3
- Direito penal tributário - V - 11
- ecológico - Crime de desobediência - III - 36
- ecológico - Direito comparado - III - 36
- Economia popular - I - 45; I - 48
- econômico - I - 23; I - 35; II - 9; II - 15; II - 20; II - 21; IV - 30; VI - 54
- econômico - Abuso de confiança - I - 35
- econômico - Aspectos gerais - II - 15
- econômico - Bem jurídico tutelado - I - 17; I - 18
- econômico - Características fáticas - II - 9
- econômico - Características psicológicas - II - 9

- econômico - Caracterização - II - 9
- econômico - Caso Enron - I - 23
- econômico - Caso WorldCom - I - 23
- econômico - Cifra negra - I - 27
- econômico - Classificação - II - 10
- econômico - Código Penal - II - 9
- econômico - Conceito - II - 11
- econômico - Conduta - II - 9
- econômico - Confiança - I - 35
- econômico - Controle penal - I - 27
- econômico - Crime organizado - I - 43
- econômico - Crimes contra o mercado
- econômico - Criminologia - II - 11
- econômico - Critérios aplicáveis à delimitação típica - II - 11
- econômico - Delimitação - II - 11
- econômico - Delinquência profissional - I - 35
- Econômico - Dificuldades do legislador - II - 9
- econômico - Dogmática - I - 18
- econômico - Erro de tipo - II - 30
- econômico - Ilícitos internacionais - I - 26
- econômico - Impropriedade das sanções - II - 9
- econômico - Impunidade - I - 27
- econômico - Imputação penal - I - 27
- econômico - Jurisprudência - I - 18
- econômico - Norma penal em branco - II - 30
- econômico - Pessoas físicas - I - 27
- econômico - Problema político - V - 10
- econômico - Profissão - I - 35
- econômico - Repressão - I - 27
- econômico - Resposta estatal - I - 27
- econômico - Tutela penal subsidiária - I - 18
- econômico - Valores - I - 18
- em operações de crédito - V - 43
- especial - VI - 15
- especial - Crime falimentar - VI - 15
- Evasão de divisas - II - 28
- Evolução do conceito analítico - I - 50
- falimentar - VI - 6; VI - 8; VI - 9; VI - 11; VI - 12; VI - 13; VI - 14
- falimentar - *Abolitio criminis* - VI - 6
- falimentar - Ação ou omissão - VI - 15
- falimentar - Ação Penal - VI - 12
- falimentar - Ação penal - Natureza - VI - 7
- falimentar - Apuração - VI - 7
- falimentar - Assistente da acusação - VI - 7
- falimentar - Bens da falência - VI - 14
- falimentar - Classificação - VI - 9; VI - 11
- falimentar - Classificação tripartite - VI - 15
- falimentar - Conceito - VI - 15
- falimentar - Concurso de crimes - VI - 15
- falimentar - Concurso de pessoas - VI - 11
- falimentar - Concurso material - VI - 15
- falimentar - Credores - VI - 14
- falimentar - Crime continuado - VI - 15
- falimentar - Crime contra o patrimônio - VI - 15
- falimentar - Crime especial - VI - 15
- falimentar - Culpa - VI - 9

- falimentar - Culpa - Inexistência - VI - 13
- falimentar - Denúncia - VI - 11
- falimentar - Denúncia - Obrigatoriedade de fundamentação - VI - 7
- falimentar - Denúncia - Prazo - VI - 7
- falimentar - Denúncia - Recebimento - VI - 11
- falimentar - Denúncia - Rejeição - VI - 7
- falimentar - Denúncia - Rejeição - Recurso - VI - 7
- falimentar - Detenção - VI - 11
- falimentar - Devedores - VI - 14
- falimentar - Direito intertemporal - VI - 11
- falimentar - Dolo - VI - 9; VI - 13
- falimentar - *Dominus litis* - VI - 7
- falimentar - Efeitos penais mistos - VI - 15
- falimentar - Efeitos penais puros - VI - 15
- falimentar - Elemento subjetivo - VI - 15
- falimentar - Elementos constitutivos - VI - 9
- falimentar - Exibição dos livros - VI - 14
- falimentar - Inabilitação ao exercício do comércio - VI - 11
- falimentar - Inquérito judicial - VI - 11
- falimentar - Instauração de inquérito policial - VI - 7
- falimentar - Juizado Especial Criminal - VI - 11
- falimentar - Juízo competente - VI - 7
- falimentar - Juri - VI - 14
- falimentar - Legitimidade - VI - 7
- falimentar - Ministério Público - VI - 11
- falimentar - Natureza jurídica - VI - 13
- falimentar - Objetividade jurídica - VI - 11
- falimentar - Pluralidade de condutas - VI - 13
- falimentar - Prescrição - VI - 11; VI - 12; VI - 13
- falimentar - Prisão administrativa - VI - 11
- falimentar - Prisão preventiva - VI - 11
- falimentar - Procedimento penal - VI - 11
- falimentar - Procedimento penal - Juízo competente - VI - 11
- falimentar - Procedimento processual - VI - 7
- falimentar - Procedimentos - VI - 11
- falimentar - Processo - VI - 12
- falimentar - Processo - Suspensão - VI - 12
- falimentar - Produção de provas - VI - 7
- falimentar - Punibilidade - VI - 9; VI - 12
- falimentar - Punibilidade - Condição objetiva - VI - 12
- falimentar - Punibilidade - Condição objetiva - Conceito - VI - 12
- falimentar - Punição - VI - 14
- falimentar - Queixa - Obrigatoriedade de fundamentação - VI - 7
- falimentar - Queixa - Rejeição - VI - 7
- falimentar - Queixa - Rejeição - Recurso - VI - 7
- falimentar - Reabilitação ao exercício do comércio - VI - 11
- falimentar - Recebimento da denúncia - VI - 13
- falimentar - Relatório do administrador judicial - VI - 7
- falimentar - Responsabilidade dos administradores - VI - 15

- falimentar - Responsabilidade penal - VI - 15
- falimentar - Resultado - VI - 15
- falimentar - Risco de dano - VI - 15
- falimentar - Rito processual - VI - 11
- falimentar - Sanções penais - VI - 11
- falimentar - Sentença - VI - 12
- falimentar - Sentença - Condição objetiva - VI - 12
- falimentar - Sentença - Trânsito em julgado - VI - 12
- falimentar - Sentença condenatória - VI - 11
- falimentar - Sentença condenatória - Efeitos - VI - 11
- falimentar - Sentença declaratória de falência - VI - 12
- falimentar - Simulação de crédito - VI - 8
- falimentar - Suspensão condicional do processo - VI - 11
- falimentar - Universalidade - VI - 13
- falimentar - Universalidade - Diferença entre ato e ação - VI - 13
- fiscal - V - 23
- fiscal - Bem jurídico imediato - V - 23
- fiscal - Execução fiscal - V - 8
- fiscal - Extinção da punibilidade - V - 18
- fiscal - Lesividade - V - 23
- fiscal - *Quantum* do prejuízo - V - 8
- fiscal - Sujeito Passivo - V - 19
- fiscal - Tentativa - V - 23
- fiscal - Visão do Ministério Público - V - 8
- formal - Abuso do poder econômico - II - 7
- formal - Crime tributário - V - 30
- formal ambiental - III - 22
- hediondo - III - 21
- impossível - Sonegação fiscal - V - 20
- Infração administrativa - I - 28
- *insider trading* - II - 41
- *insider trading* - Bem jurídico - II - 41
- *insider trading* - Tipo objetivo - II - 41
- *insider trading* - Tipo subjetivo - II - 41
- instantâneo - IV - 3
- internacional - Classificação - IV - 13
- internacional - Conceito - IV - 13
- internacional - Usura - I - 16
- Licitação - IV - 1
- Licitação - Bem jurídico protegido - IV - 3
- Licitação - Coautoria - IV - 1
- Licitação - Coparticipação - IV - 3
- Licitação - Interesse jurídico protegido - IV - 3
- Licitação - Modalidade culposa - IV - 3
- Licitação - Natureza da ação penal - IV - 1
- Licitação - *Nomem iuris* - IV - 3
- Licitação - Participação - IV - 1
- Licitação - Penas - IV - 3
- Licitação - Sujeito ativo - IV - 3
- Licitação - Sujeito passivo - IV - 3
- Licitação - Tentativa - IV - 3
- Licitação - Tipo subjetivo - IV - 1; IV - 3
- macroespacial - I - 20
- material - V - 5; V - 18
- material - Crimes tributários - V - 18
- material - Redução ou supressão do tributo - V - 18
- material - Sonegação fiscal - V - 3
- material ou de resultado - V - 18
- omissivo - I - 6; IV - 3
- omissivo - Ação - I - 6

- omissivo - Concurso de pessoas - I - 6
- omissivo - Critério - I - 6
- omissivo - Critério da causalidade - I - 6
- omissivo - Critério da energia - I - 6
- omissivo - Critério da gravidade da conduta - I - 6
- omissivo - Dolo - I - 6
- omissivo - Estrutura - I - 6
- omissivo - Tentativa - I - 6
- omissivo - Tipo - I - 6
- omissivo e comissivo - Diferenças - I - 6
- omissivo impróprio - I - 6
- omissivo por comissão - III - 21
- omissivo próprio - I - 6
- omissivo puros - III - 21
- Ordem Econômica - I - 44
- organizado - I - 4; I - 24; I - 26; II - 21; IV - 9; IV - 11; IV - 23; IV - 27; VI - 32; VI - 33; VI - 34; VI - 35; VI - 36; VI - 39; VI - 40; VI - 41; VI - 42; VI - 43; VI - 44; VI - 45; VI - 46; VI - 48; VI - 49; VI - 51; VI - 52; VI - 54; VI - 55
- organizado - Ação controlada - VI - 36
- organizado - Advertência prévia - VI - 32
- organizado - Agente infiltrado - VI - 44
- organizado - Anti-terrorismo - VI - 32
- organizado - Aplicação analógica - VI - 49
- organizado - Arrependido - VI - 32
- organizado - Aspectos internacionais - VI - 52
- organizado - Atividade criminal - VI - 52
- organizado - Brasil - VI - 36; VI - 38; VI - 39
- organizado - Características - II - 21; VI - 36; VI - 41
- organizado - Caracterização - VI - 33
- organizado - Categorização criminológica - VI - 52
- organizado - Colaboração processual - VI - 36
- organizado - Colaborador - VI - 32
- organizado - Combate - VI - 50
- organizado - Compressão dos direitos fundamentais - VI - 43
- organizado - Conceito - VI - 33; VI - 38; VI - 42; VI - 47; VI - 49; VI - 50; VI - 51
- organizado - Conceito criminológico - VI - 41; VI - 52
- organizado - Conceito jurídico - VI - 41
- organizado - Conceito mitológico - VI - 47
- organizado - Conceituação - VI - 35
- organizado - Concurso de pessoas - VI - 35
- organizado - Considerações - VI - 33; VI - 34
- organizado - Considerações sociológicas - VI - 39
- organizado - Constituição penal global - VI - 43
- organizado - Contravenções penais - VI - 49
- organizado - Convenção de Palermo - VI - 35
- organizado - Corrupção - IV - 11
- organizado - Corrupção do sistema penal - VI - 42
- organizado - Crimes econômicos - I - 43
- organizado - Defesa individual - VI - 42
- organizado - Delação premiada - VI - 36

- organizado - Devido processo legal - VI - 42
- organizado - Diferença entre quadrilha ou bando - VI - 45; VI - 48
- organizado - Dignidade da pessoa humana - VI - 44
- organizado - Direito penal do inimigo - VI - 35
- organizado - Direito Penal francês - VI - 42
- organizado - Discurso americano - VI - 47
- organizado - Discurso da lei-e-ordem - VI - 47
- organizado - Discurso italiano - VI - 47
- organizado - Dissociado - VI - 32
- organizado - Efeito telúrico - VI - 45
- organizado - Eficiência - VI - 36
- organizado - Empresa - VI - 34
- organizado - Escutas telefônicas - VI - 42
- organizado - Espaço vital - VI - 45
- organizado - Estado - VI - 41
- organizado - Estrutura - VI - 52
- organizado - Excesso de prazo na prisão - VI - 36
- organizado - Garantismo - VI - 36
- organizado - Histórico - VI - 33
- organizado - Impunidade - VI - 41
- organizado - Infiltração policial - IV - 11; VI - 36
- organizado - Instrumentos processuais - IV - 11
- organizado - Interceptação ambiental - VI - 36
- organizado - Interpretação extensiva - VI - 49
- organizado - Investigação - VI - 51
- organizado - Investigação - Ação controlada - VI - 51
- organizado - Investigação - Infiltração de agentes - VI - 51
- organizado - Legislação - VI - 38; VI - 49
- organizado - Legislação italiana - VI - 32
- organizado - Legislação penal - VI - 39
- organizado - Legitimação - VI - 47
- organizado - Lei - VI - 55
- organizado - Lei - Inconstitucionalidades - VI - 55
- organizado - Liberdade e prisão - VI - 36
- organizado - Máfia Camorra - VI - 34
- organizado - Máfia siciliana - VI - 34
- organizado - Medidas - VI - 36
- organizado - Meios de obtenção de prova - VI - 36
- organizado - Modalidades - VI - 41; VI - 52
- organizado - Modelo básico - VI - 45
- organizado - Modelo chinês - VI - 34
- organizado - Modelo Dwight-Smith - VI - 34
- organizado - Modelo Edemundo Oliveira Filho - VI - 34
- organizado - Modelo italiano - VI - 34
- organizado - Modelo Joseph Albini - VI - 34
- organizado - Modelo Mark Haller - VI - 34
- organizado - Modelo William Chambliss - VI - 34
- organizado - Modelos - VI - 34
- organizado - Modificação do Código penal - VI - 32
- organizado - Ndrangheta - VI - 34
- organizado - No mundo - VI - 36
- organizado - Novos métodos de investigação - VI - 44

- organizado - Organização criminosa - VI - 33
- organizado - Organização nos presídios - VI - 39
- organizado - Organizações mafiosas no Brasil - VI - 47
- organizado - Patrono-cliente - VI - 34
- organizado - Pluralidade de agentes - VI - 52
- organizado - Política criminal - VI - 47; VI - 52
- organizado - Política penal - VI - 39
- organizado - Presos - VI - 39
- organizado - Primeiro comando da capital - VI - 34
- organizado - Princípio da legalidade - VI - 44; VI - 49
- organizado - Prisão processual - VI - 36
- organizado - Prisões - VI - 39
- organizado - Processo penal - VI - 42
- organizado - Produção de provas - VI - 42
- organizado - Propostas legislativas - VI - 33
- organizado - Proteção aos colaboradores - VI - 32
- organizado - Prova testemunhal - VI - 36
- organizado - Quadrilha - VI - 35
- organizado - Rede criminosa - VI - 34
- organizado - Regime de pena - VI - 36
- organizado - Repressão - VI - 47
- organizado - Ressurgimento - VI - 35
- organizado - Sistema jurídico brasileiro - VI - 50
- organizado - Sistema penal - VI - 43
- organizado - Sociedade comercial - VI - 34
- organizado - Sugestões político criminais - VI - 33
- organizado - Terrorismo - VI - 33
- organizado - Tipo de organização - VI - 52
- organizado - Transnacionalização - II - 21; VI - 33
- organizado - Tríades - VI - 34
- organizado - Vítima - VI - 48
- organizado - Prova - VI - 36
- organizado transnacional - IV - 31
- Participação - I - 48
- permanente - IV - 3
- pressuposto - VI - 20
- previdenciário - V - 34; V - 35; V - 36; V - 37; V - 38
- previdenciário - *Abolitio criminis* - V - 35
- previdenciário - *Animus rem sibi habendi* - V - 35
- previdenciário - Autoria - V - 38
- previdenciário - Bem jurídico tutelado - V - 35; V - 36
- previdenciário - Crise financeira empresarial - V - 38
- previdenciário - Estado de necessidade da empresa - V - 38
- previdenciário - Evolução histórica - V - 36
- previdenciário - Exame de corpo de delito - V - 38
- previdenciário - Extinção de punibilidade - V - 36; V - 37
- previdenciário - Histórico da legislação - V - 34
- previdenciário - Inconstitucionalidade - V - 36
- previdenciário - Isonomia - V - 35
- previdenciário - Jurisprudência - V - 34; V - 37; V - 38
- previdenciário - Legislação - V - 37
- previdenciário - Materialidade - V - 38

- previdenciário - Pagamento - V - 36
- previdenciário - Pena - V - 31
- previdenciário - Prescrição - V - 37
- previdenciário - Proporcionalidade - V - 35
- previdenciário - Sonegação de contribuição previdenciária - V - 35
- previdenciário - Tipos penais - V - 35
- Princípio da legalidade - VI - 53
- Processamento de dados - I - 44
- próprio - Comerciante - VI - 15
- Publicidade abusiva - III - 31
- Publicidade enganosa - III - 31
- Quadrilha ou bando - II - 47; VI - 37; VI - 38; VI - 48
- Quadrilha ou bando - Diferença de cartel - II - 47
- reflexamente de consumo - III - 29
- Sistema Financeiro - I - 44
- Sociedade - I - 47
- sócio-econômico - V - 23
- transnacional - IV - 4; IV - 29; VI - 50
- tributário - I - 11; IV - 7; V - 3; V - 18; V - 23; V - 24; V - 25; V - 26; V - 29; V - 30; V - 31; V - 33; V - 35
- tributário - Ação civil - V - 3
- tributário - Ação penal - V - 3; V - 25; V - 30
- tributário - Ação penal incondicionada - V - 3
- tributário - Acordo formal de parcelamento de débito - V - 34
- tributário - Anistia - V - 32
- tributário - Antecedentes legislativos - V - 26
- tributário - Ausência de justa causa - V - 3
- tributário - Autonomia das instâncias - V - 30
- tributário - Bem jurídico imediato - V - 23
- tributário - Bem jurídico mediato - V - 23
- tributário - Conceito - I - 11
- tributário - Concurso de crimes - V - 26
- tributário - Condições objetivas de punibilidade - V - 29
- tributário - Condutas típicas - V - 27
- tributário - Constituição do crédito tributário - V - 29
- tributário - Consumação - V - 25; V - 26; V - 29
- tributário - Crime de resultado - V - 18; V - 30
- tributário - Crime formal - V - 25; V - 30
- tributário - Crime material - V - 18; V - 25
- tributário - Crise financeira da empresa - V - 29
- tributário - Definição - V - 25
- tributário - Dependência das instâncias - V - 30
- tributário - Descaminho - IV - 7
- tributário - Diferença entre simulação e falsidade - V - 26
- tributário - Dupla tipicidade - V - 27
- tributário - Elemento do tipo - V - 25
- tributário - Elemento material - V - 26
- tributário - Elemento subjetivo - V - 26
- tributário - Excludente de culpabilidade - V - 31
- tributário - Exclusão de antijuridicidade - V - 31
- tributário - Exclusão de culpabilidade - V - 29
- tributário - Exigência de resultado naturalístico - V - 27

- tributário - Extinção da punibilidade - V - 3; V - 26; V - 32; V - 34
- tributário - Falsidade - V - 26
- tributário - Fato gerador - V - 29
- tributário - Ilusão repressivista - V - 3
- tributário - Inadimplemento do parcelamento de débito - V - 34
- tributário - Indeferimento de liminar - V - 8
- tributário - Indiciamento - V - 30
- tributário - Inquérito policial - V - 30
- tributário - Instância administrativa - V - 30
- tributário - Instância penal - V - 30
- tributário - Juízo de tipicidade - V - 33
- tributário - Jurisprudência - V - 29; V - 31
- tributário - Justa causa - V - 3
- tributário - Lançamento - V - 30
- tributário - Lançamento como requisito de tipicidade - V - 27
- tributário - Legislação - V - 24
- tributário - Lesividade - V - 23
- tributário - Ministério Público - V - 8
- tributário - Parcelamento do débito - V - 34
- tributário - Pena - V - 31
- tributário - Persecução penal - V - 30
- tributário - Prescrição - V - 30
- tributário - Princípio da legalidade - V - 21
- tributário - Prisão por dívida - V - 21
- tributário - Prisão preventiva - V - 19
- tributário - Procedimento - V - 34
- tributário - Processo administrativo inconcluso - V - 27
- tributário - Relativa autonomia das instâncias - V - 30
- tributário - Responsabilização criminal - V - 29
- tributário - Simulação - V - 26
- tributário - Súmula vinculante - V - 18
- tributário - Tentativa - V - 23; V - 26
- tributário - Tipicidade - V - 25; V - 33
- tributário - Tipicidade cerrada - V - 27
- tributário - Tipicidade condicionada - V - 33
- tributário - Tipicidade incondicionada - V - 33
- tributário - Tipo penal - V - 30
- Usura - II - 36
- Usura - Bem jurídico - II - 38
- Usura - Código de Direito Canônico - II - 38
- Usura - Crime internacional - I - 16
- Usura - Definição do tipo - II - 36
- Usura - Direito alemão - II - 36; II - 38
- Usura - Direito austríaco - II - 36
- Usura - Direito francês - II - 38
- Usura - Direito húngaro - II - 38
- Usura - Direito italiano - II - 36
- Usura - Direito norueguês - II - 36; II - 38
- Usura - Direito romano - II - 38
- Usura - Direito sueco - II - 36
- Usura - Direito suíço - II - 36
- Usura - Dívida externa - I - 16
- Usura - Elemento ativo - II - 38
- Usura - Elemento objetivo - II - 38
- Usura - Elemento subjetivo - II - 38
- Usura - Etimologia - II - 38
- Usura - Histórico - II - 38
- Usura - Jurisprudência norte-americana - II - 36
- Usura - Sujeito ativo - II - 38
- Usura - Sujeito passivo - II - 38

- Usura monetária - II - 36
 - Usura real - II - 36
 - Vide também: Delito
- CRIME CONTRA A ECONOMIA POPULAR - Basileu Garcia - II - 25
- CRIME CONTRA A ORDEM ECONÔMICA - Fábio Konder Comparato - II - 29
- CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL - René Ariel Dotti - V - 48
- CRIME DE COLARINHO BRANCO (O) - Manoel Pedro Pimentel - II - 19
- CRIME DE COLARINHO BRANCO: APLICAÇÃO E EFICÁCIA DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE (O) - Luciana Rodrigues Krempel - II - 17
- CRIME DE SONEGAÇÃO FISCAL (O) - João Bernardino Gonzaga - V - 20
- CRIME ECONÔMICO POR MEIO DA EMPRESA. RELEVÂNCIA DA OMISSÃO CAUSAL - Paulo Salvador Frontini - II - 9
- CRIME FALIMENTAR - E. Magalhães Noronha - VI - 8
- CRIME FALIMENTAR - Euvaldo Chaib - VI - 9
- CRIME FALIMENTAR - João de Oliveira Filho - VI - 12
- CRIME FALIMENTAR - Paulo Salvador Frontini - VI - 15
- CRIME ORGANIZADO - Juarez Cirino dos Santos - VI - 47
- CRIME ORGANIZADO E CRIME ECONÔMICO - Miguel Reale Júnior - II - 21
- CRIME ORGANIZADO E O PROBLEMA DA DEFINIÇÃO JURÍDICA DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA - Arthur Pinto de Lemos Junior - VI - 37
- CRIME ORGANIZADO E SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO: A QUESTÃO DA CONFORMAÇÃO TÍPICA - Luiz Regis Prado e Bruna Azevedo de Castro - VI - 50
- CRIME ORGANIZADO NO SISTEMA ITALIANO (O) - Ada Pellegrini Grinover - VI - 32
- CRIME ORGANIZADO: A NOVA LEI - Walter Nunes da Silva Júnior - VI - 55
- CRIME ORGANIZADO: ASPECTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS - Carlos Antonio Guimarães de Sequeira - VI - 38
- CRIME ORGANIZADO: CARACTERIZAÇÃO CRIMINOLÓGICA E JURÍDICA - Ivan Luiz da Silva - VI - 41
- CRIME ORGANIZADO: CONCEITO E POSSIBILIDADE DE TIPIFICAÇÃO DIANTE DO CONTEXTO DE EXPANSÃO DO DIREITO PENAL - André Luis Callegari e Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth - VI - 35
- CRIME ORGANIZADO: QUE SE ENTENDE POR ISSO DEPOIS DA LEI 10.217, DE 11.04.2001? - Luiz Flávio Gomes - VI - 49

CRIME. *HABEAS CORPUS*.

CRIME CONTRA A ECONOMIA POPULAR - Carlos Maximiliano - II - 26

CRIME. *HABEAS CORPUS*.

CRIME CONTRA A ECONOMIA POPULAR - Octavio Kelly - II - 37

CRÍMENES DE GESTIÓN FRAUDULENTA EN LAS SOCIEDADES COMERCIALES (LOS) - Norberto Eduardo Spolansky - VI - 5

CRIMES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA E OS JUIZADOS ESPECIAIS (OS) - Rui Stoco - II - 24

CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - Ives Gandra da Silva Martins - V - 19

CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA: DA CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO À INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA - Nadja Machado Botelho - V - 29

CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA: DEFINIÇÃO DO TRIBUTO E FORMAÇÃO DO TIPO (DOS) - Rodrigo Oliva Monteiro - V - 30

CRIMES CONTRA ECONOMIA POPULAR - Luiz Alberto Machado - II - 32

CRIMES CONTRA O AMBIENTE NO CÓDIGO PENAL PORTUGUÊS REVISTO (OS) - Anabela Miranda Rodrigues - III - 36

CRIMES CONTRA O

PATRIMÔNIO CULTURAL - Luiz Regis Prado, Érika Mendes de Carvalho e Priscila Kutne Armelin - III - 25

CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL - Manoel Pedro Pimentel - V - 45

CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL PRATICADOS POR ADMINISTRADORAS DE CONSÓRCIOS. RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA. ATIPICIDADE - Cezar Roberto Bitencourt - V - 39

CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO ART. 4.º E PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI 7.492/86 - Paulo Cezar da Silva - V - 46

CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NO ESBOÇO DE NOVA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL DE 1994 (OS) - João Marcello de Araújo Júnior - V - 41

CRIMES DE ABUSO DE PODER ECONÔMICO - Marcos Juruena Villela Souto - II - 20

CRIMES DE CONCORRÊNCIA DESLEAL - José Henrique Pierangeli - II - 43

CRIMES DE PESCA NO DIREITO BRASILEIRO: ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA PROTEÇÃO PENAL DE PEIXES, CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS - Luís Roberto Gomes - III - 14

CRIMES DE SONEGAÇÃO FISCAL
E OS REFLEXOS DA DISCUSSÃO
ADMINISTRATIVA DO DÉBITO
TRIBUTÁRIO SOBRE A AÇÃO
PENAL – Marcus A. Manhães
Bastos – V - 27

CRIMES ECONÔMICOS E
MERCADOS FINANCEIROS –
Frederico de Lacerda da Costa
Pinto – II - 15

CRIMES FALIMENTARES –
Manoel Pedro Pimentel – VI - 13

CRIMES FINANCEIROS NOS
TRIBUNAIS BRASILEIROS –
Maíra Rocha Machado – V - 44

CRIMES PREVIDENCIÁRIOS:
ARTS. 168-A E 337-A DO CP –
ASPECTOS GERAIS – Heloisa
Estellita Salomão – V - 35

CRIMES SÓCIO-ECONÔMICOS
E CRIMES FISCAIS: ALGUMAS
CARACTERÍSTICAS – Leonardo
Coelho do Amaral – V - 23

CRIMINALIDADE – I - 31; I - 48

- Classificação – VI - 41
- Combate simbólico – I - 34
- da empresa – II - 11
- das elites – I - 34
- de rua – I - 34
- Duplicidade metódica – I - 34
- econômica – I - 23; I - 35; II - 2; II - 10; II - 21; IV - 30; VI - 50
- econômica – Criminologia – IV - 30
- econômica – Definição – VI - 50
- econômica – Histórico – I - 23
- econômica – Perspectiva – I - 23
- econômica organizada – I - 43
- Elites – I - 34
- empresarial organizada – Definição – VI - 37
- especializada – I - 35

- genética – I - 35
- globalização – I - 26
- informática – I - 35; VI - 30
- Medo – I - 34
- Modelos – I - 43
- Movimentos Reformistas – I - 34
- Negócios – I - 30
- organizada – IV - 11; IV - 21; VI - 51; VI - 59
- organizada – Conceito – VI - 50; VI - 51
- organizada – Distinções – VI - 51
- organizada – Investigação – VI - 51
- organizada – Investigação – Legitimidade – VI - 51
- organizada – Processo – VI - 51
- organizada – Repressão – VI - 33; VI - 51
- organizada – Repressão – Princípios constitucionais penais – VI - 51
- organizada – Repressão – Princípios constitucionais processuais penais – VI - 51
- organizada – Repressão estatal – VI - 51
- organizada – Tratamento normativo – VI - 51
- organizada transnacional – VI - 44
- Pobreza – I - 34
- transnacional – VI - 53
- Unidade funcional – I - 34
- Violência – I - 34

CRIMINALIDADE CONTRA
A ORDEM TRIBUTÁRIA NO
UNIVERSO DO DIREITO
ECONÔMICO (A) – Leônidas
Ribeiro Scholz – V - 25

CRIMINALIDADE NA
SOCIEDADE PÓS-MODERNA
(A) – Sheilla Maria da Graça
Coitinho das Neves – I - 31

CRIMINALIDADE ORGANIZADA
(A) – Jorge de Figueiredo Dias –
VI - 44

CRIMINALIDADE ORGANIZADA:
CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEI
9.034, DE 03.05.1995 – Patrícia
Carraro Rossetto – VI - 51

CRIMINALIZAÇÃO – I - 34

- Perigo de contaminação – I - 37
- Pessoa jurídica – I - 37
- Problemas sociais – I - 34
- simbólica – I - 34
- simbólica – Riqueza – I - 34
- Sonegação fiscal – V - 3

CRIMINALIZAÇÃO DO *INSIDER
TRADING* NO BRASIL E SEU
CONTRIBUTO PARA O DIREITO
PENAL ECONÔMICO (A) – Luiz
Francisco Torquato Avolio – II -
34

CRIMINOLOGIA – I - 2; I - 34; I -
37; II - 5; VI - 33

- Perspectiva jurídica – I - 37
- verde – II - 13

CRIMINOSO

- Colarinho branco – I - 44

CRISE

- da água – III - 2
- da investigação criminal – I - 48
- financeira – I - 48
- financeira da empresa – exclu-
dente de culpabilidade dos sócios
– V - 29
- financeira da empresa – exclu-
dente suprallegal – V - 29

CRITÉRIO JURÍDICO
TRANSCEDENTE – I - 29

CRUELDADE CONTRA OS
ANIMAIS – III - 13; III - 16

- Bem jurídico – III - 13

- Choque – III - 13
- Lei dos Crimes Ambientais – III -
13
- Sanção penal – III - 13
- Sujeito ativo – III - 13
- Sujeito passivo – III - 13
- Tipicidade objetiva – III - 13
- Tipicidade subjetiva – III - 13

CRUSTÁCEOS – III - 14

CTNBio – Vide: Comissão Técnica
Nacional de Biossegurança

CULPA – I - 39; I - 48; V - 22

- consciente – I - 48

CULPABILIDADE – I - 39; I - 40; I -
46; I - 48; III - 19; V - 4

- ambiental – III - 22
- Atividade empresarial – I - 42
- Defeito de organização – I - 41
- Delitos econômicos – I - 25
- Desconhecimento da lei – V - 4
- Fato Alheio – I - 41
- Ignorância da lei – V - 4
- Injusto – I - 39
- penal – I - 21
- penal – Afastamento – I - 21
- Pessoa jurídica – I - 39; I - 41; I -
42; I - 45
- *Prima facie* – I - 42
- Princípio – I - 11; I - 41; III - 21
- Teoria – II - 4
- Teoria do delito – I - 39

CULPABILIDADE E
RESPONSABILIDADE PENAL
DA PESSOA JURÍDICA – Davi de
Paiva Costa Tangerino – I - 39

CULPOSO – I - 48

CULTURA

- Conceito – III - 25
- Delitos – III - 25

CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO

- Redução da penalidade - V - 13

CUSTEIO

- Programas ambientais - I - 46

CUSTO SOCIAL - I - 44**CVM - Vide: Comissão de Valores Mobiliários****D****DANO - I - 46; I - 48; III - 18**

- Abuso de direito - V - 2
- ambiental - Ente público - III - 28
- ambiental - Reparação - III - 19
- ao Estado - V - 2
- causado ao meio ambiente - Utilização de agrotóxicos - III - 22
- Fauna e Flora - III - 18
- irreparável - I - 49
- Lugar - I - 48
- Meio ambiente - I - 46
- moral - I - 49
- Pessoa jurídica - I - 46
- Ressarcimento - I - 22
- Risco - VI - 15

DECADÊNCIA - VI - 19**DECISÃO**

- administrativa - Extinção da punibilidade - II - 48
- Marco do Conselho Europeu relativa à corrupção no setor privado - IV - 16; IV - 25

DECLARAÇÃO

- de Estocolmo - III - 12
- falsa - Tipificação - V - 17
- Universal dos Direitos do Homem - V - 8; VI - 18

DEFENSIVOS AGRÍCOLAS - III -

11

DEFESA - III - 21

- administrativa - Extinção da punibilidade - V - 3
- comum - III - 21
- da concorrência - Legislação - II - 27
- deficiente - V - 8
- do consumidor - I - 21; III - 33
- do consumidor - Concorrência desleal - I - 21
- Meio ambiente - III - 20
- prévia - V - 5
- social - I - 20; III - 21

DEFESA DO CONSUMIDOR: ATIVIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. INCURSÃO EM OPERAÇÕES BANCÁRIAS E QUEBRA DE SIGILO - IMPOSSIBILIDADE DE INTERFERÊNCIA. - Paulo Brossard - III - 33**DEGRADAÇÃO AMBIENTAL - III - 20; III - 21****DEIC - Vide: Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado****DEL BIEN JURÍDICO A LA NECESIDAD DE LA PENA EN LOS DELITOS DE ASOCIACIONES ILÍCITAS Y LAVADO DE DINERO - José Luis Guzmán Dalbora - IV - 23****DELAÇÃO - IV - 19**

- premiada - IV - 11
- premiada - Crime organizado - VI - 36

Delegacia

- Especial de Instituições Financeiras - IV - 29
- Especial de Instituições Financeiras - Lavagem de dinheiro - IV - 29

- Financeira - Lavagem de dinheiro - IV - 29

DELINQUÊNCIA - II - 13

- ecológica - I - 48
- econômica - II - 4; II - 10

DELINQUENTE - I - 44

- ecológico - III - 15
- econômico - I - 44

DELITO - I - 14; I - 45; I - 48; I - 49

- Ação - I - 14
- acumulativo - V - 6
- acumulativo - Bens jurídicos intermediários - V - 6
- acumulativo - Prevenção de riscos sociais - V - 6
- ambiental - I - 46; III - 4
- ambiental - Bem jurídico - III - 8
- ambiental - Direito penal preventivo - I - 41
- ambiental - Extinção de punibilidade - III - 4
- ambiental - Necessidade de pena - III - 4
- ambiental - Perspectivas ontogenoseológicas - III - 4
- ambiental - Posturas normativas - III - 4
- ambiental - Punibilidade - III - 4
- ambiental - Reparação do dano - III - 4
- Categorias - I - 41
- cibernético - Vide: Crime de informática
- cometidos por empregados - VI - 1
- comissivos culposos - I - 3
- comissivos culposos - tipo de injusto - I - 3
- comuns - III - 21
- Conceito - I - 8; I - 14; I - 41; II - 13
- contra a flora - III - 8
- contra a ordem econômica - V - 10

- contra a ordem sócio-econômica - II - 4; IV - 18
- contra a ordem sócio-econômica - Princípios político-criminais - II - 4
- contra a ordem sócio-econômica - Projeto de código penal espanhol de 1994 - II - 4
- contra a ordem sócio-econômica - Tratamento autônomo - II - 4
- contra a propriedade autoral - VI - 5
- contra a saúde pública - III - 20; III - 46
- contra a saúde pública - Corrupção - III - 20
- contra a saúde pública - Envenenamento - III - 20
- contra a saúde pública - Poluição de água potável - III - 20
- contra os direitos dos trabalhadores - II - 4
- Correlação com classe - II - 13
- culposo - I - 4
- culposo - Sanção penal - I - 4
- de acumulação - V - 6
- de colarinho branco - II - 13
- de contrabando - IV - 5
- de dano - I - 24; III - 45
- de descaminho - IV - 5
- de informática - VI - 29; VI - 30
- de informática - Delitos cibernéticos - VI - 29
- de informática - Delitos informáticos - VI - 29
- de informática - Evolução - VI - 29
- de informática - Sujeitos - VI - 29
- de lavagem - IV - 10
- de mera ordenação social - V - 4
- de perigo - III - 2
- de perigo abstrato - III - 14; III - 35; III - 43; IV - 23
- de perigo abstrato - Tipificação - III - 14

- de perigo concreto - III - 14; IV - 22
 - de pesca - III - 14
 - de prevaricação - IV - 6
 - de violação de segredo profissional - VI - 22
 - doloso - I - 3
 - doloso - Efeitos - I - 3
 - Doutrina Finalista - I - 14
 - econômico - Bem jurídico - II - 22
 - econômico - Bem jurídico supraindividual - V - 4
 - econômico - Conceito - II - 11; IV - 30
 - econômico - Critérios aplicáveis à delimitação típica - II - 11
 - econômico - Delimitação - II - 11
 - econômico - Histórico - V - 4
 - econômico - I - 44; II - 22; IV - 30; V - 4
 - econômico - Perigo Abstrato - II - 22
 - econômico - Peru - II - 22
 - econômico - Tratados de tipificação - V - 10
 - falimentar - VI - 15
 - falimentar - Crime de dano - VI - 15
 - falimentar - Dolo de perigo - VI - 15
 - financeiro - IV - 30
 - fiscal - White-collar-crime - V - 4
 - florestal - Bem jurídico - III - 8
 - Império - I - 14
 - imprudente - I - 1
 - injusto - I - 3
 - internacional - I - 4
 - macroeconômico - II - 3
 - no comércio - I - 30
 - Obstáculo - IV - 3
 - Omissão - I - 14
 - omissivo - I - 8
 - omissivo - impróprio - I - 8
 - omissivo - próprio - I - 8
 - Origem - I - 14
 - político - I - 24; VI - 58
 - político - Conceito - VI - 58
 - político - Medidas assecuratórias - VI - 58
 - político - Natureza jurídica - VI - 58
 - político e Terrorismo - Distinção - VI - 58
 - societário - II - 4
 - societário - Conceito - VI - 4
 - societário - Formas de cometimento - VI - 4
 - societário - Praticados por administradores - VI - 4
 - societário - Praticados por diretores - VI - 4
 - societário - Responsabilidade penal - VI - 4
 - societário - Sujeitos ativos - VI - 4
 - societário - Tipos - VI - 4
 - Sujeito ativo - I - 48
 - Teoria - I - 20; I - 28; I - 39; I - 40
 - tributário - II - 4; V - 16
 - tributário - Coautoria - V - 16
 - tributário - Conhecimento técnico - V - 1
 - tributário - Cooperação - V - 16
 - tributário - Fixação da pena adequada - V - 1
 - tributário - Natureza - V - 1
 - tributário - Norma penal em branco - V - 9
 - tributário - Participação - V - 16
 - tributário - Penas - V - 1
 - tributário - Identidade do delito - V - 16
 - urbanístico - III - 27
 - verde - II - 13
- DELITO DE LAVAGEM DE
CAPITAIS: UM ESTUDO
INTRODUTÓRIO - Luiz Regis
Prado - IV - 27**

DELITO POLÍTICO E**TERRORISMO: UMA****APROXIMAÇÃO CONCEITUAL -**

Luiz Regis Prado e Érika Mendes
de Carvalho - **VI** - 58

DELITOS DE BIOSSEGURANÇA**NA LEGISLAÇÃO PENAL****BRASILEIRA (LEI 11.105/2005)**

- Denise Hammerschmidt - **III**
- 40

DELITOS INFORMÁTICOS AO**CRIME CIBERNÉTICO (DOS) -**

Carlos María Romeo-Casabona
- **VI** - 29

DENÚNCIA

- Exigência nos crimes contra or-
dem econômica - **II** - 29
- Imprecisão - **II** - 29
- espontânea - **V** - 13

DEPARTAMENTO

- de Combate a Ilícitos Financeiros
e Supervisão de Câmbio e Capi-
tais Internacionais - Banco Cen-
tral - **IV** - 29
- de Investigações sobre o Crime
Organizado - **IV** - 29

DEPENALISATION DE LA VIE**DES AFFAIRES ET LE DROIT**

FINANCIER (LA) - Yann Paclot
- **I** - 36

DEPORTAÇÃO - VI - 58**DEPOSITÁRIO INFIEL**

- Prisão civil - **V** - 8

DEPÓSITO - V - 49

- Interfinanceiro - Natureza jurídi-
ca - **II** - 29

DERECHO PENAL ANTE**LA GLOBALIZACION****Y LA INTEGRACION****SUPRANACIONAL (EL) - Jesús-**

María Silva Sánchez - **I** - 4

DERECHO PENAL ECONÓMICO**- CONCEPTO Y BIEN JURÍDICO**

- Raúl Cervini - **II** - 10

DERECHO PENAL ECONOMICO,**CRIMINALIDAD ORGANIZADA****Y UNION EUROPEA - Vincenzo**

Musacchio - **VI** - 54

DERECHO PENAL ECONÓMICO:**DELITOS TRIBUTARIOS.****PROPUESTAS PARA UN****DERECHO PENAL TRIBUTARIO****RESPECTUOSO DE LOS****PRINCIPIOS Y GARANTÍAS****PENALES - Diego Gustavo**

Barroetaveña - **V** - 10

DERROGAÇÃO DA LEI

- Erros materiais - **V** - 7

DESACATO

- Crime - **IV** - 2

DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL - I

- 46

DESCAMINHO - IV - 2; IV - 5; IV

- 7

- Bem jurídico - **IV** - 7

- Caráter sancionador do direito
penal - **IV** - 7

- Caráter subsidiário do direito pe-
nal - **IV** - 7

- Contrabando - **IV** - 7

- Crime - **IV** - 7

- Crime material - **IV** - 7

- Doutrina - **IV** - 7

- Exaurimento da via administrati-
va - **IV** - 7

- Facilitação - **IV** - 2

- Jurisprudência - **IV** - 7

- Legislação aduaneira - **IV** - 7

- Localização no Código Penal - **IV**
- 7

- Natureza tributária – **IV** - 7
- Princípio da insignificância – **IV** - 5
- Questão administrativa – **IV** - 7
- DESCENTRALIZAÇÃO – **I** - 33
- DESCONSIDERAÇÃO DA
PERSONALIDADE JURÍDICA – **I**
- 45; **II** - 33; **III** - 28
- DESCRIMINALIZAÇÃO – **I** - 44; **III**
- 36; **VI** - 24
- Despenalização – **III** - 20
- DESDE OS RECLAMOS DA
DOCTRINA ATÉ O *LEADING*
CASE DO STF: HC 81.611/DF E
O EXAURIMENTO DA ESFERA
ADMINISTRATIVA NOS CRIMES
TRIBUTÁRIOS – Alexandre
Wunderlich e Marcelo Mayora
Alves – **V** - 3
- DESENHOS INDUSTRIAIS – **VI** -
24
- Globalização – **VI** - 24
- DESENVOLVIMENTO
- de atividade criminosa – Perda de
bens – **II** - 2
- sustentável – **III** - 12; **III** - 32
- DESLEGALIZAÇÃO – **I** - 33
- DESOBEDIÊNCIA
- Crime – **IV** - 2
- DESORGANIZAÇÃO SOCIAL
- Teoria – **II** - 17
- DESPENALIZAÇÃO – **I** - 44
- DESPENALIZAÇÃO NO DIREITO
PENAL ECONÔMICO – Miguel
Reale Júnior – **I** - 28
- DESSOCIALIZAÇÃO – **I** - 44
- DESTRUIÇÃO – **III** - 21
- DESVIO DE CLIENTELA – **II** - 46;
VI - 19
- fraude – **II** - 43
- DESVIO DE CLIENTELA E
VIOLAÇÃO DE SEGREDO –
Miguel Reale Júnior – **II** - 46
- DESVIOS PROFISSIONAIS
- Crime de colarinho branco – **II** -
19
- DETERMINAÇÃO
- Princípio – **III** - 2
- DEVEDORES
- Crimes falimentares – **VI** - 14
- DEVER
- de atuar – fontes – **I** - 8
- jurídico – **I** - 47
- objetivo de cuidado – **IV** - 14
- DEVIDO PROCESSO LEGAL – **IV**
- 9; **V** - 3; **V** - 5; **V** - 17; **V** - 18; **VI**
- 32
- Princípio – **IV** - 28; **V** - 12; **V** - 18
- Processos administrativos – **V** - 3
- Propositura da ação penal – **V** - 5
- DIFAMAÇÃO – **I** - 49
- DIGNIDADE – **I** - 48
- da pessoa humana – **I** - 2; **III** - 47;
V - 6; **V** - 8
- da pessoa humana – Crime orga-
nizado – **VI** - 44
- penal – **I** - 25; **V** - 6
- Pessoa jurídica – **I** - 49
- DIMINUIÇÃO DE PENA – **III** - 19
- DINHEIRO
- Lavagem – **IV** - 9; **IV** - 10; **IV** - 19;
IV - 21
- DIREITO
- à extinção da punibilidade – **V** - 18
- à marca – **VI** - 17

- à marca - Exclusividade - VI - 17
- à marca - Fundamento legal - VI - 17
- à marca - Proteção - VI - 17
- à saúde - III - 17
- à vida - III - 17
- à vida - Conteúdo normativo - III - 47
- Administrativo - IV - 1
- Administrativo - Direito Penal - I - 28
- Administrativo - Direito Penal ambiental - III - 16
- Administrativo penal - I - 28
- Administrativo sancionador - I - 42; III - 30; IV - 37
- Administrativo sancionador - Coação estatal - V - 10
- Administrativo sancionador - Diferenças qualitativas do Direito Penal - IV - 37
- Administrativo sancionador - Diferenças quantitativas do Direito Penal - IV - 37
- administrativo sancionador - Direito Penal - V - 10
- Administrativo sancionador - Distinção funcional do Direito Penal - IV - 37
- Administrativo sancionador - Garantias - IV - 37
- Administrativo sancionador - Grau de especialização - IV - 37
- Administrativo sancionador - Meios de produção de provas - IV - 37
- Administrativo sancionador - Procedimentos cabíveis - IV - 37
- Administrativo sancionador - Relação com Direito Penal - IV - 37
- Administrativo sancionador - Requisitos de imputação - IV - 37
- adquirido - III - 17
- Ambiental - III - 21
- Ambiental - Agrotóxicos - III - 22
- Ambiental - Tipificação penal específica - III - 17
- Ambiental penal reparador - III - 7
- antitruste - Tutela penal - II - 40
- ao meio ambiente protegido - III - 9
- ao nome - VI - 17
- ao nome - Exclusividade - VI - 17
- ao nome - Fundamento legal - VI - 17
- ao nome - Proteção - VI - 17
- ao sigilo - V - 51; V - 57
- coletivo - V - 6
- coletivo - Tutela - V - 6
- Conceito - V - 22
- Concretização - III - 44
- Constitucional - V - 11
- de Concorrência - II - 20; II - 44
- de Concorrência - Abuso de poder econômico - II - 7
- de Concorrência - Conceituação - II - 44
- de Concorrência - Elemento subjetivo - II - 44
- de Concorrência - Finalidade - II - 44
- de Concorrência - Hermenêutica - II - 44
- de Concorrência - Irretroatividade - II - 44
- de Concorrência - Mercado relevante - II - 44
- de Concorrência - Prescrição - II - 44
- de Concorrência - Propósito - II - 44
- de Concorrência - Putatividade delitiva - II - 44
- de Concorrência - Responsabilidade solidária - II - 44
- de Concorrência - Taxonomia - II - 44
- de Concorrência - Tipologia - II - 44

- de concorrência - Tutela penal - **II** - 40
- de Concorrência - Ultraterritorialidade - **II** - 44
- de escolha do defensor - **IV** - 36
- de intervenção - **I** - 28; **I** - 31; **I** - 43
- de propriedade privada - **VI** - 24
- de punir - **I** - 48
- de punir - Estado - **I** - 48
- de regresso - **I** - 48
- de uso exclusivo - Nome comercial - **VI** - 17
- difuso - **V** - 6
- difuso - Tutela - **V** - 6
- do autor - **VI** - 18; **VI** - 26
- do autor - Ação civil - **VI** - 17
- do autor - Ação penal - **VI** - 17
- do autor - Aspectos civis - **VI** - 26
- do autor - Aspectos constitucionais - **VI** - 26
- do autor - Aspectos penais - **VI** - 26
- do autor - Astreinte - **VI** - 17
- do autor - Colaboração policial - **VI** - 18
- do autor - Conceito - **VI** - 26
- do autor - Concorrência criminosa - **VI** - 17
- do autor - Contrafação - **VI** - 18
- do autor - Contrato de edição - **VI** - 26
- do autor - Delito autônomo - **VI** - 21
- do autor - Direito comparado - **VI** - 16
- do autor - Direito natural - **VI** - 18
- do autor - Fundamento jurídico - **VI** - 18
- do autor - Natureza - **VI** - 26
- do autor - Novo texto legislativo - **VI** - 18
- do autor - Perdas e danos - **VI** - 17
- do autor - Prejuízo cível - **VI** - 16
- do autor - Prejuízo criminal - **VI** - 16
- do autor - Propriedade imaterial - **VI** - 18
- do autor - Proteção civil - **VI** - 18
- do autor - Proteção penal - **VI** - 18
- do autor - Registro - **VI** - 17
- do autor - Violação - **VI** - 18
- do Consumidor - **III** - 32
- do Consumidor - Princípios constitucionais penais - **III** - 30
- Econômico - **II** - 6; **II** - 9; **II** - 20
- Econômico - Bem jurídico - **I** - 25
- Econômico - Direito penal - **I** - 25
- Econômico - Direito Penal Econômico - **I** - 17
- Econômico - Direito Penal especial - **I** - 22
- Econômico - Exclusão de ilicitude - **V** - 4
- Econômico - Neo-direito - **I** - 30
- empresarial - **I** - 36
- europeu - Crime de informática - **VI** - 30
- extradicional - Fontes - **VI** - 61
- extrapenal - **V** - 20
- Financeiro - **V** - 10
- financeiro - Atividade financeira - **V** - 10
- Francês - **I** - 36
- Globalização - **I** - 32
- internacional - **I** - 36
- material - Propriedade imaterial - **VI** - 23
- Moral - **I** - 54
- Moral - Autor - **VI** - 25
- Moral - Caráter patrimonial - **VI** - 25
- Natural - **VI** - 18
- Natural - Direito do autor - **VI** - 18
- Obediência - **V** - 22
- Pena nos negócios - Denominações - **I** - 30
- Penal - **I** - 27; **I** - 36; **I** - 53; **I** - 54; **III** - 47; **IV** - 37; **V** - 10; **VI** - 24; **VI** - 35
- Penal - Administrativização - **IV** - 37

- Penal - Anglo-saxônico - I - 32
- Penal - Atuação na ordem econômica - II - 11
- Penal - Bem jurídico - I - 31; I - 53; I - 54
- Penal - Bem jurídico transindividual - I - 31
- Penal - Bens coletivos - I - 31
- Penal - Bens difusos - I - 31
- Penal - Biotecnologia - I - 31; III - 35
- Penal - Clássico - I - 35
- Penal - Clonagem humana - III - 39
- Penal - Common Law - I - 33
- Penal - Complexificação social - IV - 37
- Penal - Conceitos - I - 54
- Penal - Conflitos jurídicos - I - 33
- Penal - Correntes funcionalistas - I - 33
- Penal - Crime econômico - I - 35
- Penal - Crise de legitimidade - II - 5
- Penal - Desformalização - I - 33
- Penal - Desmaterialização - II - 5
- Penal - Diferenças qualitativas do Direito Administrativo Sancionador - IV - 37
- Penal - Diferenças quantitativas do Direito Administrativo Sancionador - IV - 37
- Penal - Direito Administrativo - I - 28; I - 30
- Penal - Direito Administrativo Sancionador - V - 10
- Penal - Direito Econômico - I - 25
- Penal - Direito penal do inimigo - VI - 35
- Penal - Distinção do Direito Administrativo Sancionador - IV - 37
- Penal - Distinções - V - 11
- Penal - Dogmática - I - 31
- Penal - Efeito simbólico - II - 5
- Penal - Eficiência - I - 15
- penal - Eficientismo - VI - 35
- Penal - Escola de Frankfurt - II - 11
- penal - Evolução - I - 49
- Penal - Expansão - I - 15; I - 31; III - 29; III - 30; III - 34; III - 35; III - 36; IV - 34; V - 3; V - 6; V - 46; VI - 41
- Penal - Função - I - 54; II - 11; III - 4
- Penal - Função ético-social - I - 54
- Penal - Função simbólica - I - 31
- Penal - Funcionalidade - I - 41
- Penal - Garantias - IV - 37
- Penal - Globalização - I - 26; I - 32; I - 43
- Penal - Globalização contrahegemonica - I - 32
- Penal - Grau de especialização - IV - 37
- Penal - Inflação legislativa - II - 5
- Penal - Instrumentalização - I - 43
- Penal - Instrumento - I - 43
- Penal - Instrumento de comunicação - VI - 35
- Penal - Instrumento de estabilidade - I - 20
- Penal - Instrumento de segurança - I - 20
- Penal - Instrumento preventivo - I - 41
- Penal - Intervenção - I - 20
- Penal - Intervenção máxima - I - 25
- Penal - Intervenção mínima - I - 25
- Penal - Legitimidade da atuação na ordem econômica - II - 11
- Penal - Lei e ordem - VI - 35
- Penal - Medidas restauradoras - I - 41
- Penal - Meios de produção de provas - IV - 37
- Penal - Meios de tutela - V - 6
- Penal - Missão - I - 10

- Penal - Mudança de paradigma - II - 3
- penal - Novas tendências - I - 33
- Penal - Novos interesses tutelados
- penal - Novos riscos da sociedade - VI - 35
- Penal - Patrimônio genético - III - 41
- Penal - Pós modernidade - I - 31
- Penal - Preventivo - I - 27; I - 41
- Penal - *Prima ratio* - I - 33; I - 41
- Penal - Princípios - I - 31
- Penal - Princípios constitucionais - V - 27
- Penal - Princípios fundamentais - VI - 53
- Penal - Problemas fundamentais - I - 31
- Penal - Procedimentos cabíveis - IV - 37
- Penal - Processo de expansão - VI - 35
- Penal - Processo penal - I - 33
- Penal - Punitivismo - VI - 35
- Penal - Racionalidade axiológica - II - 5
- Penal - Reflexões - I - 31
- Penal - Relação com Direito Administrativo Sancionador - IV - 37
- Penal - Requisitos de imputação - IV - 37
- Penal - Risco - I - 15
- penal - Simbolismo - I - 43
- Penal - Sujeitos - I - 47
- Penal - Tendência expansiva - I - 20
- Penal - Teoria geral - II - 20
- Penal - Tratamento isonômico - V - 8
- Penal - *Ultima ratio* - I - 31; I - 33; I - 41; I - 43; V - 6; VI - 29
- Penal - Utilidade - I - 27
- Penal - Valor - I - 48
- Penal - Welzel - I - 54
- Penal alimentar - III - 38
- Penal Antitruste - II - 40
- Penal básico - III - 35
- Penal Canônico - I - 28
- Penal da comunicação - I - 30
- Penal da economia - I - 30
- Penal de garantias - V - 10
- Penal de mera ordenação social - I - 23
- Penal de proteção - I - 30
- Penal de risco - I - 41
- Penal do ambiente - I - 30; III - 1; III - 10; III - 14
- Penal do ambiente - Arquivos - III - 15
- Penal do ambiente - Complexidade - III - 15
- Penal do ambiente - Cooperação internacional - III - 16
- Penal do ambiente - Eficácia aleatória - III - 15
- Penal do ambiente - Falta de informação - III - 15
- penal do ambiente - Harmonização - III - 1
- Penal do ambiente - Incoerência - III - 15
- Penal do ambiente - Inflação penal - III - 15
- Penal do ambiente - Instrumento do Direito Administrativo - III - 16
- Penal do ambiente - Japão - III - 17
- Penal do ambiente - Legislação ordinária - III - 16
- Penal do ambiente - Medidas complementares - III - 15
- Penal do ambiente - Mercosul - III - 16
- Penal do ambiente - Penas - III - 15
- Penal do ambiente - Raridade das perseguições - III - 15
- Penal do ambiente - Sanções pouco dissuasivas - III - 15

- Penal do ambiente na França - III - 15
- penal do consumidor - III - 29; III - 30
- penal do consumidor - Evolução - III - 29
- penal do consumidor - Inconstitucionalidade - III - 34
- penal do consumidor - Legislação - III - 30
- penal do inimigo - I - 43; II - 8
- penal do inimigo - Direito penal - VI - 35
- penal do inimigo - Sociedade de risco - I - 20
- penal do risco - I - 31
- penal dos pobres - I - 30
- Penal Econômico - I - 35; II - 2; II - 4; II - 6; II - 9; II - 10; II - 11; II - 16; II - 22; II - 40; IV - 30; IV - 34; V - 10; VI - 54
- Penal econômico - Abrangência - II - 4
- Penal econômico - Antecedentes - II - 10
- Penal econômico - Argentina - V - 10
- Penal econômico - Atributos da sanção - II - 2
- Penal econômico - Ausência de regulação jurídica unitária - II - 4
- Penal econômico - Autonomia - II - 20
- Penal econômico - Bem jurídico - I - 25; II - 6; II - 10; II - 22
- Penal econômico - Bipolaridade conceitual - II - 10
- Penal econômico - Características - II - 20; V - 10
- Penal econômico - Conceito - I - 17; II - 4; II - 10; V - 10; V - 23
- Penal econômico - Conceito material - II - 10
- Penal econômico - Concepção ampla - II - 10
- Penal econômico - Concepção de Tiedemann - I - 42
- Penal econômico - Concepção restritiva - II - 10
- Penal econômico - Contexto - I - 17
- Penal econômico - Crime de perigo - I - 18
- Penal econômico - Criminalidade nos negócios - I - 30
- Penal econômico - Crise - II - 10; VI - 54
- Penal econômico - Desenvolvimento - I - 17; II - 4
- Penal econômico - Direito Econômico - I - 17
- Penal econômico - Direito penal comum - V - 4
- Penal econômico - Elementos normativos - II - 6
- Penal econômico - Erro de tipo - II - 6
- Penal econômico - Especialização - II - 20
- Penal econômico - Estrutura - II - 10
- Penal econômico - Evolução - I - 23; II - 10
- Penal econômico - Globalização - II - 28
- Penal econômico - Histórico - I - 17
- Penal econômico - Legitimidade constitucional - I - 15
- Penal econômico - Limites conceituais - I - 17
- Penal econômico - Objetividade jurídica - II - 10
- Penal econômico - Previsão de fraudes - II - 6
- Penal econômico - Princípio da intervenção mínima - I - 18; II - 28
- Penal econômico - Princípios da atividade econômica - II - 11
- Penal econômico - Razão de Existência - II - 20

- Penal econômico - Relação com o Direito Penal Tributário - V - 25
- Penal econômico - Risco da atividade - I - 42
- Penal econômico - Simplificação da prova - II - 6
- Penal econômico - Teoria Geral do Direito Penal - II - 20
- Penal econômico - Tipicidade - II - 6
- Penal econômico - Tipo penal aberto - Crítica - I - 15
- Penal econômico - Unidade narrativa - V - 4
- Penal econômico administrativo - I - 23
- Penal econômico europeu - V - 18
- Penal empresarial - VI - 1
- Penal espanhol - VI - 22
- Penal especial - I - 22
- Penal especial - Direito econômico - I - 22
- Penal europeu - VI - 30
- Penal expansivo - I - 31; I - 43; II - 5
- Penal expansivo - Racionalidade final - II - 5
- Penal financeiro - V - 45
- Penal fiscal - V - 4
- Penal global - I - 26
- Penal internacional - I - 26; II - 8; IV - 12; IV - 13
- Penal internacional - Economia global - I - 26
- Penal internacional corporativo - II - 8
- Penal máximo - V - 8
- Penal mínimo - V - 8
- Penal mínimo - Princípios - V - 4
- Penal moderno - I - 35
- Penal nos negócios - I - 30
- Penal preventivo - Delitos ambientais - I - 41
- Penal secundário - II - 5; II - 11
- Penal secundário - Merecimento de pena - II - 5
- Penal secundário - Necessidade de pena - II - 5
- Penal secundário - Técnicas de tutela - II - 5
- Penal simbólico - II - 5; III - 5; III - 35; III - 43; III - 46; VI - 35
- Penal sócio-econômico - II - 10
- Penal supranacional - I - 26
- Penal tributário - V - 6; V - 11; V - 15
- Penal tributário - Crimes - V - 11
- Penal tributário - Direito Tributário - V - 9
- Penal tributário - Legalidade - V - 15
- Penal tributário - Penalização tributária - V - 11
- Penal tridimensional - I - 31
- processual - Desformalização - I - 33
- processual penal - IV - 31
- Reforma - França - I - 36
- repressivo - Legalidade - V - 15
- Romano - V - 10
- Sanção - V - 22
- tributário - V - 10
- tributário - Constituição - V - 11
- tributário - Direito penal tributário - V - 9
- tributário - Normas gerais - V - 11
- tributário - Princípios constitucionais - V - 27
- Tributário penal - V - 11
- urbanístico - evolução histórica - III - 26
- Violação - I - 48

**DIREITO AMBIENTAL PENAL
REPARADOR: COMPOSIÇÃO
E REPARAÇÃO DO DANO
AO AMBIENTE: REFLEXOS
NO JUÍZO CRIMINAL E A
JURISPRUDÊNCIA - Eladio
Lecey - III - 7**

**DIREITO CRIMINAL NA
RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS
E FALÊNCIA - LEI 11.101/2005**
- Jayme Walmer de Freitas - VI
- 11

**DIREITO DE AUTOR - Antônio
Chaves - VI - 16**

**DIREITO DO AUTOR: A NOVA
ESTRUTURA PENAL NO BRASIL**
- Carlos Alberto Bittar - VI - 21

**DIREITO INTERNACIONAL:
A IMPOSSIBILIDADE DE O
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
APRECIAR O MÉRITO NO
PROCESSO DE EXTRADIÇÃO -**
Negi Calixto - VI - 60

**DIREITO PENAL DE RISCO E
RESPONSABILIDADE PENAL
DAS PESSOAS JURÍDICAS: A
PROPÓSITO DA ORIENTAÇÃO
JURISPRUDENCIAL DO STJ**
- Érika Mendes de Carvalho e
Gisele Mendes de Carvalho - I
- 41

**DIREITO PENAL DO
CONSUMIDOR E
CONSTITUIÇÃO FEDERAL
BRASILEIRA - Eduardo Reale**
Ferrari - III - 30

**DIREITO PENAL DO
CONSUMIDOR: CAPÍTULO DO
DIREITO PENAL ECONÔMICO
(O) - Antônio Herman V.**
Benjamin - III - 29

**DIREITO PENAL ECONÔMICO E
O BEM JURÍDICO PROTEGIDO
ATRAVÉS DO CRIME DE
EVASÃO DE DIVISAS - Douglas**
Bonaldi Maranhão - II - 28

**DIREITO PENAL SECUNDÁRIO,
INFLAÇÃO LEGISLATIVA E**

WHITE-COLLAR CRIMES
- Guilherme Gouvêa de
Figueiredo - II - 5

DIREITOS

- civis e políticos - V - 10
- e garantias - Constituição da Argentina - V - 10
- e valores - IV - 27
- econômicos culturais - V - 10
- econômicos sociais - V - 10
- fundamentais - I - 32; I - 47; V - 6; VI - 43
- fundamentais - Positivização - V - 6
- humanos - I - 22; II - 5; V - 6
- humanos - Impacto das corporações - II - 8
- humanos - Tutela penal internacional - II - 8
- naturais - III - 17
- subjetivos - V - 6

DIRETOR

- Responsabilidade objetiva - II - 9
- Responsabilidade penal - II - 9
- de indústria - Enquadramento penal - III - 17

DIRIGENTE

- Responsabilidade penal - I - 52

DISCLOSE OR ABSTAIN THEORY
- II - 15

DISSOLUÇÃO

- Sociedade - I - 45

DÍVIDA

- externa - Aspectos penais - I - 16
- externa - Crime de usura - I - 16
- externa - Limite para o desenvolvimento - I - 16
- tributária - Pagamento - V - 19
- tributária - Parcelamento - V - 19

DIVISÃO GEMELAR ARTIFICIAL
- III - 39

DIVISAS - II - 23

- Evasão - II - 23; II - 30
- Saída - II - 30

DNPI - Vide: Departamento Nacional de Propriedade Industrial

DOGMÁTICA PENAL - I - 33

- Críticas - I - 2
- Evolução - I - 33
- Legitimação - I - 2
- Limites - I - 2
- Objetivos - I - 2
- Possibilidades - I - 2 ✓

DOGMÁTICA JURÍDICO-PENAL EM QUESTÃO: POSSIBILIDADES E LIMITES NO SÉCULO XXI (A) - Cláudio Alberto Gabriel Guimarães - I - 2

DÓLAR - IV - 4

- Falsificação - IV - 4

DOLO - I - 39

- Ausência - V - 4
- Específico - VI - 15
- eventual - I - 48; IV - 14; VI - 19
- Ignorância da lei - V - 4
- Teoria - II - 4

DOMÍNIO DOS MERCADOS - II - 7

- Crime de perigo - II - 7
- Crime formal - II - 7

DONATIVO - IV - 22**DOSIMETRIA DA PENA - I - 46****DROGAS**

- Tráfico - IV - 18

DUMPING - II - 19; II - 20; II - 21; IV - 2**DUPLA IMPUTAÇÃO**

- Teoria - I - 27

DUPLICATA

- Aceite - Crime - V - 40
- fria - V - 40
- mercantil - Conceito - V - 40
- mercantil - Originalidade - V - 40
- simulada - Antijuridicidade - V - 40
- simulada - Crime - V - 40

DUPLO

- grau de cognição - Princípio - V - 5
- grau de jurisdição - Garantia - V - 10

DURAÇÃO

- pena - I - 44

E**ECOLOGIA - III - 17; III - 20**

- Auto-ecologia - III - 20
- Ecocídio - III - 20
- Essencial à felicidade - III - 20
- Essencial à Saúde - III - 20
- Essencial à vida - III - 20
- Etologia - III - 20
- Mesologia - III - 20
- Sinecologia - III - 20

ECONOMIA - IV - 27

- coletiva - Relevância social - VI - 15
- de Opção - V - 14
- de opção - Elisão fiscal - V - 14
- Intervenção do Estado - II - 11; II - 20
- neoliberal - II - 9
- Política criminal - I - 43
- popular - Aspectos - II - 35
- popular - Bem coletivo - II - 35
- popular - Conceito - II - 35; II - 37
- popular - Congelamento de preços - II - 35

- popular - Crime - II - 25; II - 31; II - 32; II - 37
- popular - Crime de usura - II - 36
- popular - Delitos - VI - 2
- popular - Histórico - II - 35
- popular - Inflação - II - 32
- popular - Júri - II - 31
- popular - Legislação - II - 35
- popular - Sonegação de estoques - II - 35
- processual - Princípio - I - 13

ECOSSISTEMAS AQUÁTICOS - III - 14

ECTOGENESE - III - 42

EFEITOS

- da condenação - II - 2
- da condenação - Diferença da pena de perda de bens - II - 2
- penais - Definição de lei - VI - 53
- penais mistos - VI - 15
- penais puros - VI - 15

EFICÁCIA

- Garantismo Penal - V - 6
- preventiva - II - 5

EFICIÊNCIA - VI - 36

ELEMENTAR DO TIPO

- Ausência do tributo devido - V - 3

ELEMENTO

- circunstancial da pena - V - 1
- do tipo - Crimes cibernéticos - VI - 29
- do tipo - Tributo devido - V - 17; V - 25
- normativo - Art. 54, *caput*, da Lei 9.605/98 - III - 1
- normativo do tipo - Tributo - V - 18
- subsidiário - V - 12
- subsidiário - Arbitramento - V - 12
- subsidiário - Conceito - V - 12

- subsidiário - Produção e preço - V - 12

ELIMINAÇÃO DA CONCORRÊNCIA - II - 7

- Crime de perigo - II - 7
- Crime formal - II - 7

ELISÃO

- Diferenças da evasão fiscal - V - 5
- do imposto - V - 2
- Evasão fiscal - V - 5
- fiscal - V - 14
- fiscal - Abuso do direito - V - 28
- fiscal - Direito alemão - V - 28
- fiscal - Direito espanhol - V - 28
- fiscal - Economia de opção - V - 14
- fiscal - Fato gerador - V - 28
- fiscal - Planejamento tributário - V - 5
- fiscal abusiva - V - 28
- tributária - V - 9
- tributária - Ilegalidade - V - 14
- tributária - Princípio da Legalidade - V - 9

ELISÃO FISCAL (A) - Maurício dos Santos - V - 28

EMBRIÃO HUMANO - III - 42; III - 43

- Armazenamento - III - 41
- Dignidade da pessoa humana - III - 42
- Manipulação - III - 41
- Manipulação genética - III - 42
- Pesquisa e terapia - III - 42
- Produção - III - 41
- Utilização ilegal - III - 42

EMIÇÃO

- abusiva - III - 3
- de fumaça - III - 3
- de vapor - III - 3
- de gás - III - 3

EMPREGADO – IV - 25

- Corrupção – IV - 25
- Morte – Responsabilidade penal da pessoa jurídica – I - 52

EMPRESA – I - 44

- atividades ilícitas – VI - 52
- *Compliance* – I - 39
- Concentração – II - 7
- Concessão de empréstimos – I - 21
- criminosa – VI - 48
- de *factoring* – IV - 30
- Deveres – I - 21
- Estado de necessidade – V - 38
- Fachada – IV - 28
- fictícia – IV - 28
- Instituições financeiras – I - 21
- Obtenção de recursos – I - 21
- Responsabilidade – III - 32
- Responsabilidade penal – I - 21; V - 39
- Tipos penais – I - 21

EMPRESÁRIO – I - 45

- Privação de liberdade – VI - 6

ENCOBRIMENTO – IV - 18; IV - 23**ENGENHARIA GENÉTICA – III - 42; III - 43**

- Diferença de manipulação genética – III - 43

ENRIQUECIMENTO ILÍCITO – IV - 32

- Bem jurídico tutelado – IV - 32
- Consumação – IV - 32
- Convenções internacionais – IV - 32
- Criminalização – IV - 32
- Criminalização – Ordem normativa brasileira – IV - 32
- Elementos do tipo – IV - 32
- Evolução normativa – IV - 32
- Ordem normativa brasileira – IV - 32

- Sanção penal – IV - 32
- Sujeito ativo – IV - 32
- Sujeito passivo – IV - 32
- Tentativa – IV - 32

ENTE

- público – dano ambiental – III - 28

ENTES COLETIVOS – I - 43**ENTIDADES FINANCEIRAS – IV**

- 21
- Lavagem de dinheiro – IV - 21

ENTREGA

- Conceito – VI - 61
- vigiada – União Europeia – IV - 31

EQUILÍBRIO DA CONSTITUIÇÃO – VI - 36**EQUILÍBRIO ENTRE A**

- EFICIÊNCIA E O GARANTISMO E O CRIME ORGANIZADO (O)
- Antonio Scarance Fernandes – VI - 36

EQUIPES CONJUNTAS DE INVESTIGAÇÃO

- União Europeia – IV - 31

ERRO – I - 40

- de direito – V - 20
- de fato – V - 20
- de proibição – V - 4
- de proibição – Antijuridicidade – V - 4
- de proibição – Consciência atual de antijuridicidade – V - 4
- de proibição – Discussão jurídica – V - 4
- de proibição – Ignorância da lei – V - 4
- de proibição – Relevância – V - 4
- de proibição invencível – V - 4
- de proibição vencível – V - 4
- material – Diário oficial – V - 7

- sobre a ilicitude do fato - V - 4
- sobre o elemento normativo do tipo - I - 40

ESCOLA DE FRANKFURT - III - 35

ESPAÇO JURÍDICO-CRIMINAL
DOS TRIBUNAIS DE CONTAS
(O) - João Marcelo de Araújo Jr.
- IV - 3

ESPECIALIDADE

- Princípio - IV - 1

ESPETÁCULOS PÚBLICOS

- Aprovação Prévia - VI - 18

ESPONTANEIDADE

- Ação fiscal - V - 13
- Arrependimento eficaz - V - 13
- Conceito - V - 13
- Consequências ao contribuinte - V - 13
- Denúncia espontânea - V - 13
- Imposto sobre produtos industrializados - V - 13
- Justificativas do direito penal - V - 13
- Revogação de lei - V - 13
- Teoria - V - 13

ESPONTANEIDADE NO
PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO
(A) - Geraldo Ataliba - V - 13

ESTADO - I - 44

- Bem-Estar - II - 20
- Crime organizado - VI - 41
- de direito - Direito penal simbólico - I - 41
- de direito - Tipicidade - I - 33
- de necessidade - III - 21; III - 44
- Democrático de Direito - I - 24; I - 31; I - 33; V - 6; V - 8
- Democrático de Direito - Sistema de garantias - II - 41
- Democrático e Social de Direito - V - 6

- Intervenção na Economia - II - 11; II - 20; V - 46
- penal forte - I - 34
- penal fraco - I - 34
- Relação com corporações - II - 8

ESTADO-NAÇÃO - IV - 30

- Crise - IV - 30

ESTATUTO DO ESTRANGEIRO -
VI - 61

ESTRITA LEGALIDADE - III - 9

ESTRITO CUMPRIMENTO DO
DEVER LEGAL - III - 21

ESTRUTURA DAS
ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS
- José Carlos Gomes - VI - 45

ESTRUTURA MATERIAL
DOS DELITOS DE GESTÃO
FRAUDULENTA E TEMERÁRIA
DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA
- Luciano Feldens e Thiago
Zucchetti Carrion (A) - II - 18

ESTRUTURA TÍPICA DAS
MODALIDADES DE
CORRUPÇÃO COMETIDAS POR
FUNCIONÁRIO PÚBLICO NO
CÓDIGO PENAL ESPANHOL -
Jorge Vizueta Fernández (A) - IV
- 22

ÉTICA - I - 54; III - 47

- Acesso à informação - VI - 28
- médica - III - 47
- médica - Religião - III - 47

EUGENIA - III - 37; III - 39

EURO - IV - 4

EUROPOL - Vide: Polícia Europeia

EVASÃO - II - 23; V - 22

- de divisas - I - 21; II - 30
- de divisas - Anacronismo - II - 23

- de divisas – Autorização – II - 23
 - de divisas – Bem jurídico tutelado – II - 28; II - 30
 - de divisas – Conta CC - 5 – II - 30
 - de divisas – Direito Europeu – II - 23
 - de divisas – Espanha – II - 23
 - de divisas – Legislação – II - 28; II - 30
 - de divisas – Operação dólar-cabo – II - 30
 - de divisas – Política econômica – II - 23
 - de divisas – Portugal – II - 23
 - de divisas – Tipo – II - 23
 - Distinção de fraude fiscal – V - 22
 - fiscal – V - 2; V - 14
 - fiscal – Elisão – V - 5
 - fiscal – Elisão do imposto – V - 2
 - fiscal – Fraude fiscal – V - 14
 - fiscal – Ilícitude – V - 5
 - fiscal – Intenção – V - 14
 - fiscal – Medidas repressivas adequadas – V - 9
 - fiscal – Técnica das presunções – V - 2
 - fiscal e tributária – Lacunas legais – V - 14
 - Omissão – V - 14
 - tributária – V - 9
 - tributária fraudulenta – V - 16
 - tributária – Aspectos e causas – V - 9
 - tributária – Aspectos macroeconômicos – V - 9
 - tributária – Busca de política criminal adequada – V - 9
 - tributária – Busca de redução pelo Estado – V - 9
 - tributária – Caráter infracional – V - 9
 - tributária – Causas políticas – V - 9
 - tributária – Causas psicológicas – V - 9
 - tributária – Conceção moderna – V - 9
 - tributária – Culpa – V - 9
 - tributária – Direito penal como *ultima ratio* – V - 9
 - tributária – Direito sancionador – V - 9
 - tributária – Dolo – V - 9
 - tributária – Elementos essenciais – V - 9
 - tributária – Elisão tributária – V - 9
 - tributária – Evasão de impostos – V - 9
 - tributária – Evasão fiscal – V - 9
 - tributária – fato gerador – V - 28
 - tributária – Mal menor – V - 9
 - tributária – Mau uso dos recursos públicos – V - 9
 - tributária – Meios de controle social – V - 9
 - tributária – Oscilações qualitativas e quantitativas – V - 9
 - tributária – Partícipe – V - 16
 - tributária – Programa político-criminal – V - 9
 - tributária – Programa político-criminal – V - 9
 - tributária – Redução das causas – V - 9
 - tributária – Regime tributário – V - 9
 - tributária – Sanção administrativa – V - 9
 - tributária – Sanção penal – V - 9
 - tributária lícita – V - 11
- EVASÃO DE DIVISAS? – Ricardo Pieri Nunes – II - 23
- EVASÃO FISCAL LEGÍTIMA (A) – Alberto P. Xavier – V - 2
- EVASIÓN TRIBUTARIA (La) – Hector B. Villegas – V - 14

EVASIÓN TRIBUTARIA Y SU CONTRASTE EN EL DELITO TRIBUTÁRIO (LA) - Daniel Irwin Yacolca Estares - V - 9

EVOLUÇÃO DA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. CRIMES CONTRA O ORDENAMENTO URBANO E O PATRIMÔNIO CULTURAL (A) - José Eduardo Ramos Rodrigues - III - 23

EXAÇÃO - V - 17

- do tributo - V - 3
- do tributo - Exigibilidade - V - 3
- Excesso - V - 17

EXAME DE CORPO DE DELITO - Inquérito policial - VI - 23

EXAURIMENTO

- da via administrativa - IV - 7; V - 3
- da via administrativa - Descaminho - IV - 7

EXCESSO DE EXAÇÃO - V - 17

- Tributo indevido - V - 17

EXCLUDENTE

- da jurisdição penal - V - 4
- de culpabilidade - V - 4
- de culpabilidade - Crime tributário - V - 31
- de culpabilidade - Debate positivista - V - 4
- de culpabilidade - Ignorância da lei - V - 4
- supralegal - Crise financeira da empresa nos crimes tributários - V - 29

EXCLUSÃO

- de culpabilidade - III - 21
- de ilicitude - Direito econômico - V - 4

EXCULPAÇÃO - Antijuridicidade - V - 4

EXCULPANTE - Causa supralegal - I - 40

EXECUÇÃO

- fiscal - Crime fiscal - V - 8
- penal - I - 19

EXECUTIVO - II - 1

- Mídia - II - 1
- Opinião pública - II - 1

EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO - III - 21

EXIGÊNCIA DO EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA NOS CRIMES DE DESCAMINHO (A) - René Ariel Dotti e Gustavo Britta Scandelari - IV - 7

EXIGIBILIDADE

- Causa geral - I - 40
- de conduta - Sujeito responsável - I - 40
- de conduta diversa - I - 40
- de conduta diversa - Neutralização - I - 40
- de conduta diversa - Sentido afirmativo - I - 40

EXISTÊNCIA DA LEI - V - 7

EXPANSÃO

- do Direito Penal - I - 15; II - 5; V - 6; V - 46; VI - 41
- do Direito Penal - Reflexões - I - 31

EXPLORAÇÃO DE PRESTÍGIO - Crime - IV - 2

EXPULSÃO - VI - 58

EXTINÇÃO

- da pretensão punitiva - V - 3
- de punibilidade - II - 48; V - 3; V - 8; V - 18; VI - 6; VI - 19
- de punibilidade - Apropriação indebita previdenciária - V - 36

- de punibilidade - crime previdenciário - V - 36
- de punibilidade - Crime tributário - V - 3, V - 32
- de punibilidade - Crimes fiscais - V - 18
- de punibilidade - Decisão administrativa - II - 48;
- de punibilidade - Defesa administrativa - V - 3
- de punibilidade - Delitos ambientais - III - 4
- de punibilidade - Histórico da legislação tributária - V - 34
- de punibilidade - Pagamento - V - 3; V - 8
- de punibilidade - Parcelamento - V - 3; V - 5
- de punibilidade - Parcelamento do tributo - V - 3
- de punibilidade - Perdão - VI - 19
- de punibilidade - Propositura de ação penal - V - 3
- de punibilidade nos crimes tributários - V - 3; V - 8
- Pessoa jurídica - I - 45

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE NOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO TRIBUTÁRIA (A) - Vidal Serrano Nunes - V - 32

- #### EXTRADIÇÃO - VI - 57; VI - 58; VI - 60; VI - 61
- Ausência de tratados - VI - 61
 - Conceito - VI - 57; VI - 61
 - Concessão - VI - 60; VI - 61
 - Concessão - Requisitos - VI - 61
 - Crimes - VI - 61
 - Declaração de reciprocidade - VI - 57
 - e entrega - Distinção - VI - 61
 - Fundamento - VI - 57
 - Limites - VI - 57
 - Limites - Delitos de imprensa - VI - 57

- Limites - Delitos fiscais - VI - 57
- Limites - Delitos militares - VI - 57
- Limites - Delitos políticos - VI - 57
- Limites - Delitos religiosos - VI - 57
- Limites - Em razão da infração - VI - 57
- Limites - Em razão da pessoa - VI - 57
- Modalidades - VI - 61
- Nacionalidade do extraditado - VI - 61
- Natureza jurídica - VI - 57; VI - 61
- Panorama histórico - VI - 57
- Poder Executivo - VI - 60
- Poder Judiciário - VI - 60
- Presidente da República - VI - 61
- Presidente da República - Efetivação - VI - 61
- Processo - VI - 60
- Processo - Fases - VI - 60
- Processo - Natureza jurídica - VI - 60
- Reciprocidade - VI - 60
- Regulamentação - VI - 61
- STF - VI - 60; VI - 61
- STF - Apreciação do mérito - VI - 60
- STF - Apreciação do mérito - Impossibilidade - VI - 60
- STF - Autorização - VI - 61
- Tratado internacional - VI - 57; VI - 60; VI - 61
- Vedação - VI - 61

F

FABRICAÇÃO

- de agrotóxicos - Técnicas utilizadas - III - 22
- de produto - Crime contra a propriedade imaterial - VI - 20

FACTORING - V - 56

FALÊNCIA - VI - 6; VI - 7; VI - 9; VI - 11; VI - 12; VI - 13;

- causal - VI - 15
- Competência para legislar - VI - 10
- Crime concursal - VI - 13
- culposa - VI - 15
- declaração judicial - VI - 12
- e crime falimentar - Correlação - VI - 13
- efeitos em relação ao estado da pessoa - VI - 12
- Fraude - VI - 14
- fraudulenta - VI - 13; VI - 15
- fraudulenta - Falência dolosa - VI - 15
- Pressupostos - VI - 15
- Reclusão - VI - 13
- sentença - VI - 12
- sentença - Encerramento - VI - 12
- sentença - Recursos - VI - 12
- Sentença constitutiva - VI - 13
- Sentença declaratória - VI - 13
- Sociedade integrante do grupo - VI - 15

FALÊNCIAS FRAUDULENTAS (AS) - Octávio Mendes - VI - 14

FALSA

- afirmação - II - 43
- identidade - II - 14
- informação - II - 43
- publicidade - II - 43

FALSIDADE

- ideológica - Dolo - II - 14
- ideológica - II - 14
- material - II - 14

FALSIFICAÇÃO

- Crimes contra a ordem tributária - V - 8
- de alimentos - III - 38
- de moeda - IV - 4; VI - 46

- de moeda - Cooperação no combate - IV - 4
- de moeda transnacional - IV - 4
- de reservas internacionais - IV - 4
- de transações monetárias - IV - 4
- Exame de corpo de delito - VI - 20

FALSIFICAÇÃO DA MOEDA

ÚNICA EUROPÉIA (EURO) (A) - John Vervaele - IV - 4

FALSOS

- Crimes contra a ordem tributária - V - 8

FAMA - I - 49

FARRA DO BOI - III - 13

FATO

- gerador - V - 11
- gerador - Campo de incidência - V - 11
- gerador - Elisão fiscal - V - 28
- gerador - Evasão tributária - V - 28
- gerador - Neutro - V - 11
- gerador próprio - V - 11
- penal atípico - Abuso na imputação - VI - 53
- punível - I - 14
- tributável - V - 2
- tributável - Via da interpretação - V - 2

FAUNA - III - 1; III - 13; III - 16; III - 18; III - 21; III - 22

- aquática - III - 1; III - 14
- ictiológica - III - 11
- Proteção - III - 13
- Tutela penal - III - 13

FAVORECIMENTO

- aos crimes contra o meio ambiente - III - 20; III - 21

FERILIZAÇÃO IN VITRO - III - 37; III - 42

FIM DO DIREITO – V - 22

FINANÇAS – II - 3

FINANCIAL INTELLIGENCE

UNITS – IV - 28

FINANCIAMENTO

- dos partidos políticos – IV - 24

FISCALIZAÇÃO – V - 19

FISCO – I - 21

- quebra de sigilo bancário – V - 52;
V - 54

FIUs – Vide: *Financial Intelligence Units*

FLEXIBILIZAÇÃO CAMBIAL – II - 23

FLORA – III - 18; III - 20; III - 21;
III - 22

FLORESTA – III - 8; III - 21

- Conceito – III - 8

FORMAS DE ABUSO DE PODER
ECONÔMICO – José Alexandre
Tavares Guerreiro – II - 7

FRAGMENTARIEDADE

- Princípio – I - 53; V - 6

FRAUDE

- à lei fiscal – V - 2
- alimentar – III - 38; III - 46
- alimentar – Consumidor – III - 46
- alimentar – Definição – III - 38
- alimentar – Espécies – III - 38
- ao imposto de renda – Diligência – V - 50
- bancária – II - 14
- Conceito – V - 46
- Concordatas – VI - 14
- Crimes de informática – VI - 28
- Desvio de clientela – II - 43

- em concorrências públicas – II - 21
- Embalagens alheias – II - 43
- fiscal – V - 22; V - 26
- fiscal – Antecedentes legislativos – V - 26
- fiscal – Distinção de evasão – V - 22
- fiscal – Evasão fiscal – V - 14
- nas falências – VI - 14
- Violações da confiança – II - 18

FRAUDE CONTRA O FISCO – Luiz
Alberto Machado – V - 26

FUNÇÃO

- de garantia – Tipo penal – I - 20
- motivadora – Tipo penal – I - 20
- simbólica – III - 12
- social – I - 47

FUNCIONÁRIO PÚBLICO – IV - 2;
IV - 12; IV - 22; IV - 26

- Conceito – IV - 2
- Corrupção – VI - 52
- Donativo – IV - 22
- estrangeiro – IV - 12; IV - 26
- Presentes – IV - 22

FUNÇÕES DOGMÁTICAS E
LEGITIMIDADE DOS TIPOS
PENAIIS NA SOCIEDADE DE
RISCO – Cláudio Alberto Gabriel
Guimarães e Davi Uruçu Rego –
I - 20

FUNDAMENTOS DA TUTELA
PENAL ANTITRUSTE (Os)
– Gonçalo Farias de Oliveira
Junior – II - 40

FUNDAMENTOS DE LA
PUNICIÓN DE LOS DELITOS
URBANÍSTICOS EN EL
DERECHO PENAL ESPAÑOL –
Miguel Ángel Boldova Pasamar
– III - 27

FUNDO PENITENCIÁRIO - I - 45

G

GAECO - Vide: Grupo de Atuação Especial e Repressão ao Crime Organizado

GARANTIA - I - 37; - V - 10

- constitucional - I - 48
- constitucional - Preservação - V - 18
- Crítica à função - I - 20
- da ordem econômica - Direito penal - V - 6
- da ordem econômica - Tutela penal - V - 6
- do duplo grau de jurisdição - V - 10
- do processo - I - 33
- do tipo penal - I - 20
- Flexibilização - I - 43
- formais - I - 31
- Fundamental - VI - 36
- fundamental - Organização criminosa - VI - 36
- fundamental - Riscos - VI - 36
- material - I - 31
- Ordem econômica - I - 25

GARANTIDOR

- posição - I - 6

GARANTISMO - I - 33; VI - 36

- penal - Eficácia - V - 6

GERAÇÕES

- futuras - III - 20; III - 21
- presentes - III - 20; III - 21

GERENTE

- Responsabilidade objetiva - II - 9
- Responsabilidade penal - II - 9

GERIR

- Acepção normativa - II - 18

GESTÃO

- fraudulenta - II - 18; IV - 30; VI - 5
- fraudulenta - abuso - VI - 5
- fraudulenta - Bem jurídico - II - 18
- fraudulenta - Déficit de eficiência - II - 18
- fraudulenta - Elemento normativo - II - 18
- fraudulenta - Fraude como elemento insuficiente - II - 18
- fraudulenta - Fraude como elemento necessário - II - 18
- fraudulenta - infidelidade - VI - 5
- fraudulenta - Tipo - II - 18
- fraudulenta - Tipo compreensivo - II - 18
- fraudulenta - tipos de delitos - VI - 5
- temerária - II - 18; II - 30; IV - 30
- temerária - Bem jurídico tutelado - II - 30
- temerária - Elemento normativo - II - 18
- temerária - Legislação - II - 30
- temerária - Recurso ao marco regulatório - II - 18

GESTÃO TEMERÁRIA, EVASÃO DE DIVISAS E APORIAS - Flavio Antônio da Cruz - II - 30

GLOBALIZAÇÃO - I - 20; I - 24; I - 26; I - 32; I - 33; I - 43; III - 32; IV - 20; IV - 27; IV - 30

- Conceito - I - 4; I - 32
- contra-hegemônica - I - 32
- corporativa - II - 8
- Criminalidade - I - 26
- Críticas - IV - 30
- Definição - I - 33
- Delitos gerados - I - 4
- Direito - I - 32
- Direito Penal - I - 26; I - 4; I - 43
- Direito Penal brasileiro - I - 32
- Direito Penal Econômico - II - 28

- e Direito – IV - 30
- econômica – I - 26; I - 31
- econômica – Conceito – IV - 30
- econômica – Histórico – IV - 30
- Fenômeno – I - 43
- Ideologia – I - 32
- Informática – VI - 30
- Informático-financeira – I - 29
- Integração supranacional – I - 26
- mercado de capitais – V - 42
- neoliberal – I - 26
- política criminal – I - 4
- princípios políticos-criminais – I - 4
- Segurança pública – I - 24
- Transformações no direito – I - 33

GLOBALIZAÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES NO DIREITO PENAL (A) – Tatiana Viggiani Bicudo – I - 33

GLOBALIZAÇÃO E DIREITO PENAL BRASILEIRO – Tadeu A. Dix Silva – I - 32

GLOBALIZAÇÃO E OS CRIMES DE “LAVAGEM DE DINHEIRO” (A) – Maria Carolina de Almeida Duarte – IV - 30

GLOBALIZAÇÃO E OS PROBLEMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA (A) – Juarez Tavares – I - 24

GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E DIREITO PENAL – Luis Gracia Martín – I - 26

GOVERNANTES

- Respeito qualificado ao Direito – IV - 33

GRADUAÇÃO DA MAGNITUDE DO INJUSTO E DA CULPABILIDADE NA TUTELA JURÍDICO-PENAL DO

AMBIENTE (A) – Patrícia Carraro Rossetto – III - 19

GRAVIDADE

- do delito – I - 45
- do fato – Circunstância – III - 19

GRUPO

- armado – VI - 59
- armado – Direito Penal espanhol – conceito – VI - 59
- criminoso – VI - 50
- criminoso – tipificação penal – VI - 50
- de Atuação Especial e Repressão ao Crime Organizado – IV - 29
- de consórcio – patrimônio – V - 48
- econômico – corrupção – VI - 54

GUERRILHAS – VI - 56

H

HABEAS CORPUS – VI - 23

- Crime contra economia popular – II - 26; II - 37

HERMENÊUTICA – II - 3; IV - 12

- Direito de Concorrência – II - 44
- jurídica – Crítica – V - 8
- Novas formas – II - 3

HISTÓRICO DA CRIMINALIDADE ECONÔMICA – Joyce Roysen – I - 23

HOMOLOGAÇÃO – V - 12

HONRA – I - 49

- Subjetiva – I - 49

HUMANIZAÇÃO DA PENA – III - 9

HUMANO

- valorização – I - 47

I

ICOMOS - Vide: Conselho
Internacional de Monumentos e
Sítios

ICTIOFAUNA - III - 14

IDEIA PENAL SOBRE A
CORRUPÇÃO NO BRASIL (A) -
Renato de Mello Jorge Silveira
- IV - 34

IDENTIDADE - FALSA - II - 14

IDEOLOGIA DA PROPRIEDADE
INTELLECTUAL: A
INCONSTITUCIONALIDADE
DA TUTELA PENAL DOS
DIREITOS PATRIMONIAIS DE
AUTOR (A) - Túlio Lima Viana -
VI - 27

IGNORÂNCIA - V - 4

- da lei - Culpabilidade - V - 4
- da lei - Debate positivista - V - 4
- da lei - Dolo - V - 4
- da lei - Erro de proibição - V - 4
- da lei - Excludente de culpabili-
dade - V - 4
- da lei - Falta de dolo - V - 4
- Lei penal fiscal - V - 4

IGNORÂNCIA DA LEI PENAL
COMO ERRO DE PROIBIÇÃO
NOS CRIMES FISCAIS - Alfredo
Carlos Gonzaga Falcão Júnior -
V - 4

IGUALDADE - III - 9

- penal - Princípio - I - 2
- Princípio - V - 7; V - 10
- tributária - Princípio - V - 2

ILEGALIDADE

- Manutenção da ordem social - VI
- 40
- Punição - V - 11

- tolerada - VI - 40
- tolerada - Crise - VI - 40

ILÍCITO

- administrativo - I - 28
- administrativo - Princípios de di-
reito penal - I - 28
- de autoria - Coletiva - I - 48
- penal - I - 28; I - 48; V - 1
- penal - Conceito - V - 1
- penal falimentar - VI - 15
- tributário - I - 45; V - 3; V - 9
- tributário - História - V - 10
- tributário - Questões terminoló-
gicas - V - 9
- urbanístico - Criminalização - III
- 27
- urbanístico - *Ultima ratio* - III -
27
- urbanístico administrativo - III -
27

ILÍCITOS TRIBUTÁRIOS (OS) -
Zelmo Denari - V - 33

ILICITUDE

- Condições - VI - 18
- penal - I - 9
- penal - Preexistência - VI - 20

IMPOSIÇÃO

- Penas - I - 45
- tributária - Teoria - V - 19

IMPOSTO

- Cálculo - V - 12
- Deduções legítimas - V - 11
- Dever cívico - V - 9
- Função retributiva - V - 10
- sobre produtos industrializados -
V - 12
- sobre produtos industrializados -
Espontaneidade - V - 13
- sobre produtos industrializados -
Regime de recolhimento - V - 13

IMPrensa - I - 49

- Construção da realidade - II - 1
 - Julgamento pela mídia - II - 1
 - Liberdade - II - 1
- IMPROBIDADE**
ADMINISTRATIVA - IV - 11; IV - 32
- IMPRUDÊNCIA** - IV - 14
- IMPULSO**
- Criminoso - I - 44
- IMPUNIDADE** - I - 27
- crime organizado - VI - 41
- Fatores - I - 27
- IMPUNIDADE DA MACRODELINQUÊNCIA ECONÔMICA DESDE A PERSPECTIVA CRIMINOLÓGICA DA TEORIA DA APRENDIZAGEM (A)** - Luiz Flávio Gomes - I - 27
- IMPUTABILIDADE** - I - 48
- penal - I - 48
- Pessoa jurídica - I - 45
- IMPUTAÇÃO**
- à pessoa jurídica - I - 42
- Critérios normativos - I - 42
- da pessoa jurídica - Jurisprudência brasileira - I - 42
- da pessoa jurídica - Modelos - I - 42
- da pessoa jurídica - Responsabilidade direta - I - 42
- da pessoa jurídica - Responsabilidade indireta - I - 42
- da pessoa jurídica - Sistema vincial - I - 42
- objetiva - I - 10; I - 40
- objetiva - Critérios - I - 10
- objetiva - Crítica - I - 10
- objetiva - Direito penal brasileiro - I - 10
- objetiva - Origem - I - 10

- penal da pessoa jurídica - Individualização da pena - I - 42

IMPUTAÇÃO OBJETIVA NO DIREITO PENAL BRASILEIRO (A) - Luiz Regis Prado e Érika Mendes de Carvalho - I - 10

IN DUBIO PRO REO

- Princípio - V - 10

INCAPACIDADE - I - 48

- Pessoa Jurídica - I - 48

INCAPACIDADE CRIMINAL DA PESSOA JURÍDICA (A) - René Ariel Dotti - I - 48

INCENTIVO À INOVAÇÃO

- Tecnologia - VI - 28

INCIDÊNCIA DO IPI - V - 12

INCOLUMIDADE PÚBLICA - III - 3

INCONSTITUCIONALIDADE DE NORMAS ESPECÍFICAS DO CONCURSO DE PESSOAS NA LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL ECONÔMICA (A) - Marcos Daniel Veltrini Ticianelli - I - 11

INDEFERIMENTO DE LIMINAR

- Crimes tributários - V - 8

INDENIZAÇÃO - III - 21

INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS CÍVEL E PENAL NA SONEGAÇÃO FISCAL E NO EXCESSO DE EXAÇÃO (A) - Hugo de Brito Machado - V - 17

INDICIADO - I - 48

INDICIAMENTO

- Crime tributário - V - 30

INDIVIDUALIZAÇÃO

- da pena - III - 19

- da pena - Imputação penal da pessoa jurídica - I - 42
- da pena - Pessoa jurídica - III - 5
- Princípio - III - 21

INDÚSTRIAS - I - 46

- Resíduos - I - 46

INEFICÁCIA - I - 27

INFILTRAÇÃO

- policial - IV - 11
- policial - Crime organizado - VI - 36

INFLAÇÃO LEGISLATIVA - I - 30; II - 5

- Bens jurídicos supraindividuais - II - 5

INFORMAÇÃO - I - 32

- Bem jurídico - VI - 31
- privilegiada - II - 15
- privilegiada - Uso indevido - II - 16
- Proteção jurídica - VI - 31
- União Europeia - IV - 31

INFORMAÇÃO COMO BEM JURÍDICO-PENAL E O SISTEMA INFORMÁTICO (A) - Rita de Cássia Lopes da Silva - VI - 31

INFORMÁTICA

- Globalização - VI - 30
- Sociedade de Riscos - VI - 30

INFRAÇÃO - I - 46; I - 48

- administrativa - I - 28
- administrativa - Crime - I - 28
- administrativa - Crimes ambientais - III - 6
- ambiental - III - 6
- ambiental - Competência - III - 6
- ambiental - Destinação dos valores arrecadados - III - 6
- ambiental - Processo administrativo - III - 6

- ambiental - Sanções administrativas - III - 6
- de menor potencial ofensivo - II - 24
- de menor potencial ofensivo - VI - 24
- fiscal - V - 22
- penal - I - 45; I - 48
- penal de menor potencial ofensivo - III - 5
- penal tributária - Atuação do Ministério Público - V - 8
- penal tributária - Complexidade - V - 8
- penal tributária - Controle político-econômico - V - 8
- penal tributária - V - 8
- presumida - V - 12
- tributária - I - 45
- tributária - Construções ideológico-hegemônicas - V - 8
- tributária - Fiscalização - V - 10

INJÚRIA - I - 49

INJUSTO - III - 19

- Constitucional - I - 45
- penal - I - 39; III - 26
- penal - Conceito - I - 1
- penal - Individualização - I - 1
- penal - Infração da norma - I - 1

INOCÊNCIA

- Princípio da presunção - IV - 9

INQUÉRITO

- policial - Crime tributário - V - 30
- policial - Crimes ambientais - III - 6

INSIDER TRADING - II - 15; II - 16; II - 41; V - 42

- Bem jurídico tutelado - II - 34
- Conceito - II - 34
- Direito comparado - II - 34
- Histórico - II - 34
- Meios de controle - II - 34

- Tipificação - II - 34
- Tutela civil - II - 34
- Tutela penal - II - 34

INSIGNIFICÂNCIA

- Princípio - III - 10; IV - 5
- Princípio - Antecedentes históricos - IV - 5
- Princípio - Aplicação nos delitos de contrabando - IV - 5
- Princípio - Aplicação nos delitos de descaminho - IV - 5
- Princípio - Crime de bagatela - IV - 5
- Princípio - Critérios de aplicabilidade - IV - 5
- Princípio - Definição - IV - 5
- Princípio - Finalidade - IV - 5
- Princípio - Fundamentos - IV - 5
- Princípio - Natureza jurídica - IV - 5

INSTALAÇÕES CLASSÉES - III - 15

INSTÂNCIAS PENAL E ADMINISTRATIVA

- Interdependência - V - 5

INSTITUIÇÃO

- financeira - II - 18
- financeira - Conceito jurídico - V - 45; V - 48
- financeira - Crime - II - 18
- financeira - Critérios de identificação - II - 18
- financeira - Diretores - Atos - VI - 3
- financeira - Diretores - Culpa - VI - 3
- financeira - Diretores - Dolo - VI - 3
- financeira - Diretores - Obrigações e deveres - VI - 3
- financeira - Diretores - Penalidades - VI - 3

- financeira - Distinção de administradora de consórcio - V - 48
- financeira - Elementar do tipo - II - 18
- financeira - Equiparação à administradora de consórcio - V - 48
- financeira - Gestão fraudulenta - V - 47
- financeira - Natureza jurídica - V - 48
- financeira - Relevância econômico-financeira - II - 18
- financeira - Tipos de responsabilidade dos diretores - VI - 3
- financeira regular - II - 18
- financeira típica - II - 18

INSTRUMENTOS

- contra a corrupção - IV - 8

INSTRUMENTOS

- INTERNACIONAIS NO COMBATE À CORRUPÇÃO - Beatriz Corrêa Camargo - IV - 12

INTEGRAÇÃO

- regional - IV - 4
- regional - Moeda única - IV - 4
- social - I - 44
- supranacional - I - 20

INTEGRIDADE EMOCIONAL - III - 21

INTERCEPTAÇÃO AMBIENTAL

- Crime organizado - VI - 36

INTERDIÇÃO

- dos direitos - Delito tributário - V - 1
- temporária de estabelecimento, obra ou atividade - Pena - III - 5

INTERESSE - III - 21

- coletivo - I - 45; III - 11; III - 21; VI - 24
- da pessoa jurídica - III - 19
- da União - III - 21

- de agir - Ausência - V - 5
- difuso - III - 11; III - 21; VI - 24
- difuso - Proteção - III - 11
- dos Estados - III - 21
- dos Municípios - III - 21
- econômico - III - 21
- fundamental - III - 19
- individual - Vinculação com o bem jurídico penal supraindividual - I - 53
- metaindividual - III - 11; III - 21
- Pessoa jurídica - I - 45; I - 46
- público - V - 6
- supraindividual - III - 11
- supraindividual - Tutela penal - III - 2

INTERPRETAÇÃO

- da regra sumulada - V - 18
- de súmula - V - 18

INTERROGATÓRIO

- Pessoa jurídica - III - 5

INTERVENÇÃO - I - 44

- do Direito Penal - I - 20
- do Direito Penal - Crime cibernético - VI - 29
- do Estado no domínio econômico - II - 28; V - 46
- Estado - I - 44
- máxima - I - 25
- mínima - I - 20; I - 22; I - 25; III - 9
- mínima - Doutrina - I - 22
- mínima - Natureza fragmentária - I - 25
- mínima - Natureza subsidiária - I - 25
- mínima - Princípio - I - 18; I - 30; I - 41; II - 4; II - 28; III - 5; III - 30; V - 15; VI - 24
- nas telecomunicações - União Europeia - IV - 31
- penal - Alimentação coletiva - III - 46

- penal - Atividade econômica - histórico - II - 40
- penal - Necessidade - III - 1
- penal - Obrigações tributárias - V - 6
- penal - Ordem econômica - I - 25

INTIMAÇÃO PESSOAL - V - 12

INTIMIDADE - VI - 22

- sigilo - V - 56

INTRODUÇÃO AO DIREITO DE CONCORRÊNCIA - José Inácio Gonzaga Franceschini - II - 44

INTROMISSÃO

- Branca - Crimes cibernéticos - VI - 29

INVALIDADE DA LEI - V - 7

INVENÇÃO

- Pedido no exterior e Brasil - VI - 20
- Propriedade intelectual - VI - 27
- Requerimento no exterior - VI - 20

INVESTIGAÇÃO - I - 48

- criminal - I - 48
- criminal - Ministério Público - V - 8
- encoberta - União Europeia - IV - 31

IRREGULARIDADE FISCAL

- Determinada e concreta - V - 13

IRRETROATIVIDADE - V - 15

- da lei penal - V - 20
- da lei penal - Princípio - I - 5
- da norma penal tributária - V - 15
- Princípio - V - 15

ISONOMIA

- Princípio - V - 7; V - 8

J**JORNALISMO - II - 1****JUDICIÁRIO - II - 1**

- Mídia - II - 1
- Opinião pública - II - 1

JUIZ

- mediador - I - 12

JUIZADOS

- Especiais Criminais - I - 13; III - 10
- Especiais Criminais - Crimes contra ordem econômica - II - 24

JUÍZO

- cível - Questão prejudicial - V - 17
- de desvalor - III - 19
- de desvalor - Crimes culposos - III - 19
- de desvalor - Crimes dolosos - III - 19
- de reprovação penal - V - 4
- de tipicidade - Crime tributário - V - 33

JULGAMENTO JUSTO - II - 1**JÚRI**

- Crime contra economia popular - II - 31
- Crimes falimentares - VI - 14

JÚRI DE ECONOMIA POPULAR -
 Jose Raimundo Gomes da Cruz
 - II - 31
JURISDIÇÃO

- competente - Crimes cibernéticos - VI - 29
- penal - IV - 12

JURISDICIONALIDADE

- Princípio - I - 30

JURISPRUDÊNCIA

- Evolução - V - 18
- nos crimes tributários - V - 18

JUSTA CAUSA - V - 3

- Ausência - V - 3
- Crimes tributários - V - 3
- nos crimes tributários - Ausência - V - 3
- Trancamento da ação penal - V - 8

JUSTIÇA

- conflitiva - I - 27
- consensual - Lei ambiental penal - III - 6
- negociada - I - 27
- penal - Pretensa agilidade - I - 37

L
LA CORRUPCIÓN EN EL SECTOR
PRIVADO - Luigi Foffani - IV -
25
LA "EMANCIPACIÓN" DEL
DELITO DE BLANQUEO DE
CAPITALES EN EL DERECHO
PENAL ESPAÑOL - Ignacio
Berdugo Gómez de La Torre e
Eduardo A. Fabián Caparrós - IV
- 18
LACUNAS LEGAIS

- Evasão fiscal e tributária - V - 14

LANÇAMENTO; - V - 12; V - 18

- Critério - V - 12
- de ofício - V - 12
- definitivo - V - 18
- do tributo - V - 17
- do tributo - Ação penal - V - 17
- legal - V - 12
- por homologação - V - 12
- provisório - V - 3
- provisório - Conceito - V - 3

- provisório - Impossibilidade - V - 3
- tributário - V - 23
- tributário - Cigarros - V - 12
- tributário - Elemento do tipo - V - 30
- tributário - Natureza jurídico-penal - V - 30
- Tributo - V - 17

LAUDO DA REPARAÇÃO DO DANO AO AMBIENTE

- Ausência - Impossibilidade da extinção da punibilidade - III - 7

LAVAGEM - IV - 28

- de ativos - IV - 20
- de capitais - IV - 14; IV - 15; IV - 18; IV - 21; IV - 27
- de capitais - Administração da justiça - IV - 35
- de capitais - Auto - IV - 18
- de capitais - Circulação dos bens no mercado - IV - 35
- de capitais - Considerações gerais - IV - 15
- de capitais - Crime anterior - IV - 18
- de capitais - Denominação do delito - IV - 18
- de capitais - Emancipação do delito na Espanha - IV - 18
- de capitais - Limites à punição - IV - 15
- de capitais - Nova configuração no Direito espanhol - IV - 18
- de capitais - Ordem sócio-econômica - IV - 35
- de capitais - Princípio da intervenção mínima - IV - 15
- de capitais - Quadro de delitos determinantes - IV - 18
- de capitais - Receptação - IV - 18
- de capitais - Substantividade própria - IV - 18
- de capitais - Tráfico de drogas - IV - 18

- de capitais culposa - Definição do sujeito ativo do delito - IV - 14
- de capitais culposa - Delito comum - IV - 14
- de capitais culposa - Delito especial - IV - 14
- de capitais culposa - Dever de cuidado exigível - IV - 14
- de capitais culposa - Iniciativas supranacionais - IV - 14
- de capitais culposa - Intenção de favorecer aos responsáveis - IV - 14
- de capitais culposa - Código Penal espanhol - IV - 14
- de capitais culposa - Configuração - IV - 14
- de capitais culposa - Conhecimento da origem dos bens - IV - 14
- de capitais culposa - Intenção de ocultar os bens - IV - 14
- de dinheiro - IV - 9; IV - 11; IV - 18; IV - 20; IV - 21; IV - 23; IV - 28; IV - 29; IV - 30; IV - 35; IV - 36; VI - 38; VI - 46; VI - 54
- de dinheiro - Abrangência da lei - IV - 19
- de dinheiro - Ação penal - IV - 27
- de dinheiro - Apreensão de bens - IV - 19
- de dinheiro - Apreensão de bens - Inversão do ônus da prova - IV - 28
- de dinheiro - Bem jurídico - IV - 10; IV - 23; IV - 27; IV - 35
- de dinheiro - Categorias - IV - 28
- de dinheiro - Causas de aumento da pena - IV - 27
- de dinheiro - Causas de diminuição da pena - IV - 27
- de dinheiro - Colocação - IV - 28
- de dinheiro - Combate - IV - 29
- de dinheiro - Competência estadual - IV - 10

- de dinheiro - Competência federal - **IV** - 10
- de dinheiro - Compra de ativos - **IV** - 28
- de dinheiro - Compra de bens - **IV** - 28
- de dinheiro - Comunicações - **IV** - 21
- de dinheiro - Conceito - **IV** - 19; **IV** - 21; **IV** - 29; **IV** - 30;
- de dinheiro - Concurso na doutrina - **IV** - 21
- de dinheiro - Concurso na jurisprudência - **IV** - 21
- de dinheiro - Constitucionalidade da lei - **IV** - 19
- de dinheiro - Contrabando de dinheiro - **IV** - 28
- de dinheiro - Conversão - **IV** - 20
- de dinheiro - Cooperação internacional - **IV** - 20
- de dinheiro - Corrupção - **IV** - 11; **IV** - 20
- de dinheiro - Crime - **IV** - 9; **IV** - 19;
- de dinheiro - Crime antecedente - **IV** - 9
- de dinheiro - Crimes antecedentes cometidos no estrangeiro - **IV** - 9
- de dinheiro - Crimes antecedentes previstos na Lei de - **IV** - 9
- de dinheiro - Crimes de informática - **VI** - 28
- de dinheiro - Criminalização - **IV** - 35
- de dinheiro - Definição - **IV** - 28
- de dinheiro - Delegacia Especial de Instituições Financeiras - **IV** - 29
- de dinheiro - Delegacia Financeira - **IV** - 29
- de dinheiro - Delito - **IV** - 27; **IV** - 35
- de dinheiro - Delito de perigo abstrato - **IV** - 23
- de dinheiro - Denúncia criminal - **IV** - 28
- de dinheiro - Descrição dos fatos - **IV** - 28
- de dinheiro - Dever de comunicação das entidades financeiras - **IV** - 21
- de dinheiro - Dever de sinalização das entidades financeiras - **IV** - 21
- de dinheiro - Deveres das entidades financeiras - **IV** - 21
- de dinheiro - Deveres das entidades não financeiras - **IV** - 21
- de dinheiro - Disciplina normativa - **IV** - 10
- de dinheiro - Dissimulação - **IV** - 20
- de dinheiro - Eficácia da lei - **IV** - 19
- de dinheiro - Empresa fachada - **IV** - 28
- de dinheiro - Empresa fictícia - **IV** - 28
- de dinheiro - Enquadramento normativo - **IV** - 21
- de dinheiro - Entidades financeiras - Identificação do cliente - **IV** - 21
- de dinheiro - Estágios - **IV** - 28
- de dinheiro - Estruturação - **IV** - 28
- de dinheiro - Falhas na articulação de medidas de combate - **IV** - 29
- de dinheiro - Fases - **IV** - 20; **IV** - 9
- de dinheiro - Formas equiparadas - **IV** - 27
- de dinheiro - Histórico da evolução do combate - **IV** - 28
- de dinheiro - Inaplicabilidade da suspensão do processo - **IV** - 28
- de dinheiro - Indícios suficientes da existência do crime antecedente - **IV** - 9
- de dinheiro - Informação estatística - **IV** - 21

- de dinheiro - Instrumentos internacionais - **IV** - 27
 - de dinheiro - Integração - **IV** - 9; **IV** - 20; **IV** - 28
 - de dinheiro - Jurisprudência alemã - **IV** - 36
 - de dinheiro - Lei - **IV** - 19
 - de dinheiro - Lei brasileira - **IV** - 9
 - de dinheiro - Mascaramento - **IV** - 9
 - de dinheiro - Mecanismos - **IV** - 28
 - de dinheiro - Mescla - **IV** - 28
 - de dinheiro - Ministério Público estadual - **IV** - 29
 - de dinheiro - Ministério Público Federal - **IV** - 29
 - de dinheiro - Necessidade da pena - **IV** - 23
 - de dinheiro - Novas estratégias de combate - **IV** - 29
 - de dinheiro - Objeto da proteção - **IV** - 35
 - de dinheiro - Ocultação - **IV** - 9
 - de dinheiro - Organizações criminosas - **IV** - 20
 - de dinheiro - Órgãos públicos - **IV** - 29
 - de dinheiro - Participação - **IV** - 9
 - de dinheiro - Pena - **IV** - 27
 - de dinheiro - Perdão judicial - **IV** - 27
 - de dinheiro - Polícia Federal - **IV** - 29
 - de dinheiro - Presunção de inocência - **IV** - 36
 - de dinheiro - Prevenção - **IV** - 29
 - de dinheiro - Problemas da lei brasileira - **IV** - 9
 - de dinheiro - Prova do crime antecedente - **IV** - 9
 - de dinheiro - Punibilidade da tentativa - **IV** - 27
 - de dinheiro - Receita Federal - **IV** - 29
 - de dinheiro - Reciclagem - **IV** - 20
 - de dinheiro - Recuperação de ativos - **IV** - 20
 - de dinheiro - Responsabilização do advogado - **IV** - 36
 - de dinheiro - Resultados do combate - **IV** - 29
 - de dinheiro - Sujeito ativo - **IV** - 27
 - de dinheiro - Sujeito passivo - **IV** - 27
 - de dinheiro - Técnicas - **IV** - 9; **IV** - 27; **IV** - 28;
 - de dinheiro - Técnicas mais utilizadas - **IV** - 28
 - de dinheiro - Teorias doutrinárias - **IV** - 36
 - de dinheiro - Tipicidade objetiva - **IV** - 27
 - de dinheiro - Tipicidade subjetiva - **IV** - 27
 - de dinheiro - Tipificação - **IV** - 28
 - de dinheiro - Transferência eletrônica de fundos - **IV** - 28
 - de dinheiro - Troca de ativos - **IV** - 28
 - de dinheiro - Varas Criminais Federais Especializadas - **IV** - 29
 - de dinheiro - Venda fraudulenta de propriedade imobiliária - **IV** - 28
- LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO - V - 5**
- LEADING CASE - V - 3**
- Decisão do STF - **V** - 3
- LEGALIDADE - V - 18**
- Crime organizado - **VI** - 44
 - Direito Penal Tributário - **V** - 15
 - Direito repressivo - **V** - 15
 - do tributo - **V** - 17
 - penal - Princípio - **I** - 2
 - Princípio - **I** - 5; **I** - 28; **I** - 30; **I** - 35; **II** - 13; **III** - 2; **IV** - 15; **IV** - 19; **IV** - 23; **V** - 2; **V** - 9; **V** - 10; **V** - 15; **V** - 21; **V** - 47; **VI** - 29; **VI** - 53

- Princípio nos crimes tributários - V - 21
- Tipicidade - V - 15
- tributária - Princípio - V - 18

LEGISLAÇÃO

- aduaneira - IV - 7
- anti-máfia - VI - 32
- anti-sequestro - VI - 32
- antitruste - II - 7
- comparada - III - 18
- comparada - Estados Unidos da América - III - 18
- comparada - Japão - III - 18
- comparada - Poluição atmosférica - III - 18
- comparada - Poluição hídrica - III - 18
- italiana - Modificação do Código Penal - VI - 32
- penal - Crime organizado - VI - 39
- penal - Hipertrofia - I - 43
- penal ambiental - III - 25
- penal econômica - Concurso de pessoas - I - 11
- penal econômica - Fragmentarismo - II - 9
- penal econômica - Peculiaridades - II - 9
- penal econômica no Brasil - II - 9
- penal espanhola - IV - 16

LEGISLATIVO - II - 1

- Mídia - II - 1
- Opinião pública - II - 1

LEGÍTIMA DEFESA - III - 21

LEGITIMAÇÃO

- ativa - I - 22
- passiva - I - 22

LEGITIMIDADE - I - 20

LEGITIMIDADE

CONSTITUCIONAL DO DIREITO PENAL ECONÔMICO:

UMA CRÍTICA AOS TIPOS PENAIIS ABERTOS - André Luís Callegari - I - 15

LEI - I - 44

- Aplicação - I - 44
- Ambiental - Responsabilidade individual - III - 28
- Antitruste - I - 21; I - 28; II - 48
- Antitruste - Acordo de leniência - II - 48
- Antitruste - Reforma - II - 48
- complementar - Lei ordinária - V - 13
- da usura - I - 21
- das Contravenções Penais - I - 48; - III - 21
- de Biossegurança - III - 42; III - 43
- de Biossegurança - Constitucionalidade - III - 37
- de Defesa da Ordem Econômica - II - 48
- de Falências - VI - 6; VI - 8
- de Falências - Aspectos penais - VI - 7
- de Falências - Aspectos processuais penais - VI - 7
- de Falências - Interpretação - VI - 13
- de imposto - V - 2
- de imprensa - I - 49
- de improbidade administrativa - IV - 32
- de Introdução ao Código Civil - V - 11
- de lavagem de dinheiro - IV - 10; IV - 11; IV - 35
- de lavagem de dinheiro - Abrangência - IV - 19
- de lavagem de dinheiro - Aspectos inconstitucionais - IV - 19
- de lavagem de dinheiro - Constitucionalidade - IV - 19
- de lavagem de dinheiro - Possibilidade de eficácia - IV - 19

- de licitações e contratos administrativos - IV - 1
- de licitações e contratos da administração pública - IV - 3
- de responsabilidade fiscal - V - 43
- de sociedades anônimas - Inovações - I - 23
- de sociedades anônimas - Reformas - I - 23
- Diferenciações constitucionais - V - 7
- do colarinho branco - II - 23
- dos crimes ambientais - III - 2; III - 5; III - 13; III - 16; III - 19
- ineficaz - V - 7
- inexistente - V - 7
- inválida - V - 7
- Medeiros de Albuquerque - VI - 26
- no tempo - Aplicação - V - 20
- no tempo - Sonegação fiscal - V - 20
- nula - V - 7
- ordinária - Lei complementar - V - 13
- penal - II - 13
- penal - Aplicabilidade efetiva - VI - 29
- penal - Aplicação - I - 48
- penal - extinção - VI - 6
- penal - Imprecisão - II - 13
- penal benigna - Retroatividade - V - 49
- penal em branco - I - 31; III - 14; V - 4; V - 10
- penal em branco - Complementação - V - 10
- penal em branco - Lei penal mais benéfica - V - 10
- penal em branco - Problemas constitucionais - V - 10
- penal em branco imprópria - V - 10; V - 15
- penal em branco própria - V - 15
- penal fiscal - Ignorância - V - 4
- penal incriminadora - I - 21

- penal mais benéfica - penal em branco - V - 10
- penal tributária - Antijuridicidade - V - 4
- penal tributária - Ignorância - V - 4
- Rejeição - V - 7
- Sanção presidencial - V - 7

LEI 10.467/2002 E OS NOVOS CRIMES DE CORRUPÇÃO E TRÁFICO DE INFLUÊNCIA INTERNACIONAL - Luiz Regis Prado (A) - IV - 26

LEI 8.137 E A PRISÃO POR DÉBITO TRIBUTÁRIO (A) - João Luiz Coelho da Rocha - V - 21

LEI DE BIOSSEGURANÇA (LEI 11.105/2005) E OS NOVOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO GENÉTICO HUMANO (A) - Gisele Mendes de Carvalho e Érika Mendes de Carvalho - III - 42

LESÃO

- ambiental penalmente insignificante - Reconhecimento - III - 10
- ao erário - V - 3
- ao erário - Elementar normativa do tipo - V - 3

LESIVIDADE

- Princípio - IV - 15; V - 6

LESÕES

- ao meio ambiente - III - 20
- Sanções administrativas - III - 20
- Sanções civis - III - 20
- Sanções Penais - III - 20

LIBERALISMO ECONÔMICO - II - 28

LIBERDADE - I - 44

- Concorrência - I - 21

- de imprensa - Construção da realidade - II - 1
- de imprensa - Julgamento pela mídia - II - 1
- Perda - I - 44
- Prisão - VI - 36

LICITAÇÃO - IV - 1

- Crime - IV - 1
- Crime - Bem jurídico protegido - IV - 3
- Crime - Coautoria - IV - 1
- Crime - Coparticipação - IV - 3
- Crime - Interesse jurídico protegido - IV - 3
- Crime - Modalidade culposa - IV - 3
- Crime - Natureza da ação penal - IV - 1
- Crime - *Nomem iuris* - IV - 3
- Crime - Participação - IV - 1
- Crime - Penas - IV - 3
- Crime - Sujeito ativo - IV - 3
- Crime - Sujeito passivo - IV - 3
- Crime - Tentativa - IV - 3
- Crime - Tipo objetivo - IV - 3
- Crime - Tipo subjetivo - IV - 1; IV - 3

LIMINAR

- em crime tributários - Inconstitucionalidade - V - 8

LIQUIDAÇÃO

- forçada da pessoa jurídica - Pena - III - 5

LIVRE

- concorrência - Concorrência desleal - II - 39
- convencimento - Prevaricação - IV - 6
- convencimento - Princípio - IV - 6

M

MACROCRIMINALIDADE - VI - 45

- Controle penal - I - 27
- econômica - I - 29
- econômica - Conceito - I - 29

MACROCRIMINALIDAD

ECONÔMICA - APUNTES
PARA UNA APROXIMACIÓN
METODOLÓGICA - Raúl Cervini
- I - 29

Macrodelinquência - I - 27

- econômica - I - 27; I - 29
- econômica - Metodologia de apreciação - I - 29

MÁFIA - VI - 52

- Cartéis colombianos - VI - 38
- chinesa - VI - 38
- Conceito - VI - 37; VI - 38
- Cosa Nostra - VI - 38
- japonesa - VI - 38
- russa - VI - 38
- siciliana - VI - 38

MAGNITUDE

- da culpabilidade - III - 19
- da culpabilidade - Graduação - III - 19
- do injusto - III - 19
- do injusto - Graduação - III - 19

MAJORANTES - III - 19

MALACOFAUNA - III - 14

MALVERSAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS - IV - 24

MANDADO DE SEGURANÇA

- Quebra de sigilo - V - 55

MANIFESTAÇÕES DA CRISE DO ESTADO SOCIAL NO SIMBOLISMO DA PROTEÇÃO

AMBIENTAL - Leire Escajedo
San Epifanio - III - 12

MANIPULAÇÃO

- de agrotóxico - III - 22
- do mercado - II - 15
- genética - III - 37; III - 41; III - 42; III - 43; VI - 46
- genética - Diferença de engenharia genética - III - 43
- genética - Dignidade da pessoa humana - III - 37

MANIPULAÇÃO GENÉTICA DE
CÉLULAS-TRONCO: ASPECTOS
ÉTICOS, CONSTITUCIONAIS
E PENAS - Antonio Baptista
Gonçalves - III - 37

MANUTENÇÃO DE CONTA
BANCÁRIA NO EXTERIOR
E O CRIME DO ART. 22,
PARÁGRAFO ÚNICO, *IN FINE*,
DA LEI 7.492/86 - Roberto
Delmanto Junior - V - 49

MARCA - VI - 17; VI - 24

- Comércio - VI - 17
- de indústria - VI - 24
- Espécies - VI - 17
- Genéricas - VI - 17
- Geral - VI - 17
- Globalização - VI - 24
- Indústria - VI - 17
- notória - VI - 17
- Propaganda - VI - 17
- Serviços - VI - 17

MARCA E NOME COMERCIAL -
Antônio Chaves - VI - 17

MARCO

- regulatório extrapenal - II - 18
- regulatório extrapenal - Insuficiência - II - 18

MASCARAMENTO - IV - 9

MATÉRIA

- ambiental - Crise da lei - III - 12
- ambiental - Inconstitucionalidade da repartição do *ius puniendi* - III - 12
- fiscal - Sigilo bancário - V - 54

MATERIAL

- biológico - III - 42
- genético animal - Intervenção - III - 41
- genético embrionário - III - 42
- genético humano - Intervenção - III - 41

MÁXIMA RESTRIÇÃO DA PENA

- Princípio - I - 30

MECANISMOS

- de repressão ao abuso do poder econômico - II - 12
- penais de controle da criminalidade - IV - 2

MECANISMOS PENAS PARA
CONTROLE DOS CRIMES
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA E DO ABUSO DO
PODER ECONÔMICO NO
DIREITO BRASILEIRO -
Edmundo Oliveira - IV - 2

MEDIADOR

- Juiz - I - 12

MÉDICO

- Constrangimento para salvar a vida do paciente - III - 47
- Intervenção - III - 47
- Irresponsabilidade penal - III - 47
- Isenção penal da omissão dolosa - Autodeterminação do paciente - III - 47
- Responsabilidade penal - III - 47

MEDIDA

- coercitiva - Surgimento - V - 13

- conservatórias - Direito autoral - VI - 16
- de segurança - I - 5; I - 48; V - 1
- de segurança - Alemanha - I - 5
- de segurança - Instrumento funcional - I - 41
- de segurança - Internação em centro de custódia - I - 5
- de segurança - Periculosidade - V - 1
- de segurança - Pessoa Jurídica - V - 1
- de segurança - Pressupostos - V - 1
- de segurança - Suíça - I - 5
- de segurança patrimonial - V - 1
- de segurança pessoal - V - 1
- preparatória - Direito autoral - VI - 16
- preventivas - Direito autoral - VI - 16
- reparatorias - Direito autoral - VI - 16
- repressivas - I - 44

MEIO AMBIENTE - I - 21; I - 43; I - 46; III - 1; III - 2; III - 16; III - 20; III - 21; III - 22; III - 28; III - 40

- Bem jurídico - III - 1; III - 20; III - 28
- biológico - III - 21
- Composição do dano - III - 7
- Constituição - III - 16
- Crime - III - 36
- cultural - III - 11
- ecologicamente equilibrado - III - 21
- Gestão administrativa - III - 12
- Gestão política - III - 12
- humano - III - 21
- Meio biológico - III - 20
- Meio do homem - III - 20
- Meio natural - III - 20
- natural - III - 21
- Proteção - I - 43; III - 1; III - 21

- Proteção penal - III - 7; III - 12; III - 15
- Proteção simbólica - III - 12
- Reparação do dano - III - 7
- Tutela administrativa - I - 42
- Tutela penal - I - 42
- Tutela processual penal - I - 42
- União Europeia - III - 12

MEIO AMBIENTE E DIREITO PENAL BRASILEIRO - Miguel Reale Júnior - III - 16

MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO PENAL - René Ariel Dotti - III - 20

MEIO FRAUDULENTO - II - 46

MERCADO

- de capitais - Crime - V - 42
- de capitais - Estruturação - II - 16
- de capitais - Globalização - V - 42
- de capitais - Legitimidade da intervenção penal - II - 16
- de capitais - Regulação - V - 42
- de valores mobiliários - II - 15; II - 16
- de valores mobiliários - Tutela sancionatória - II - 15
- financeiros - II - 15
- interno - Abertura internacional - V - 31

MERCOSUL - III - 1

- Crime de poluição - III - 1

MÉTODOS CRUÉIS - III - 19

MICROCRIMINALIDADE - VI - 45

MICROECONOMIA - I - 29

MICROSSISTEMA

- ambiental - III - 22
- de proteção ao consumidor - Disposições penais - III - 34

MÍDIA - II - 1

- Executivo - II - 1
- Judiciário - II - 1
- Legislativo - II - 1
- Poderes da República combatidos - II - 1

MINISTÉRIO

- do Trabalho - Colaboração policial - VI - 18
- Público - II - 48; IV - 31
- Público - Crime contra a economia popular - II - 25; II - 26
- Público - Crimes contra a ordem tributária - V - 8
- Público - *Custus legis* - VI - 25
- Público - Defesa do consumidor - III - 33
- Público - Denúncia nos crimes contra ordem econômica - II - 29
- Público - Iniciativa da ação pública - VI - 25
- Público - Interferência em operações bancárias - III - 33
- Público - Investigação criminal - V - 8
- Público - Legitimação em crimes contra ordem econômica - II - 33
- Público - Quebra de sigilo - V - 55
- Público - Quebra de sigilo bancário - III - 33; V - 57
- Público estadual - Lavagem de dinheiro - IV - 29
- Público Federal - Lavagem de dinheiro - IV - 29
- Público Federal - Quebra de sigilo bancário - V - 52

MINISTÉRIO PÚBLICO E A PROPRIEDADE IMATERIAL (O)
- João da Gama Cerqueira - VI - 25

MINORANTES - III - 19

MISAPPROPRIATION THEORY - II - 15

MODELOS ESTRUTURAIS DO CRIME ORGANIZADO E DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS (OS) - Ana Luiza Almeida Ferro - VI - 34

MOEDA - II - 23; IV - 4

- Cooperação no combate à falsificação - IV - 4
- Falsificação - IV - 4
- nacional - Curso forçado - II - 30
- única - IV - 4

MOLUSCOS - III - 14

MONOPÓLIO

- Direito de punir - I - 45

MONUMENTOS

- Histórico da legislação - III - 23
- Legislação estadual - III - 23

MORAL - I - 49

- Direito - I - 54

MOVIMENTO

- abolicionista - I - 48
- reformista - I - 34

MUDANÇAS CLIMÁTICAS - III - 36

MULTA - I - 45; III - 5

- administrativa - I - 45
- de mora - Cláusula penal - V - 13
- Pena - III - 5
- penal - I - 45

MUNICÍPIO

- Responsabilidade penal - III - 9

N

NACIONALIDADE

- Princípio - III - 21

NANOTECNOLOGIA

DREXLERIANA - III - 44

NÃO-INTERVENÇÃO

- Princípio - I - 30

NARCOTRÁFICO - IV - 18**NATUREZA - III - 17**

- Agressões - III - 11

NAZISMO - II - 8; III - 37**NECESSIDADE**

- Princípio - I - 30

**NECESSIDADE DE PENA E
PUNIBILIDADE: BREVES
CONSIDERAÇÕES SOBRE SUAS
IMPLICAÇÕES NO TRATO DO
BEM JURÍDICO AMBIENTE -
Cláudio Ribeiro Lopes - III - 4**

**NEGOCIAÇÕES PROIBIDAS - IV
- 24**

NEGÓCIO

- em fraude à lei - V - 2
- fiscal - V - 2
- fiscal - Âmbito de atuação - V - 2
- fiscal - Onerosidade - V - 2
- indireto - V - 2
- indireto - Aplicação analógica - V - 2
- indireto - Lacuna - V - 2
- indireto - Poupança fiscal - V - 2
- indireto - Via legislativa - V - 2
- indireto de exclusão - V - 2
- indireto impeditivo - V - 2
- indireto redutivo - V - 2
- real - V - 2
- simulado - V - 2
- simulado - Tese - V - 2
- verdadeiro - V - 2

NEOCRIMINALIZAR

- Pessoa Jurídica - I - 48

NEOLIBERALISMO - IV - 30

- crítica - I - 19

NOME

- comercial - VI - 17
- comercial - Concorrência - VI - 17
- comercial - Direito exclusivo ao uso - VI - 17
- industrial - Nome Comercial - VI - 17

NORMA

- Conceito - I - 1
- constitucional - V - 11
- constitucional - Violação - VI - 53
- de conduta - I - 9
- de determinação - I - 9
- de determinação - Conceito - I - 9
- de proteção - Crime organizado - VI - 32
- de valoração - I - 9
- de valoração - Conceito - I - 9
- Efeitos - V - 7
- específica - VI - 8
- genérica - VI - 8
- incriminadora - I - 12
- interpretação sistemática - I - 12
- interpretação teleológica - I - 12
- jurídica - I - 9
- jurídica - Sistema - V - 12
- nacional - V - 11
- penal - I - 7; I - 9
- penal - Conceito e conteúdo - V - 1
- penal - Elementos - I - 9
- penal - Estrutura lógica - I - 9
- penal - Função simbólica - I - 25
- penal - Incriminadora - I - 7
- penal - Limitações - I - 7
- penal ambiental - III - 6
- penal ambiental - Bem jurídico protegido - III - 6
- penal ambiental - Causas de aumento de pena - III - 6
- penal ambiental - Causas excludentes de ilicitude - III - 6

- penal ambiental - Circunstâncias agravantes - III - 6
- penal ambiental - Circunstâncias atenuantes - III - 6
- penal ambiental - Elemento subjetivo - III - 6
- penal ambiental - Pena de multa - III - 6
- penal ambiental - Pena privativa de liberdade - III - 6
- penal ambiental - Penas aplicáveis às pessoas físicas - III - 6
- penal ambiental - Penas aplicáveis às pessoas jurídicas - III - 6
- penal ambiental - Penas restritivas de direitos - III - 6
- penal ambiental - Responsabilidade penal individual - III - 6
- penal ambiental - Sujeito ativo - III - 6
- penal ambiental - Tipicidade - III - 6
- penal e argumento analógico - I - 7
- penal econômica - II - 6
- penal econômica - Localização - II - 6
- penal em branco - III - 2; III - 3; III - 6; VI - 27
- penal em branco - Delitos tributários - V - 9
- penal incriminadora - I - 8
- penal não incriminadora - I - 7
- penal tributária - Irretroatividade - V - 15
- reguladora - I - 12

NORMA PENAL COMO NORMA DE CONDUTA - Luiz Regis Prado - I - 9

NORMALIDADE ECONÔMICA - II - 6

NOTAS AO CRIME DE USO INDEVIDO DE INFORMAÇÃO

PRIVILEGIADA - José Leite Filho - II - 16

NOTAS HISTÓRICAS SOBRE A TEORIA DO DELITO NO BRASIL - Nilo Batista - I - 14

NOTAS SOBRE A MÍDIA NOS CRIMES DE COLARINHO BRANCO E O JUDICIÁRIO - Alberto Zacharias Toron - II - 1

NOTITIA CRIMINIS - V - 8

NOVA HERMENÊUTICA PARA OS CRIMES DE COLARINHO-BRANCO - Artur César De Souza - II - 3

NOVA LEI DE "LAVAGEM DE DINHEIRO" E SUA CONSTITUCIONALIDADE (A) - Jairo Saddi - IV - 19

NOVA LEI DE FALÊNCIAS E ABOLITIO CRIMINIS EM MATÉRIA DE CRIME FALIMENTAR - Armando Cardoso - VI - 6

NOVA LEI DE FALÊNCIAS: ASPECTOS PENAI E PROCESSUAIS PENAI (A) - Cezar Roberto Bitencourt - VI - 7

NOVA TUTELA PENAL DO AMBIENTE (A) - Édis Milaré - III - 6

NOVAS CONSIDERAÇÕES QUANTO À PROTEÇÃO PENAL DA SAÚDE PÚBLICA - Renato de Mello Jorge Silveira - III - 45

NOVAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CRIME DE OMISSÃO DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES - Sílvia Dobrowolski - V - 31

NOVOS CRIMES CONTRA AS
FINANÇAS PÚBLICAS (OS) –
Luiz Regis Prado – V - 43

NULIDADE – V - 7

- de patente – VI - 25
- de patente – Abandono – VI - 20
- de registro de marcas – VI - 25
- Sanção – V - 7

O

OBJETIVAS

- Circunstâncias – III - 19

OBJETO DE TUTELA PENAL NO
DELITO DE *INSIDER TRADING*
(O) – Guilherme Brenner
Lucchesi – II - 41

OBRAS CÊNICAS

- Proteção penal – VI - 26

OBRIGAÇÃO

- civil – Tutela penal – VI - 27
- acessória – V - 11
- principal – V - 11
- tributária – V - 28
- tributária – Intervenção penal – V - 6
- tributária – Nascimento – V - 12
- tributária – Relevância penal – V - 6
- tributária – Tributo devido – V - 17

OBTENÇÃO DE PROVA

- sigilo – V - 51

OCDE – Vide: Organização
para a Cooperação e o
Desenvolvimento Econômico

OFENSA

- à personalidade – Crimes autorais – VI - 16
- aos bens – Projeção supra-individual – VI - 24

- aos bens da propriedade industrial – VI - 24

OFENSIVIDADE – II - 5

- Princípio – IV - 23

OGM – Vide: Organismo
Geneticamente Modificado

OLIGOPÓLIO – II - 21

OMERTÁ – VI - 38; VI - 42

OMISSÃO – III - 20

- Causalidade – I - 8
- Conceito – I - 8
- Conceito – Penal – I - 8
- Crime – III - 20; III - 21
- Culpa – I - 8
- de funcionário – III - 21
- de recolhimento de tributos – V - 31
- Dolo – I - 8
- Evasão – V - 14
- Finalidade – I - 8
- imprópria – I - 8
- Lei penal brasileira – I - 8
- própria – I - 8
- punível – I - 8
- Responsabilidade – III - 20; III - 21
- Tipificação – V - 17

ONU – Vide Organização das
Nações Unidas

OPERAÇÃO

- bancária – Interferência do Ministério Público – III - 33
- de crédito – Crime – V - 43
- financeira – Fraude – II - 14
- financeira – Sigilo – V - 56

OPINIÃO PÚBLICA – II - 1

ORDEM

- econômica – I - 25; I - 48; II - 6; II - 10

- econômica - Conceito - **II** - 10
- econômica - Constituição - **I** - 25
- econômica - Crimes - **I** - 11
- econômica - Garantia - **V** - 6
- econômica - Intervenção penal - **I** - 25
- econômica - Ordem jurídica - **I** - 25
- econômica - Regularização e Normalização - **V** - 10
- econômica - Responsabilidade civil - **II** - 33
- econômica - Responsabilidade penal - **II** - 33
- econômica e social - **I** - 25
- Jurídica - **I** - 44
- pública - Econômica - **I** - 44
- Social - **III** - 21
- sócio-econômica - Bem jurídico - **IV** - 35
- tributária - **II** - 20
- tributária - Crime - **V** - 30; **V** - 31
- tributária - Crime de mera conduta - **V** - 5

ORDENAÇÃO

- do território - **III** - 24; **III** - 26; **III** - 27
- territorial - Atentado contra sua ordem - **III** - 26
- territorial - Autonomia - **III** - 24
- territorial - Bem jurídico - **III** - 24; **III** - 27
- territorial - Bem jurídico-penal - **III** - 24
- territorial - Conceito - **III** - 26
- territorial - Criminalização de ilícitos - **III** - 27
- territorial - Delimitação do bem jurídico - **III** - 26
- territorial - Ilícitos administrativos - **III** - 27
- territorial - Objeto - **III** - 26
- territorial - Prevaricação - **III** - 27
- territorial - Tutela penal - **III** - 24

- territorial - Urbanismo - distinções - **III** - 24; **III** - 26
- urbana - **III** - 27

ORDENAMENTO

- penal - Características - **III** - 15
- urbano - Crimes - **III** - 23

ORGANISMO GENETICAMENTE MODIFICADO - **III** - 40; **III** - 43

- Comercialização - **III** - 40
- Descarte - **III** - 40; **III** - 41
- Exportação - **III** - 40
- Importação - **III** - 40
- Liberação - **III** - 40; **III** - 41
- Licenciamento - **III** - 40
- Patenteamento - **III** - 40
- Produção - **III** - 40
- Registro - **III** - 40
- Transporte - **III** - 40
- Utilização - **III** - 40

ORGANIZAÇÃO CRIMINAL - **I** - 29

ORGANIZAÇÃO

- criminosa - **IV** - 28; **VI** - 33; **VI** - 34; **VI** - 37; **VI** - 43; **VI** - 44; **VI** - 48; **VI** - 55; **VI** - 59
- criminosa - Ação controlada - **VI** - 55
- criminosa - Acesso a dados - **VI** - 55
- criminosa - Acesso a documentos - **VI** - 55
- criminosa - Acesso a informações - sigilo - **VI** - 55
- criminosa - Acesso a informações bancárias - **VI** - 55
- criminosa - Acesso a informações eleitorais - **VI** - 55
- criminosa - Acesso a informações financeiras - **VI** - 55
- criminosa - Acesso a informações fiscais - **VI** - 55
- criminosa - Atipicidade - **VI** - 53

- criminosa - Ausência de lei nacional - **VI** - 53
- criminosa - Características criminológicas - **VI** - 49
- criminosa - Caracterização - **VI** - 33
- criminosa - Conceito - **VI** - 33; **VI** - 49; **VI** - 50; **VI** - 51; **VI** - 59
- criminosa - Concurso de pessoas - **VI** - 53
- criminosa - Criação da figura típica - **VI** - 33
- criminosa - Definição do Direito francês - **VI** - 42
- criminosa - Denúncia - **VI** - 53
- criminosa - Diferença de quadrilha ou bando - **VI** - 49
- criminosa - Direito penal internacional - **VI** - 53
- criminosa - Especialização da polícia - **VI** - 36
- criminosa - Especialização do Ministério Público - **VI** - 36
- criminosa - Estratégia - **VI** - 45
- criminosa - Expansão - **VI** - 37
- criminosa - Falta de tipificação - **VI** - 36
- criminosa - Fatores de eficiência - **VI** - 36
- criminosa - Identificação criminal - **VI** - 55
- criminosa - Infiltração policial - **VI** - 55
- criminosa - Liberdade provisória - **VI** - 55
- criminosa - Perspectiva criminológica - **VI** - 37
- criminosa - Prisão processual - **VI** - 55
- criminosa - Prisão processual - prazo - **VI** - 55
- criminosa - Prisão processual - recursos - **VI** - 55
- criminosa - Quadrilha ou bando - distinções - **VI** - 53
- criminosa - Terrorismo - **VI** - 33

- das Nações Unidas - **I** - 2
- para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - **IV** - 12
- terrorista - **VI** - 33; **VI** - 59
- tributária - Crime - **V** - 32

ÓRGÃOS DE TUTELA AMBIENTAL

- Administração gerencial - **III** - 9
- Enfraquecimento - **III** - 9

P

PACTO

- internacional dos direitos econômicos - **V** - 10
- social - **V** - 6
- social - Contratualismo - **V** - 6

PAGAMENTO - **V** - 3

- administrativo - **V** - 4
- Dívida tributária - **V** - 19
- do débito - **V** - 5
- do débito - Extinção da punibilidade - **V** - 6
- do tributo - **V** - 3
- Extinção da punibilidade - **V** - 3; **V** - 8
- integral do débito - **V** - 5
- Suspensão da pretensão punitiva - **V** - 3

PANORAMA CONSTITUCIONAL - **III** - 20

PARACLONAGEM - **III** - 39

PARAÍÇOS

- bancários - **IV** - 30
- bancários - Características - **IV** - 30
- fiscais - **IV** - 30
- fiscais - Características - **IV** - 30

PARCELAMENTO - **V** - 3

- Dívida tributária - **V** - 19
- do débito - **V** - 5

- do débito - Crime tributário - V - 34
- do tributo - V - 3
- Extinção da punibilidade - V - 3; V - 5
- fiscal - V - 4
- Inexistência do dolo - V - 5

PARTICIPAÇÃO - I - 40; V - 16

- Violação de sigilo - VI - 22

PARTÍCIPE

- Evasão tributária - V - 16

PARTIDOS POLÍTICOS - IV - 24

- Financiamento - IV - 24

PATENTE

- Abandono do pedido - VI - 20
- Cessão - VI - 20
- Cessão à firma norte-americana - VI - 20
- Deferimento - VI - 20
- Desistência expressa do depositante - VI - 20
- Privilégio - VI - 20

PATRIMÔNIO - I - 49

- cultural - III - 26
- cultural - Conceito - III - 23; III - 25
- cultural - Crimes - III - 23; III - 25
- cultural - Evolução da proteção - III - 23
- cultural - Histórico da legislação - III - 23
- cultural - Proteção - III - 23
- econômico - VI - 17
- genético - III - 42; III - 43
- genético - Tutela penal - III - 41
- genético ambiental - III - 42
- genético humano - III - 42
- moral - VI - 17
- nacional - III - 20
- paisagístico - III - 21
- social - I - 45
- turístico - III - 21

PATTEGLAMENTO - I - 13

PECULATO - IV - 2

- mediante erro alheio - IV - 2

PEDIDO DE PATENTE

- Abandono - VI - 20

PEIXES - III - 14

PENA - I - 39; I - 44; I - 45; II - 2; III - 5; III - 19; III - 20; III - 21; V - 1; VI - 24

- Adequação - VI - 24
- alternativa - I - 48
- alternativa - Caução real - IV - 2
- alternativa - Composição do dano - III - 7
- alternativa - Livramento condicional - IV - 2
- alternativa - Multa - IV - 2
- alternativa - Perdão judicial - IV - 2
- alternativa - Princípios norteadores - III - 7
- alternativa - Reparação dos danos ao ambiente - III - 7
- alternativa - Suspensão condicional da pena - IV - 2
- alternativa - Valorização - III - 7
- alternativas - Arresto domiciliar - IV - 2
- Aplicação - I - 40
- Aplicação à pessoa jurídica - III - 5
- Classificação - V - 32
- Conceito - V - 32
- Concepção funcionalista - III - 4
- Contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas - III - 5
- cruel - Proibição - I - 48
- de morte - VI - 61
- de prisão - V - 10
- Definição - V - 22
- Delito tributário - V - 1
- Delitos tributários - V - 1

- Diminuição - III - 19
- Divergência doutrinária - I - 41
- Espécies - VI - 15
- Execução - I - 48
- Finalidade - III - 4; III - 5
- Função - I - 41; I - 54; IV - 2
- Humanização - I - 48
- instrumento funcional - I - 41
- Integração - I - 46
- Interdição dos direitos - V - 1
- Interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade - III - 5
- Lavagem de dinheiro - IV - 27
- Liquidação forçada da pessoa jurídica - III - 5
- Majoração - III - 19
- Menos cruel - I - 44
- Multa - III - 5
- Necessidade na associação ilícita - IV - 23
- Necessidade na lavagem de dinheiro - IV - 23
- patrimonial - Multa - III - 20
- patrimonial - Perda de bens - III - 20
- patrimonial - Prestação social alternativa - III - 20
- pecuniária - I - 37; VI - 17
- pecuniária - Perigo de contaminação - I - 37
- pecuniária - Sentido - I - 37
- Personalidade - II - 2
- Prestação de serviços à comunidade - III - 5
- Princípio da proporcionalidade - V - 31
- privativa de direitos - penas infamantes - V - 1
- privativa de liberdade - I - 5
- privativa de liberdade - Limite de cumprimento - I - 5
- Propriedade industrial - VI - 24
- Reparação - I - 39
- repressora - I - 45

- Reprimenda administrativa - I - 35
- restritiva - Atividade - III - 20
- Teoria Absoluta - V - 1
- Teoria Relativa - V - 1
- Teorias - V - 1
- traumatizante - I - 44

PENALIDADE

- Administrativo-penais - V - 12
- Cumprimento espontâneo da obrigação - V - 13
- Redução e mitigação - V - 13
- sem processo - I - 13

PENALIDADES TRIBUTÁRIAS - José Geraldo Ataliba Nogueira - V - 22

PENAS E MEDIDAS DE SEGURANÇA ADEQUADAS AOS DELITOS TRIBUTÁRIOS - Adalberto José Queiroz Telles de Camargo Aranha - V - 1

PENSAMENTO

- Criminal - I - 44

PERDA

- de bens - I - 48; II - 2
- de bens - Atividades ilícitas - IV - 11
- de bens - Constitucionalidade - II - 2
- de bens - Desenvolvimento de atividade criminosa - II - 2
- de bens - Diferença dos efeitos da condenação - II - 2
- de bens - Estrutura sancionatória - II - 2
- de bens - Fixação do montante em sentença condenatória - II - 2
- de bens - Incongruência patrimonial - II - 2
- de bens - Natureza jurídica - II - 2
- de bens - Natureza substitutiva - II - 2

- de bens - Presunção - II - 2
- de bens - Princípio da personalidade da pena - II - 2
- de bens - Regime da Lei 5, de 2002 - II - 2
- de bens - Regime do Código Penal - II - 2
- de bens como sanção autônoma - II - 2
- de bens no ordenamento brasileiro - II - 2
- de bens no ordenamento português - II - 2

PERDÃO JUDICIAL - VI - 19

- Lavagem de dinheiro - IV - 27

PERICULOSIDADE - I - 48; V - 1

- presumida - V - 1
- real - V - 1

PERIGO - III - 21; III - 45

- abstrato - I - 20; II - 5; II - 22; III - 21; V - 10
- abstrato - Acertamento - II - 5
- abstrato - Delito - III - 35
- abstrato - Delito econômico - II - 22
- Conceito - I - 18
- Crime - III - 21
- presumido - I - 20
- Tipos penais - I - 20

PERSECUÇÃO PENAL - I - 47

PERSONALIDADE - VI - 22

- da pena - III - 9
- da pena - Princípio - II - 2; III - 21
- jurídica - I - 47
- jurídica - Desconsideração - II - 33; III - 28
- jurídica abstrata - I - 47
- jurídica individual - I - 47

PESCA - III - 14; III - 20; III - 21

- Modalidade pesque e solte - III - 14

PESCADOR - III - 14

PESSOA

- coletiva - III - 20
- Conceito - I - 47
- de direito público - I - 45
- física - I - 47
- humana - I - 48
- humana - Dignidade - I - 48
- jurídica - I - 38; I - 45; I - 47; I - 48; I - 49; I - 50; III - 5; III - 21; V - 11
- jurídica - Abstração - I - 50
- jurídica - Ausência de elemento biopsicológico - I - 42
- jurídica - Capacidade de delinquir - I - 42
- jurídica - Causalidade - I - 50
- jurídica - Condenação penal - I - 52
- jurídica - Criminalização - I - 37; II - 37
- jurídica - Culpa - I - 39
- jurídica - Culpabilidade - I - 42; I - 51
- jurídica - Dano moral - I - 49
- jurídica - Diretores - Responsabilidade penal - VI - 54
- jurídica - Dolo - I - 39
- jurídica - Dupla imputação - I - 39
- jurídica - Espécies de sanções penais aplicáveis - III - 5
- jurídica - Imputação - I - 50
- jurídica - Individualização da pena - III - 5
- jurídica - Interrogatório - III - 5
- jurídica - Medida de segurança - V - 1; I - 42
- jurídica - Medidas mistas - I - 42
- jurídica - Modelos de culpabilidade - I - 39
- jurídica - Patrimônio moral - I - 49
- jurídica - Pena pecuniária - I - 37; I - 42
- jurídica - Penas - I - 51

- jurídica - Personalidade própria - I - 21
- jurídica - Processo penal - III - 5
- jurídica - Reputação - I - 49
- jurídica - Responsabilidade - I - 11; I - 51; III - 32; V - 10
- jurídica - Responsabilidade civil - I - 42
- jurídica - Responsabilidade internacional - II - 8
- jurídica - Responsabilidade penal - I - 11; I - 21; I - 23; I - 42; I - 50; I - 52; II - 4; II - 9; III - 2; III - 9; III - 28; IV - 13; - V - 1; V - 39
- jurídica - Sanções administrativas - I - 42
- jurídica - Sanções penais - I - 41; III - 5
- jurídica - Sujeito da ação - I - 50
- jurídica - Suspensão condicional do processo - III - 5
- jurídica - Transação penal - III - 5
- jurídica - Vitimização - I - 49
- jurídicas - Prática de crimes - I - 45
- jurídicas falidas - VI - 15
- moral - criminalização - II - 37
- natural - I - 49; III - 21
- públicas - Direito público - I - 45

PESSOA JURÍDICA COMO
SUJEITO PASSIVO DO CRIME
DE DIFAMAÇÃO (A) - René
Ariel Dotti - Alexandre Knopholz
- I - 49

PESTICIDAS - III - 11

PINÍPEDES - III - 14

PIRACEMA - III - 14

PIRATARIA

- comercial - I - 30
- crime contra a propriedade intelectual - VI - 21

PLÁGIO - VI - 26

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

- Elisão fiscal - V - 5

PLANETA TERRA

- Degradação meio ambiente - III - 22

PLANOS ECONÔMICOS - V - 31

PLEA BARGAINING - I - 13

- Aspectos - I - 13

PODER

- de cautela - Prisão preventiva - V - 19
- de polícia - V - 50
- econômico - I - 44; II - 21; IV - 2
- econômico - Abuso - I - 21; II - 7; II - 20
- econômico - Crime - IV - 2
- econômico - Poder tecnológico - I - 29
- judiciário - I - 48
- judiciário - Desprestígio - IV - 33
- judiciário - Quebra de sigilo bancário - V - 52
- punitivo - I - 2
- punitivo - Fundamentação - I - 2
- punitivo - Legitimação - I - 2

PODER DE POLÍCIA E SIGILO
BANCÁRIO E PROFISSIONAL -
Adroaldo Mesquita da Costa - V
- 50

POLÍCIA

- europeia - IV - 4
- Federal - Lavagem de dinheiro - IV - 29

POLÍTICA

- ambiental - Código Civil - III - 28
- criminal - I - 31; I - 33; I - 44; II - 5; IV - 8; IV - 16
- criminal dispar - V - 8
- criminal - Economia - I - 43
- criminal - Evolução - I - 33

- criminal - Seletividade penal - I - 19
- criminal - Variável socioeconômica - I - 19
- Desprestígio - IV - 33
- econômica - II - 23
- econômica - Evasão de divisas - II - 23
- fiscal - V - 10
- fiscal - Serviço da economia - V - 9
- nacional do meio ambiente - III - 11; III - 20
- neoliberal - IV - 30
- Recuperação - IV - 33

POLÍTICA CRIMINAL INTERNACIONAL CONTRA LA CORRUPCIÓN (LA) - Ana Isabel Pérez Cepeda e Carmen Demelsa Benito Sánchez - IV - 8

POLUIÇÃO - III - 1; III - 2; III - 3; III - 11; III - 18; III - 20; III - 21; III - 22

- agropastoril - III - 2
- Água - III - 18
- Água potável - III - 18
- ambiental - III - 17
- atmosférica - Legislação comparada - III - 18
- atmosférica - Lugar habitado - III - 18
- Classificação - III - 11
- Conceito - III - 1
- Crime - III - 1; III - 36
- das águas - III - 11; III - 18
- das águas - Delito - III - 1
- do ar - II - 21; III - 3; III - 11; III - 18
- do ar - Itália - III - 3
- do ar - Sonora - III - 20
- Efeitos - III - 18
- hídrica - III - 2

- hídrica - Ação penal - III - 2
- hídrica - Bem jurídico - III - 2
- hídrica - Histórico - III - 2
- hídrica - Legislação comparada - III - 18
- hídrica - Pena - III - 2
- hídrica - Sujeitos do delito - III - 2
- hídrica - Tipicidade objetiva - III - 2
- hídrica - Tipicidade subjetiva - III - 2
- hídrica - Tratamento jurídico-penal - III - 2
- Pena - III - 18
- radioativa - III - 11
- Repressão administrativa - III - 18
- sonora - III - 21

POLUIÇÃO DO AR E DIREITO PENAL - Celso Delmanto - III - 3

POLUIÇÃO HÍDRICA: ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA TUTELA JURÍDICO-PENAL NO BRASIL - Bruna Azevedo de Castro - III - 2

POR UM CÓDIGO ECOLÓGICO - Nestor José Forster - III - 17

POSIÇÃO

- de garante - I - 8
- de garantidor - I - 6
- de garantidor - Impedimento do resultado - I - 6

PRAZO DECADENCIAL - V - 8

- Extinção da punibilidade - V - 8

PRECEDENTES E INTERPRETAÇÃO - V - 18

PREÇOS - I - 44

PRÉ-EMBRIÕES HUMANOS - III - 42

PREJUDICIALIDADE
OBRIGATÓRIA - V - 8

PRESCRIÇÃO - I - 48; VI - 19

- Apropriação indébita previdenciária - V - 37
- Crime tributário - V - 30
- retroativa - I - 48

PRESENTES

- Corrupção de funcionário público - IV - 22

PRESERVAÇÃO - III - 21

- das garantias constitucionais - V - 18
- do ambiente - III - 26
- Florestas - III - 20

PRESO - I - 48

- Integridade física - I - 48

PRESSUPOSTOS JURÍDICOS - VI - 1

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À
COMUNIDADE

- Pena - III - 5

PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

- Princípio - IV - 9; IV - 28; IV - 36

PREVARICAÇÃO - IV - 6; IV - 24;

- Conceito - IV - 6
- Crime - IV - 6
- Denúncia - IV - 6
- Histórico - IV - 6
- Objetividade jurídica - IV - 6
- Princípio do livre convencimento - IV - 6
- Sujeito ativo - IV - 6
- Sujeito passivo - IV - 6
- Tipo objetivo - IV - 6
- Tipo subjetivo - IV - 6

PREVENÇÃO - IV - 8

- geral - Teoria - III - 5

PREVIDÊNCIA SOCIAL

- Crimes - V - 34
- Legislação - V - 34

PRINCÍPIO - I - 48

- causalidade - I - 6
- causalidade - Aplicação à omissão - I - 6
- causalidade - Incremento do risco - I - 6
- competência judiciária - VI - 60
- constitucionais - VI - 36; - V - 5
- culpabilidade - I - 11
- da acessoriedade limitada - IV - 9
- da ampla instrução probatória - V - 5
- da atividade econômica - II - 11
- da capacidade contributiva - V - 2
- da confiscatoriedade - V - 10
- da culpabilidade - I - 41; I - 46; III - 2; III - 9; III - 21
- da economia processual - I - 13
- da especialidade - IV - 1; VI - 8
- da estrita legalidade - III - 9
- da fragmentariedade - I - 53; V - 6; VI - 54
- da humanização da pena - III - 9
- da igualdade - III - 9; V - 7; V - 10
- da igualdade tributária - V - 2
- da individualização - III - 21
- da insignificância - III - 10; IV - 5
- da insignificância - Antecedentes históricos - IV - 5
- da insignificância - Aplicação nos delitos de contrabando - IV - 5
- da insignificância - Aplicação nos delitos de descaminho - IV - 5
- da insignificância - Crime de bagatela - IV - 5
- da insignificância - Crimes ambientais - III - 10
- da insignificância - Critérios - III - 10
- da insignificância - Critérios de aplicabilidade - IV - 5
- da insignificância - Definição - IV - 5

- da insignificância - Finalidade - IV - 5
- da insignificância - Fundamentos - IV - 5
- da insignificância - Natureza jurídica - IV - 5
- da intervenção mínima - I - 25; I - 30; I - 41; II - 4; III - 5; III - 9; IV - 15; V - 48; VI - 24
- da irretroatividade - V - 15
- da isonomia - VI - 36; V - 7; V - 8
- da jurisdicionalidade - VI - 36
- da legalidade - I - 28; I - 30; I - 35; II - 13; III - 1; III - 2; IV - 15; IV - 19; IV - 23; V - 2; V - 9; V - 10; VI - 29; VI - 53
- da legalidade - Consequências - V - 15
- da legalidade - dos crimes - VI - 53
- da legalidade - Elisão tributária - V - 9
- da legalidade - Reações penais - VI - 53
- da legalidade - Técnica Legislativa - VI - 29
- da legalidade - Violação - VI - 53
- da legalidade tributária - V - 18
- da lesividade - IV - 15 - IV - 15; V - 6
- da máxima restrição da pena - I - 30
- da nacionalidade - III - 21
- da não-intervenção - I - 30
- da necessidade - I - 30
- da ofensividade - IV - 23
- da personalidade da pena - II - 2; III - 9; III - 21
- da presunção de inocência - IV - 28; IV - 9; IV - 36
- da proibição da múltipla persecução penal - V - 10
- da proporcionalidade - I - 40; II - 6; IV - 36; V - 6; VI - 24; VI - 36
- da razoabilidade - I - 49
- da segurança jurídica - IV - 19
- da soberania nacional - I - 33
- da subsidiariedade - I - 41; I - 53; V - 6; V - 10; VI - 54
- da Supremacia da Constituição - V - 7
- da territorialidade - III - 21
- da territorialidade - Insuficiência - VI - 29
- da tipicidade - II - 7; V - 1
- da vida - III - 37
- de abrangência - III - 21
- de direito penal - Ilícito administrativo - I - 28
- do devido processo legal - IV - 28; V - 12; V - 18
- do direito criminal - I - 31
- do direito penal mínimo - V - 4
- do duplo grau de cognição - V - 5
- do *in dubio pro reo* - V - 10
- do livre convencimento - IV - 6
- falimentar da unificação - VI - 8
- falimentar da unificação - Conceito - VI - 8
- fundamentais - Direito penal - VI - 53
- geral do contraditório - Processo tributário - V - 12
- igualdade penal - I - 2
- intervenção mínima - I - 18
- irretroatividade das leis penais - I - 5
- legalidade - I - 5
- legalidade penal - I - 2
- *ne bis in idem* - V - 10
- Ofensa - I - 48
- Penais fundamentais - III - 35
- político-criminal - II - 4
- proporcionalidade - I - 4
- *societas delinquere non potest* - I - 27; I - 43; I - 51; III - 9; V - 13

PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA
E OS CRIMES AMBIENTAIS -
Ivan Luiz da Silva - III - 10

PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E SUA APLICABILIDADE NO DELITO DE CONTRABANDO E DESCAMINHO - Julio Dalton Ribeiro - **IV** - 5

PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA E LAVAGEM DE CAPITAIS - Flávio Cardoso Pereira - **IV** - 15

PRINCIPIO DE LEGALIDAD EN EL ILÍCITO TRIBUTÁRIO (EL) - Hector B. Villegas - **V** - 15

PRINCIPIO DE LEGALIDAD Y LA IMPRESCINDIBLE DETERMINACIÓN SUFICIENTE DE LA CONDUCTA INCRIMINADA EN LOS CRÍMENES CONTRA EL SISTEMA FINANCIERO (EL) (ART. 4.º DE LA LEY 7.492/86) - Raúl Cervini - **V** - 47

PRINCIPIOS POLITICO CRIMINALES QUE INSPIRAN EL TRATAMIENTO DE LOS DELITOS CONTRA EL ORDEN SOCIOECONÓMICO EN EL PROYECTO DE CODIGO PENAL ESPAÑOL DE 1994 - Francisco Muñoz Conde - **II** - 4

PRISÃO - **I** - 48

- civil - Depositário infiel - **V** - 8
- Coerção - **V** - 8
- Forma de coerção - **V** - 8
- Liberdade - **VI** - 36
- perpétua - **I** - 5; **VI** - 61
- por dívida - Inadmissibilidade - **V** - 6
- preventiva - **I** - 21
- preventiva - Crimes tributários - **V** - 19
- preventiva - Poder de cautela - **V** - 19

- processual - Excesso de prazo - **VI** - 36

PRIVACIDADE

- sigilo - **V** - 56

PRIVILÉGIO DE INVENÇÃO - Basileu Garcia - **VI** - 20

PROBLEMAS PONTUAIS DA LEI DE LAVAGEM DE DINHEIRO - André Luís Callegari - **IV** - 9

PROCEDIBILIDADE

- Condenação - **V** - 19

PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO

- PENAL** - Geraldo Ataliba - **V** - 12

PROCESSAMENTO DE DADOS - **I** - 44

PROCESSO

- administrativo - **V** - 18
- administrativo fiscal - **V** - 17
- contencioso - **V** - 12
- criminal - Sigilo - **V** - 51
- criminal de falência - **VI** - 10
- criminal de falência - Juízo competente - **VI** - 10
- extradicional - **VI** - 57; **VI** - 61
- extradicional - Sistema - **VI** - 57
- fiscal - Quebra de sigilo bancário - **V** - 54
- legal - Ausência e conseqüências - **V** - 12
- penal - **IV** - 29; **VI** - 30
- penal - Crime contra economia popular - **II** - 31
- penal - Direito penal - **I** - 33
- penal - Processo tributário - **V** - 12
- penal - Simplificação - **I** - 13
- tributário - Penal - **V** - 12

- tributário - Princípio geral do contraditório - V - 12

PRODUÇÃO DE PROVA

- sigilo - V - 51

PRODUTO

- adulterado - Definição - III - 38
- agrícola - III - 22
- falsificado - Definição - III - 38

PROFESIONALES ASESORES IMPOSITIVOS Y LOS DELITOS TRIBUTARIOS (LOS) - Hector B. Villegas - V - 16

PROFISSIONAL RESPONSÁVEL

- Engenheiro agrônomo - III - 22
- Engenheiro florestal - III - 22

PROGRAMA

- de leniência - II - 48
- de recuperação fiscal - V - 34; V - 36

PROGRESIVO DISEÑO DE ESPACIOS JUDICIALES PENALES COMUNES PARA ENFRENTAR LA IMPUNIDAD DE LA CORRUPCIÓN (EL) - Nicolás Rodríguez García - IV - 31

PROIBIÇÃO

- da múltipla persecução penal - Princípio - V - 10
- de analogia - V - 15

PROJETO

- de código penal espanhol de 1994 - II - 4
- de código penal espanhol de 1994 - Delitos contra a ordem sócio-econômica - II - 4
- de código penal espanhol de 1994 - Princípio político-criminais - II - 4

PROMULGAÇÃO

- da lei - V - 7
- da lei - Efeitos - V - 7

PROPAGANDA

- dispersiva - II - 43

PROPORCIONALIDADE

- Princípio - I - 40; II - 6; III - 37; IV - 36; V - 6; V - 31; VI - 24; VI - 36

PROPOSITURA

- da Ação Penal - V - 5
- da Ação Penal - Crimes tributários - V - 3

PROPOSITURA DA AÇÃO PENAL NO CRIME DE SUPRESSÃO OU REDUÇÃO DE TRIBUTO E A SÚMULA VINCULANTE 24 (A) - Hugo de Brito Machado - V - 18

PROPRIEDADE

- artística - VI - 25
- científica - VI - 25
- imaterial - VI - 25
- imaterial - Direito material - VI - 23
- imaterial - Direitos especiais - VI - 24
- imaterial - Função dos delegados de polícia - VI - 18
- imaterial - Industrial - VI - 25
- imaterial - Intelectual - VI - 25
- imaterial - Interesse da coletividade - VI - 25
- imaterial - Persecução especial - VI - 23
- industrial - II - 4; II - 39; VI - 24; VI - 46
- industrial - Ação civil pública - VI - 24
- industrial - Ação penal pública - VI - 24
- industrial - Descriminalização - VI - 24
- industrial - Direitos e obrigações - VI - 24

- industrial - Estrutura atual - VI - 21
- industrial - legislação - II - 45
- industrial - Legislação brasileira - VI - 24
- industrial - Natureza dos bens - VI - 24
- industrial - Novo tratamento jurídico - VI - 24
- industrial - Penas - VI - 24
- industrial - Projeção supra-individual - VI - 24
- intelectual - VI - 27; VI - 46
- intelectual - Bem jurídico - VI - 27
- intelectual - Combate à pirataria - VI - 21
- intelectual - Divulgação em páginas pessoais - VI - 27
- intelectual - Escassez - VI - 27
- intelectual - Estrutura anterior - VI - 21
- intelectual - Estrutura do delito - VI - 21
- intelectual - Invenção - VI - 27
- intelectual - Modernidade - VI - 27
- intelectual - Norma penal em branco - VI - 27
- intelectual - Obra digital - VI - 27
- intelectual - Obrigação civil - VI - 27
- intelectual - Regulação penal - VI - 21
- intelectual - Tutela jurídica - VI - 27
- intelectual - Tutela penal - VI - 27
- literária - VI - 25

PROSTITUIÇÃO - VI - 46

PROTEÇÃO - I - 46; III - 20; III - 21

- Bens de interesse paisagístico - III - 20
- Meio ambiente - I - 46
- à propriedade industrial - Brasil - VI - 24

- ambiental - Fundamentos jurídicos - III - 17
- ambiental - Japão - III - 17
- ao meio ambiente - III - 21; III - 22
- ao solo - III - 22
- aos colaboradores - Normas - VI - 32
- contra violências - I - 34
- da informação - VI - 22
- da intimidade - VI - 22
- dos valores éticos e sociais - Teoria - I - 54
- jurídica - Informação - VI - 31
- simbólica do meio ambiente - III - 12

PROTEÇÃO PENAL DO AMBIENTE NO DIREITO FRANCÊS (A) - M. J. Littmann-Martin - III - 15

PROTECCIÓN PENAL DEL SECRETO PROFESIONAL Y LABORAL EN EL DERECHO ESPAÑOL (LA) - Carlos María Romeo-Casabona - VI - 22

PROTOCOLO

- de Cartagena de organismos geneticamente modificados - III - 43
- do Convênio europeu de assistência judicial em matéria penal - IV - 31
- do Convênio europeu de assistência judicial em matéria penal - Formas específicas de assistência - IV - 31

PROVA

- Comissão Parlamentar de Inquérito - V - 51
- Crime organizado - VI - 36
- Meios de obtenção - VI - 36
- Meios não específicos - VI - 36
- Sigilo - V - 51

- testemunhal - Crime organizado - VI - 36

PUBLICAÇÃO

- da lei - V - 7
- da lei - Natureza material - V - 7

PUBLICIDADE

- abusiva - Bem jurídico - III - 31
- abusiva - Crime - III - 31
- abusiva - Definição - III - 31
- abusiva - Sujeitos do delito - III - 31
- abusiva - Tipicidade - III - 31
- Definição - III - 31
- enganosa - Bem jurídico - III - 31
- enganosa - Crime - III - 31
- enganosa - Definição - III - 31
- enganosa - Sujeitos do delito - III - 31
- enganosa - Tipicidade - III - 31
- fraudulenta - II - 19

PUNIBILIDADE - I - 47; V - 16

- Antijuridicidade especial - V - 4
- Condição objetiva - VI - 15
- Extinção - V - 32
- Partícipe - V - 16
- Violação de sigilo - VI - 22

PUNIÇÃO

- Administrativo-penal - V - 12
- Burla - I - 37
- compatível - Dano - I - 46
- delito ambiental - Conduta positiva - III - 22
- delito ambiental - Lucro - III - 22
- dos profissionais assessores - V - 16
- estatal - Justificativa - I - 2
- Ineficácia intimidativa - I - 37
- Pessoas naturais - I - 37

Q

QUADRILHA - I - 48; II - 48; VI - 45

- Crime organizado - VI - 35
- ou bando - VI - 37
- ou bando - Crime - VI - 38; VI - 48
- ou bando - Diferença de crime organizado - VI - 45
- ou bando - Diferença de organização criminosa - VI - 49
- ou bando - Diferença entre crime organizado - VI - 48

QUAESTIO FACTI - I - 12

QUAESTIO JURIS - I - 12

QUALIDADE DE VIDA - III - 21

QUEBRA DE SIGILO

- Ação penal - V - 56
- bancário - III - 33
- Bem jurídico-penal - V - 56
- Crime - V - 56
- Mandado de Segurança - V - 55
- Pena - V - 56
- Tipo objetivo - V - 56
- Tipo subjetivo - V - 56

QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO EM INVESTIGAÇÃO FISCAL (A)

- Helton Kramer Lustoza - V - 53

QUEIXA

- Propriedade Imaterial - VI - 20

QUESTÃO PREJUDICIAL

- Juízo Cível - V - 17

QUESTIONS D'ORDRE GENERAL - III - 21

R

RACISMO - III - 37

RAZÃO E SUBJETIVIDADE NO DIREITO PENAL – Miguel Reale Júnior – **I** - 12

RAZOABILIDADE – **V** - 17

REAÇÕES PENAIS

- Princípio da legalidade – **VI** - 53

RECEITA FEDERAL

- Lavagem de dinheiro – **IV** - 29

RECEPTAÇÃO – **IV** - 18

- Lavagem de capitais – **IV** - 18

RECOLHIMENTO

- de contribuições – crime – **V** - 31
- de ICMS – Ausência – **V** - 19
- de tributos – Crime – **V** - 31

RECUPERAÇÃO

- da empresa – **VI** - 11
- da empresa – Condição objetiva de punibilidade – **VI** - 7
- da empresa – Direito criminal – **VI** - 11
- da empresa – Extrajudicial – **VI** - 7
- da empresa – Irretroatividade da lei – **VI** - 7
- da empresa – Judicial – **VI** - 7
- da empresa – Retroatividade da lei – **VI** - 7
- de ativos – **IV** - 20
- judicial – Juízo competente – **VI** - 11
- judicial – Sentença concessiva – **VI** - 11
- judicial – Sentença declaratória – **VI** - 11
- natural da área degradada – **III** - 7

RECURSOS – **I** - 45

- Pessoa jurídica – **I** - 45
- hídricos – **III** - 18
- minerais – **III** - 21

REFERÊNCIA

- e lançamento definitivo – **V** - 18

REFIS – Vide: Programa de Recuperação Fiscal

REFLEXIONES CRÍTICAS SOBRE ALGUNAS MANIFESTACIONES DE LA MODERNA TENDÊNCIA A INCREMENTAR EL RIGOR EN LA EXIGÊNCIA DE RESPONSABILIDAD CRIMINAL
– José Cerezo Mir – **I** - 5

REFLEXÕES SOBRE O CRIME ORGANIZADO E AS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS
– Ana Luiza Almeida Ferro – **VI** - 33

REFLEXÕES SOBRE O DELITO ECONÔMICO E A SUA DELIMITAÇÃO – Rodrigo Sánchez Rios – **II** - 11

REFLORESTAMENTO – **III** - 21

REFORMAS PENAIS – **IV** - 18

REGIME

- de pena – Crime organizado – **VI** - 36
- especial de uso – **III** - 19
- tributário dos fumos – Cigarros – **V** - 12
- tributário dos fumos – Tratamento especial – **V** - 12

REGULAÇÃO

- econômica – **II** - 16
- econômica – Constituição – **II** - 16
- econômica – Experiência brasileira – **II** - 16

REINCIDÊNCIA – **III** - 19

- ambiental – **III** - 19
- específica – **III** - 19
- genérica – **III** - 19
- Real e Ficta – **III** - 19

RELAÇÃO

- de causalidade - Nexo causal - **III** - 21
- de consumo - **I** - 44; **I** - 48; **II** - 20; **III** - 29; **III** - 32
- de consumo - Bem jurídico supra-individual - **III** - 29
- de consumo - Crimes - **I** - 11; **III** - 30
- de consumo - Tutela penal - **III** - 34
- de consumo econômica - Crime - **III** - 29
- de consumo sanitária - Crime - **III** - 29
- econômica - **I** - 45

REMESSA DE CAPITAL AO EXTERIOR - **V** - 50

REMINISCÊNCIAS DA RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA E SUA EFETIVIDADE - Fábio Guedes de Paula Machado - **I** - 42

REPARAÇÃO - **I** - 48

- civil - *Quantum* - **I** - 41
- Dano ambiental - **III** - 19
- de dano ambiental - Dias-multa - **III** - 22
- do dano - **I** - 48; **III** - 28
- do dano ambiental - **III** - 22
- do dano ambiental - Prestação pecuniária - **III** - 22
- do dano ao ambiente - Ausência - Prorrogação do prazo da suspensão do processo - **III** - 7
- do dano ao ambiente - Ausência - Revogação da suspensão do processo - **III** - 7
- do dano ao ambiente - Condição à extinção da punibilidade - **III** - 7
- do dano ao ambiente - Condição à transação - **III** - 7

REPRESENTAÇÃO - **V** - 8

- fiscal - **V** - 5

- fiscal - Fins penais - **V** - 5

REPRESSÃO - **I** - 45; **IV** - 29

- administrativa - **III** - 18
- administrativa - Poluição atmosférica - **III** - 18
- administrativa - Recursos hídricos - **III** - 18
- Crime organizado - **VI** - 33
- Criminalidade - **I** - 45
- penal - **III** - 18; **IV** - 8
- penal - Adulteração do meio ambiente - **III** - 18
- penal - Poluição atmosférica - **III** - 18
- penal - Poluição das águas - **III** - 18
- penal - Profissionais universitários - **V** - 16

REPRESSÃO ÀS INFRAÇÕES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA - Celso Ribeiro Bastos - **II** - 27

REPRESSÃO PENAL ÀS VIOLAÇÕES DO DIREITO DO AUTOR - Antônio Chaves - **VI** - 18

REPRESSÃO PENAL DA USURA (A) - Noé Azevedo - **II** - 36

REPROVAÇÃO - **I** - 39

RÉPTEIS - **III** - 14

REPUTAÇÃO - **I** - 49

REQUISITOS TÍPICOS DO DELITO DE PREVARICAÇÃO E O PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO - Mário Sérgio Leite - **IV** - 6

RESERVA LEGAL - **V** - 21

RESERVAS - **IV** - 4

- internacionais - **IV** - 4

- internacionais - Falsificação - IV - 4

RESÍDUOS - I - 46; III - 1; III - 2

- perigosos - III - 1

RESISTÊNCIA À EXECUÇÃO DE ATO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO

- Crime - IV - 2

RESPONSABILIDADE - I - 22; I - 49; III - 21

- absoluta - I - 40
- Administrador de grupo - VI - 15
- administrativa - III - 21
- civil - I - 22; III - 21
- civil - Diferença de responsabilidade penal - III - 28
- civil - Ex delicto - I - 41
- civil - Ordem econômica - II - 33
- Crimes Financeiros - I - 45
- criminal - I - 5
- criminal - Crítica - I - 5
- criminal da pessoa jurídica - I - 42
- cumulativa - I - 42
- da pessoa jurídica - Caso Enron - I - 43
- da pessoa jurídica - Caso Worldcom - I - 43
- da pessoa jurídica - Consequências acessórias - I - 41
- da pessoa jurídica - Crítica - I - 42
- da pessoa jurídica - Garantias - I - 39
- da pessoa jurídica - Possibilidades - I - 42
- das pessoas jurídicas - I - 40
- das pessoas jurídicas - Penal - I - 40
- das pessoas jurídicas - Social - I - 40
- de administrador - Falência - VI - 15
- Direito civil - I - 40
- Dirigentes - I - 46

- Dirigentes - Pessoa Jurídica - I - 45
- do sujeito passivo - Crimes fiscais - V - 19
- Empresário - III - 17
- estrita - I - 40
- Imputação - I - 49
- indireta - Pessoa coletiva - I - 42
- internacional da pessoa jurídica - II - 8
- jurídica - IV - 33
- jurídica - Política - IV - 33
- Medida - Culpabilidade - I - 45
- objetiva - I - 39; I - 40; III - 28
- objetiva - Direito penal - I - 21
- objetiva do diretor - II - 9
- objetiva do gerente - II - 9
- pelo risco - I - 40
- pelo risco criado - I - 40
- penal - I - 22; I - 42; I - 43; I - 45; I - 46; I - 47; I - 48; I - 50; II - 48; III - 21; III - 28; VI - 29
- penal - Busca de alternativas - I - 38
- penal - Crime falimentar - VI - 15
- penal - Crimes ambientais - I - 42
- penal - diferença de - civil - III - 28
- penal - Funcionalismo - I - 42
- penal - Modelos de atribuições - I - 38
- penal - Município - III - 9
- penal - Pessoa jurídica - I - 23; I - 39; I - 43; I - 45; I - 46; I - 47; II - 4; II - 9; III - 6; III - 9; III - 20; IV - 13; V - 1; V - 39; VI - 1
- penal - Pessoa jurídica - Dever jurídico - I - 50
- penal - Pessoa jurídica - Direito comparado - I - 41
- penal - Pessoa jurídica - Dirigente - I - 52
- penal - Pessoa jurídica - Doutrina penal brasileira moderna - I - 51
- penal - Pessoa jurídica - Fins - pena - I - 50

- penal - Pessoa jurídica - Imputação - I - 50
- penal - Pessoa jurídica - Julgamento de Verdun - I - 52
- penal - Pessoa jurídica - Legislação criminal brasileira - I - 51
- penal - Pessoa jurídica - Morte de empregado - I - 52
- penal - Pessoa jurídica - Necessidade - I - 51
- penal - Pessoa jurídica - Penas - I - 51
- penal - Pessoa jurídica - Primeira condenação - I - 52
- penal - Pessoa jurídica - Retribuição - I - 50
- penal - Pessoa jurídica - Sanções aplicáveis - II - 4
- penal - Pessoa jurídica - Sanções penais - III - 6
- penal - Pessoa jurídica - Sistema francês - I - 50
- penal - Pessoa jurídica - Sujeito - Imputação - I - 50
- penal - Pessoa jurídica - Sujeito da ação - I - 50
- penal - Pessoa jurídica - Sujeito passivo - III - 6
- penal - pessoa jurídica - Teoria da culpabilidade - I - 51
- penal - Pessoa jurídica - Teoria da ficção - III - 9
- penal - Pessoa jurídica - Teoria da realidade - III - 9
- penal - Pessoa jurídica - Argumentações - I - 42
- penal - Pessoa jurídica no Código Penal - I - 50
- penal - Pessoa jurídica no direito alienígena - I - 50
- penal - Pessoa jurídica no direito brasileiro - I - 50
- penal - Sociedade de economia mista - III - 9
- penal - Teorias holísticas de atribuição - I - 38
- penal ambiental - Antecedentes históricos - III - 6
- penal ambiental - III - 6
- penal coletiva - Colômbia - III - 9
- penal coletiva - Constituição de 1988 - III - 9
- penal coletiva - Direito comparado - III - 9
- penal coletiva - Direito francês - III - 9
- penal coletiva - Evolução - III - 9
- penal coletiva - Fundamento - III - 9
- penal coletiva - I - 45
- penal coletiva - Países da *common Law* - III - 9
- penal coletiva - Países da Europa continental - III - 9
- penal da pessoa jurídica - Aspecto doutrinário - I - 51
- penal da pessoa jurídica - Aspecto legal - I - 51
- penal da pessoa jurídica - Causalidade - I - 50
- penal da pessoa jurídica - Código Penal - Espanha - I - 50; I - 51
- penal da pessoa jurídica - Código Penal - França - I - 51
- penal da pessoa jurídica - Código Penal de Portugal - I - 51
- penal da pessoa jurídica - Conceito analítico de crime - I - 50
- penal da pessoa jurídica - Conceito de ação - I - 50
- penal da pessoa jurídica - Constituição - I - 51
- penal da pessoa jurídica - Decorência - Responsabilidade penal da pessoa natural - I - 52
- penal das corporações - I - 38
- penal das corporações - Histórico - I - 38
- penal das empresas - Teorias - I - 38
- penal das pessoas físicas - Crimes cibernéticos - VI - 29

- penal das pessoas jurídicas - I - 35; I - 41
- penal das pessoas jurídicas - Crimes cibernéticos - VI - 29
- penal das pessoas jurídicas - Jurisprudência - I - 43
- penal do diretor - II - 9
- penal do empregado - VI - 1
- penal do empresário - VI - 1
- penal do empresário - Limites - VI - 1
- penal do empresário - Teorias - VI - 1
- penal do gerente - II - 9
- penal do médico - III - 47
- penal falimentar - VI - 15
- penal objetiva - I - 11; V - 39
- penal por omissão do empresário - VI - 1
- penal subjetiva - I - 11
- Pessoa jurídica - I - 21; V - 10
- política - IV - 33
- política - Responsabilidade Jurídica - IV - 33
- Princípio - III - 37
- social - I - 41; III - 32
- social - Elementos - I - 40
- social - Tipos - I - 40
- subjetiva - III - 28
- subjetiva - Delegação - V - 31
- tributária - III - 21

RESPONSABILIDADE CRIMINAL DOS CONTRIBUINTES E A PORTARIA SRF 326/2005 - Ana Paula Peres Falcão Alves - V - 5

RESPONSABILIDADE DA LEI DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO ÀS INFRAÇÕES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA (A) - Luiz Fabião Guasque - II - 33

RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS NAS RELAÇÕES DE CONSUMO (A) - Maria Stella Gregori - III - 32

RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS NO DIREITO BRASILEIRO E NO COMPARADO (DA) - Fernando Rudge Leite Filho - VI - 3

RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA - Lúdia Maria Lopes Rodrigues Ribas - I - 45

RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA (A) - Roque de Brito Alves - I - 51

RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA - Sidnei A. Beneti - I - 52

RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA E A RELAÇÃO DA LEI DOS CRIMES AMBIENTAIS COM O NOVO CÓDIGO CIVIL E O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (A) - Antonio Baptista Gonçalves - III - 28

RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA NA LEI 9.605/98 - Luís Paulo Sirvinskis - I - 46

RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA: A LEI 9.605, DE 13.02.1998 E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PENAIIS - Fernando Quadros da Silva - III - 9

RESPONSABILIDADE PENAL DAS CORPORAÇÕES: LIÇÕES DOS SISTEMAS JURÍDICOS ANGLO-AMERICANOS - Daniella Holler Branco - I - 38

RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS JURÍDICAS - Ivan Luís Marques da Silva - I - 43

RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS JURÍDICAS - Rafael Mafei Rabelo Queiroz - **I** - 47

RESPONSABILIDADE PENAL DO ADVOGADO NA LAVAGEM DE DINHEIRO (A) - Vivian C. Schorscher - **IV** - 36

RESPONSABILIDADE PENAL DOS ADMINISTRADORES DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS (A) - Márcio Antonio Inacarato - **VI** - 4

RESPONSABILIDADE PENAL TRIBUTÁRIA E A MISSÃO DO DIREITO PENAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO - Auriney Uchôa de Brito - **V** - 6

RESPONSABILIZAÇÃO

- coletiva - **I** - 45
- criminal - **I** - 47
- criminal - Pessoas de direito público - **III** - 9
- da pessoa jurídica - Incompatibilidades - **I** - 43
- penal da pessoa jurídica - **III** - 2

RESPUESTA PENAL AL CRIMEN ORGANIZADO EN EL CÓDIGO PENAL ESPAÑOL - José Ramon Serrano-Piedecabras - **VI** - 46

RESSARCIMENTO - **I** - 46

- Prejuízos - **I** - 46

RESSOCIALIZAÇÃO - **I** - 44

RESTITUIÇÃO DE ATIVOS

- Cooperação internacional - **IV** - 17

RESULTADO

- Atividade - **I** - 48

RETROATIVIDADE

- Norma mais benéfica - **V** - 15

RÉU

- variável socioeconômica - **I** - 19

REVELAÇÃO

- de segredos laborais - **VI** - 22
- de segredos profissionais - **VI** - 22

RISCO - **III** - 1

- Atividade empresarial - **I** - 21
- de dano - Falência - **VI** - 15
- Direito Penal - **I** - 15
- moral - **II** - 30
- permitido - **III** - 43
- permitido - Teoria - **IV** - 36
- sistêmico - **II** - 30
- Sociedade - **I** - 20

RISCOS DA ATIVIDADE EMPRESARIAL NO ÂMBITO PENAL - Joaquim Simões Barbosa - **I** - 21

RODEIO - **III** - 13

ROTULAÇÃO SELETIVA - **V** - 8

S

SACRIFÍCIO - **I** - 44

- Menor - **I** - 44

SANATÓRIO PSIQUIÁTRICO - **I** - 5

SANÇÃO - **I** - 44

- administrativa - **I** - 36; **I** - 48; **V** - 10
- administrativa - Crimes ambientais - **III** - 6
- ambientais - Excessiva simbolização - **III** - 12
- civil - **I** - 45
- conceito - **V** - 22

- criminal - I - 47
- de ato ilícito - V - 11
- graduações - V - 22
- paralela - Pessoas física e jurídica - I - 42
- penal - I - 4; I - 36; I - 45; I - 47; I - 48; V - 12; V - 16; V - 17
- penal - Espécies aplicáveis à pessoa jurídica - III - 5
- penal - Gravidade de delito - I - 45
- penal - Necessidade - I - 25
- penal - Penas e Medida de segurança - VI - 15
- penal - Pessoas jurídicas - I - 41
- penal ambiental - III - 22
- Precedida de processo - V - 12
- Questão prejudicial - V - 2
- Simulação fiscal - V - 2
- tributária - V - 11; V - 15
- tributária - Advertência - V - 22
- tributária - Autonomia - V - 22
- tributária - Caráter penal administrativo - V - 22
- tributária - Caráter punitivo - V - 22
- tributária - Classificação - V - 22
- tributária - Concurso de infrações - V - 22
- tributária - Contrabando - V - 22
- tributária - Contravenção - V - 22
- tributária - Definição - V - 22
- tributária - Descaminho - V - 22
- tributária - Espécies - V - 22
- tributária - Falsidade material - V - 22
- tributária - Mora - V - 22
- tributária - Multa - V - 22
- tributária - Natureza da multa - V - 22

SANÇÃO DE PERDA DE BENS NO DIREITO PENAL ECONÓMICO
(A) - André de Almeida Panzeri - II - 2

SANÇÃO PENAL E PESSOA JURÍDICA NA LEI DOS CRIMES AMBIENTAIS BRASILEIRA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES - Denise Hammerschmidt - III - 5

SAÚDE

- Direito social - III - 38
- Previsão constitucional - III - 38
- pública - III - 22; III - 40; III - 45; III - 46
- pública - Bem jurídico - III - 45
- pública - Bem jurídico - III - 46
- pública - Conceito - III - 46
- pública - Criminalização - III - 46
- Pública - Direito fundamental - III - 38
- pública - Tutela penal - III - 45

SEDÉN - III - 13

SEGREDO

- de fábrica - Violação - II - 43
- de negócio - Abuso - II - 43
- Definição - VI - 22
- profissional - VI - 22
- profissional - Revelação - VI - 22
- profissional - Proteção penal - VI - 22
- Revelação - VI - 22
- Uso - II - 46
- Violação - II - 46

SEGUNDA GUERRA MUNDIAL - II - 8

- Responsáveis económicos - II - 8

SEGURANÇA

- Acesso à informação - VI - 28
- alimentar - III - 40
- do direito - I - 33
- do homem - III - 21
- jurídica - V - 6
- jurídica - Crimes cibernéticos - VI - 29
- jurídica - Princípio - IV - 19
- pública - I - 24; III - 21

- pública - Europa - I - 5
- pública - Globalização - I - 24
- pública - Questão - I - 24

SELETIVIDADE PENAL - I - 19

SENTENÇA

- condenatória - Fixação do montante da perda de bens - II - 2
- nulidade - VI - 8

SENTIDO Y LIMITES DE LOS DELITOS DE TERRORISMO - Manuel Cancio Meliá - VI - 59

SEPARAÇÃO

- dos poderes - III - 12; V - 53
- patrimonial - I - 47

SER HUMANO

- Essência - I - 47

SERES VIVOS NOCIVOS - III - 22

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - III - 23

SERVIDORES PÚBLICOS - IV - 3

SIGILO

- bancário - V - 50; V - 53; V - 54; VI - 38
- bancário - Direito - V - 57
- bancário - Direito fundamental - V - 57
- bancário - Jurisprudência - V - 50
- bancário - Princípio da proporcionalidade - V - 53
- bancário - Quebra - III - 33; IV - 19; V - 52; V - 55
- bancário - Quebra em processo fiscal - V - 54
- bancário - Quebra pelo fisco - V - 52; V - 54
- bancário - Quebra pelo Ministério Público - V - 57
- bancário - Quebra pelo Ministério Público Federal - V - 52

- bancário - Quebra pelo Poder Judiciário - V - 52
- bancário - Quebra por Comissão Parlamentar de Inquérito - V - 52
- bancário - Questionamentos quanto à quebra - V - 53
- bancário - Requerimento para quebra - V - 57
- Comissão Parlamentar de Inquérito - V - 51
- direito - V - 51; V - 56
- garantia constitucional - V - 53
- intimidade - V - 56
- médico - V - 50
- obtenção de prova - V - 51
- operações financeiras - V - 56
- Princípio da proporcionalidade - V - 51
- privacidade - V - 56
- processo criminal - V - 51
- produção de prova - V - 51
- profissional - V - 50
- Quebra - V - 56
- quebra ilícita - V - 51
- Teoria das três esferas - V - 51

SIGILO BANCÁRIO (POR QUEM E QUANDO PODE SER VIOLADO) - HELIOS NOGUÊS MOYANO - Adriano Salles Vanni - V - 52

SIGILO BANCÁRIO EM MATÉRIA FISCAL - Ives Gandra Da Silva Martins - V - 54

SIGILO E A PROVA CRIMINAL (O) - António Scarance Fernandes - V - 51

SIMBOLISMO - I - 43

- Eficientismo - VI - 35
- Proteção penal do meio ambiente - III - 12
- Punitivismo - VI - 35

SIMPLES - Vide Sistema Integrado de Pagamento de

Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte

SIMPLIFICAÇÃO PROCESSUAL E DESPREZO AO DIREITO PENAL

- Miguel Reale Júnior - I - 13

SIMULAÇÃO FISCAL - V - 2

- Efeitos penais - V - 2
- Sanções - V - 2

SÍNDICO OU COMISSÁRIO - VI - 14

SIRENIOS - III - 14

SISNAMA - Vide: Sistema Nacional do Meio Ambiente

SISTEMA

- bancário - IV - 20
- constitucional tributário - V - 35
- Europeu de Bancos Centrais - IV - 4
- financeiro - I - 44; IV - 30
- financeiro - Crime - V - 45
- financeiro Nacional - II - 16; II - 28 IV - 30
- financeiro Nacional - Conceito - IV - 30
- financeiro Nacional - Crime - IV - 30; V - 39
- financeiro Nacional - Estrutura - II - 16
- financeiro nacional - Funcionamento - II - 18
- financeiro Nacional - Funções - II - 16
- financeiro nacional - Perda de confiança - II - 18
- financeiro nacional - Risco sistêmico - II - 18
- informático - Bem jurídico - VI - 31
- informático - Informação - VI - 31
- informático - VI - 31

- Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - VI - 6
- Nacional do Meio Ambiente - III - 11
- penal - Deslegitimação - I - 27
- Penal - Variáveis socioeconômicas do réu - I - 19
- penal ambiental - Fatores jurídicos - III - 12
- penal ambiental - Fatores sociopolíticos - III - 12
- penal ambiental - Ineficácia - III - 12
- penitenciário - IV - 2
- punitivo - I - 44
- vincial - Imputação da pessoa jurídica - I - 42

SISTEMA PRISIONAL FACE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS (O) - Jorge Carlos Fonseca - VI - 43

SITUAÇÃO ECONÔMICA DO INFRATOR

- Circunstância - III - 19

SNF - Vide: Sistema Financeiro Nacional

SOBERANIA NACIONAL

- Princípio - I - 33

SOBRE A TIPIFICAÇÃO DA POLUIÇÃO EM FACE DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE - Alessandra Rapassi Mascarenhas Prado - III - 1

SOBRE LA CORRUPCIÓN ENTRE PARTICULARES CONVENIOS INTERNACIONALES Y DERECHO COMPARADO - Ignacio Berdugo Gómez de la Torre e Giorgio D. M. Cerina - IV - 16

SOBRE LA POSICIÓN DE GARANTE DEL EMPRESARIO POR LA NO EVITACIÓN DE DELITOS COMETIDOS POR SUS EMPLEADOS - Eduardo Demetrio Crespo - VI - 1

SOBRE LO INJUSTO DEL DELITO IMPRUDENTE - Hans Joachim Hirsch - I - 3

SOCIEDADE - I - 45

- anônima - Características - VI - 3
- anônima - Definição - VI - 3
- anônima - Diretores - Responsabilidade civil - VI - 3
- anônima - Diretores - Responsabilidade no direito alemão - VI - 3
- anônima - Diretores - Responsabilidade no direito belga - VI - 3
- anônima - Diretores - Responsabilidade no direito espanhol - VI - 3
- anônima - Diretores - Responsabilidade no direito francês - VI - 3
- anônima - Diretores - Responsabilidade no direito iraniano - VI - 3
- anônima - Diretores - Responsabilidade no direito italiano - VI - 3
- anônima - Diretores - Responsabilidade no direito mexicano - VI - 3
- anônima - Diretores - Responsabilidade no direito português - VI - 3
- anônima - Diretores - Responsabilidade no direito suíço - VI - 3
- anônima - Diretores - Responsabilidade penal - VI - 3
- anônima - Diretores - Responsabilidade subsidiária - Requisitos - VI - 3
- anônima - Diretores - Responsabilidade subsidiária - VI - 3

- anônima - Responsabilidade dos administradores - VI - 3; VI - 4; VI - 5
- anônima - Responsabilidade dos diretores - VI - 3; VI - 5
- anônima - Responsabilidade individual dos administradores - VI - 3
- anônima - Responsabilidade solidária dos administradores - VI - 3
- civil - I - 47
- comercial - Delitos - Características - VI - 5
- comercial - Delitos - Penalização - VI - 5
- comercial - Delitos - VI - 5
- comercial - Gestão fraudulenta - VI - 5
- da informação - Qualidade de vida - VI - 28
- de economia mista - Responsabilidade penal - III - 9
- de risco - Direito Penal do perigo - I - 20
- de risco - I - 20; I - 53; III - 1; V - 6
- de riscos - Informática - VI - 30
- por ações - Fraude na constituição - VI - 2
- por ações - Fraude na organização - VI - 2
- por ações - Fundadores - Responsabilidade - VI - 2
- por ações - Fundadores - Sanções penais - VI - 2
- por ações - VI - 2

SOCIEDADE POR AÇÕES
- DA FRAUDE PENAL NA SUA CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO - Eduardo Jara - VI - 2

SOCIETAS DELINQUERE NON POTEST - I - 50; I - 51; III - 9

SÓCIO

- Pessoa jurídica - I - 45

SOFRIMENTO

- Condenado - I - 44

SOLO

- Parcelamento - III - 20
- Uso com fins construtivos - III - 27
- Uso com fins edificatórios - III - 27
- Uso racional - III - 20

SONEGAÇÃO

- de contribuição previdenciária - V - 35
- de estoques - II - 35
- fiscal - V - 3; V - 8; V - 18; V - 20; V - 24
- fiscal - Conceito - V - 3; V - 20
- fiscal - Conduta criminosa - V - 20
- fiscal - Condutas típicas - V - 27
- fiscal - Consumação - V - 3; V - 20
- fiscal - Crime - V - 3; V - 27
- fiscal - Crime impossível - V - 20
- fiscal - Crime material - V - 3
- fiscal - Criminalização - V - 3
- fiscal - Espécies - V - 22
- fiscal - Jurisprudência - V - 24
- fiscal - Legislação - V - 24
- fiscal - Sujeito Ativo - V - 20
- fiscal - Tentativa - V - 20
- fiscal - Tipicidade cerrada - V - 27
- fiscal - Tipificação - V - 17
- fiscal - Tipificação incoerente - V - 17
- fiscal - Tipificação superposta - V - 17

SONEGAÇÃO FISCAL E

CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS LEIS 4.729/65, 8.137/90 E 8.383/91 - Leônidas Ribeiro Scholz - V - 24

SPHAN - Vide: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

STF - Vide: Supremo Tribunal Federal

SUBJETIVISMO JUDICIAL - I - 12

SUBORNO - IV - 8; IV - 25; IV - 26

- Relação com corrupção - IV - 26

SUBSIDIARIEDADE

- Princípio - I - 41; I - 53; V - 6; V - 10

SUBSOLO - III - 21

Substituição do nome do produtor - II - 43

SUJEITO

- ativo - Crimes cibernéticos - VI - 29
- ativo - I - 48
- ativo - Sonegação fiscal - V - 20
- ativo do delito - IV - 14
- Delito cibernético - VI - 29
- passivo - I - 49
- passivo - Crime fiscal - V - 19
- passivo - Crimes cibernéticos - VI - 29
- Passivo - Direitos constitucionais - V - 19
- passivo - Menor - VI - 29
- passivo - Prestação de informação - V - 19
- passivo - Punição - V - 19
- passivo - Responsabilidade - V - 19
- passivo - Sujeitos vulneráveis - VI - 29
- passivo em massa - VI - 29
- responsável - Teoria - I - 40

SUMOC - Vide: Superintendência da Moeda e do Crédito

SÚMULA VINCULANTE

- Crimes tributários - V - 18
- Interpretação - V - 18

SUNAB - Vide: Superintendência Nacional de Abastecimento

SUPERINTENDÊNCIA DA MOEDA E DO CRÉDITO - II - 14

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - II - 35

SUPERPOSIÇÃO DE TIPOS PENAIIS - III - 34

SUPRA-INDIVIDUALIDADE - V - 6

SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO

- Princípio - V - 7

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- Princípio da proporcionalidade - III - 37

SUPRESSÃO OU REDUÇÃO DO TRIBUTO

- Crime material - V - 18

SUSPEITO - I - 48

SUSPENSÃO

- Atividades - I - 45
- Atividades - Pessoa de Direito Público - I - 45
- condicional da pena - III - 18
- condicional do processo - III - 5
- condicional do processo - Crimes ambientais - III - 6; III - 7
- da ação penal - Consequências - V - 5
- da exigibilidade do crédito tributário - V - 3
- da pretensão punitiva - V - 3
- do processo - Pagamento ou parcelamento - V - 5
- do processo - V - 5

SYSTEMES PENAUX A L'EPREUVE DU CRIME ORGANISE (LES) - Jean Pradel - VI - 42

T

TAXA CAMBIAL

- administrada - II - 30
- livre - II - 30

TAXAÇÃO - II - 3

TÉCNICA

- das presunções - V - 2
- das presunções - Evasão fiscal - V - 2
- legislativa penal - III - 27
- de despenalização - III - 10

TECNOLOGIA - I - 32

- Competição - VI - 28
- confiável - Incentivo á inovação - VI - 28
- Consumidor - VI - 28
- Defesa da confiabilidade - VI - 28
- Defesa da integridade - VI - 28
- genética - III - 40
- genética de restrição do uso - III - 43

TELEVISÃO - II - 1

TEMERARIEDADE

- Violações da confiança - II - 18

TEMPO

- Crimes cibernéticos - VI - 29

TENTATIVA

- Lavagem de dinheiro - IV - 27
- Sonegação fiscal - V - 20

TEORIA

- absoluta da pena - V - 1
- conciliatória - V - 1
- da agência - I - 38
- da agregação - I - 38

- da aprendizagem - I - 27
- da associação diferencial - II - 17
- da condição - I - 6
- da culpabilidade - II - 4
- da decisão - V - 6
- da desorganização social - II - 17
- da dupla imputação - I - 27
- da espontaneidade - V - 13
- da ficção - I - 46
- da identificação - I - 38; I - 42
- da imposição tributária - V - 19
- da omissão - I - 8
- da pena - III - 20
- da proteção dos valores éticos e sociais - I - 54
- da realidade - I - 46
- da realidade objetiva - I - 42
- da ubiquidade - I - 27
- da vontade real - I - 42
- das ações neutras ou negócios *standard* - IV - 36
- das circunstâncias do crime - III - 19
- das corporações - Críticas - I - 38
- das penas - I - 48; III - 5
- de adequação social ou profissional - IV - 36
- diferenciadora - III - 21
- do *Big Crunch* - III - 35
- do delito - I - 14; I - 20; I - 28; I - 39; I - 40; I - 48; III - 20
- do dolo - II - 4; V - 4
- do domínio da organização funcional - I - 42
- do domínio do fato - I - 42
- do equilíbrio econômico - I - 29
- do incremento do risco - I - 6
- do incremento do risco - Conceito - I - 6
- do risco permitido - IV - 36
- dos preços - I - 29
- dualista - V - 6
- formal-objetiva - I - 6
- geral do direito penal - Direito Penal econômico - II - 20

- holística - Corporações - I - 38
- material-objetiva - I - 6
- mista - V - 1
- monista - V - 6
- orgânica - I - 42
- pessoal do bem jurídico - I - 53
- Posição de garantia - I - 8
- relativa da pena - V - 1
- subjetivo-objetiva - I - 6
- unitária - III - 21

TERMO

- circunstanciado - I - 13
- de ajustamento de conduta ambiental - III - 5

TERRITORIALIDADE

- Crimes cibernéticos - VI - 29
- Princípio - III - 21; VI - 29

TERRORISM: TECHNOLOGY, RELIGION AND GLOBALIZATION - Emilio C. Viano - VI - 56

TERRORISMO - VI - 46; VI - 50; VI - 56; VI - 58; VI - 59

- Análise criminológica - VI - 56
- Análise social - VI - 56
- Autoria - VI - 59
- Autoria - organização - VI - 59
- Cenário mundial contemporâneo - VI - 56
- Conceito - VI - 56; VI - 59
- Crime - IV - 30
- Crime organizado - VI - 33
- Direito Penal espanhol - VI - 59
- Direito Penal espanhol - Conceito - VI - 59
- Estrutura - VI - 59
- Globalização - VI - 56
- Infrações individuais - VI - 59
- Interdisciplinaridade - VI - 56
- Investigação - VI - 56
- Limites - VI - 59
- Medidas assecuratórias - VI - 58

- Mídia - VI - 56
- no ordenamento jurídico espanhol - VI - 59
- Organização criminosa - VI - 33
- Panorama histórico - VI - 56
- Prevenção - VI - 56
- Religião - VI - 56
- Religião - extremismo - VI - 56
- Repressão penal - VI - 59
- Tecnologia - VI - 56
- Tratamento penal - VI - 58

TEXTOS

- gerais - III - 20
- penais de proteção - III - 20

TIPICIDADE - I - 39; V - 15

- condicionada - Crime tributário - V - 33
- Função Processual - V - 20
- incondicionada - Crime tributário - V - 33
- Legalidade - V - 15
- Princípio - II - 7; V - 1
- Sonegação fiscal - V - 20

TIPICIDADE NO DIREITO PENAL ECONÔMICO - Heloisa Estellita Salomão - II - 6

TIPIFICAÇÃO - VI - 35

- Crime tributário - V - 33
- Declaração falsa - V - 17
- Delitos de perigo abstrato - III - 14
- incoerente - Sonegação fiscal - V - 17
- Omissão - V - 17]
- Sonegação fiscal - V - 17
- superposta - Sonegação fiscal - V - 17

TIPO

- aberto - Forma legítima - I - 15
- omissivo - I - 29
- penal - I - 29; II - 6; V - 5
- penal - Análise crítica - I - 20

- penal - Conceito - VI - 27
- penal - Configuração econômica - V - 2
- penal - Conformação com o bem jurídico tutelado - II - 6
- penal - Crime previdenciário - V - 35
- penal - Função de garantia - I - 20
- penal - Função motivadora - I - 20
- penal - Função selecionadora - I - 20
- penal - Funções - I - 20
- penal - Funções doutrinárias - I - 20
- penal - Infrações administrativas - I - 28
- penal - Superposição - III - 34
- penal de perigo - I - 20
- tributável - V - 2
- tributável - Via da interpretação - V - 2

TÓPICOS ESSENCIAIS DA LAVAGEM DE DINHEIRO - Marcelo Batlouni Mendroni - IV - 28

TRABALHADOR

- Delitos contra os direitos - II - 4

TRABALHO INTELECTUAL

- Valor de uso - VI - 27

TRÁFICO

- de armas - VI - 46; VI - 54
- de crianças - VI - 54
- de drogas - IV - 18; IV - 21; VI - 46; VI - 50; VI - 54
- de drogas - Lavagem de capitais - IV - 18
- de influência - IV - 24
- de influência - Ação penal - IV - 26
- de influência - Bem jurídico protegido - IV - 26

- de influência - Causas de aumento de pena - **IV** - 26
- de influência - Pena - **IV** - 26
- de influência - Sujeito ativo - **IV** - 26
- de influência - Sujeito passivo - **IV** - 26
- de influência - Tipicidade objetiva - **IV** - 26
- de influência - Tipicidade subjetiva - **IV** - 26
- de influência em transação comercial internacional - **IV** - 26
- de mão-de-obra - **VI** - 54
- de mulheres - **VI** - 54
- de órgãos humanos - **VI** - 54
- de pessoas - **VI** - 50

TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL - **V** - 8

- Falta de justa causa - **V** - 8

TRANSAÇÃO

- comercial internacional - **IV** - 12; **IV** - 13
- monetária - **IV** - 4
- monetária - Falsificação - **IV** - 4
- penal - **I** - 13; **III** - 5
- penal - Crimes ambientais - **III** - 6
- penal - Crimes ambientais - **III** - 7

TRANSFUSÃO DE SANGUE - **III** - 47

- Testemunhas de Jeová - **III** - 47

TRANSFUSÃO DE SANGUE EM PACIENTES TESTEMUNHAS DE JEOVÁ: RELIGIÃO, ÉTICA E DISCURSO JURÍDICO-PENAL - Rodrigo Iennaco de Moraes e Rodrigo Esteves Santos Pires - **III** - 47

TRANSGÊNICO - **III** - 40

TRANSLADO TEMPORAL DE DETIDOS

- União Europeia - **IV** - 31

TRANSPARENCY

INTERNATIONAL - **IV** - 8

- Papel - **IV** - 8

TRATADO

- de Propriedade Industrial - **VI** - 17
- de Roma - **VI** - 54
- dos delitos e das penas - **V** - 15
- Promulgação - **IV** - 12
- Ratificação - **IV** - 12

TRATAMENTO JURÍDICO-PENAL DAS FRAUDES ALIMENTARES NO DIREITO BRASILEIRO (O) - Carla Liliane Waldow Esquivel - **III** - 38

Trial by media - **II** - 1

TRIBUNAIS DE CONTAS

- Controle externo - **IV** - 3
- Espaço jurídico-penal - **IV** - 3

TRIBUNAL

- Federal Constitucional da Alemanha - **I** - 5
- Supremo espanhol - **I** - 5

TRIBUTAÇÃO

- Natureza especial - **V** - 11
- penal - **V** - 11
- penal - Características gerais - **V** - 11
- penal - Ficção legal - **V** - 11

TRIBUTAÇÃO PENAL (A) - Fábio Fanucchi - **V** - 11

TRIBUTO - **V** - 10

- Ação penal - **V** - 17
- Âmbito civil - **V** - 3
- Campo de incidência - **V** - 11
- Conceito - **V** - 11; **V** - 32
- Conceito Penal-tributário
- devido - **V** - 17
- devido - Ausência de elementar do tipo - **V** - 3

- devido - Elemento do tipo - V - 17; V - 25
- devido - Obrigação tributária - V - 17
- Elemento normativo do tipo - V - 18
- Extinção da punibilidade - V - 3
- indevido - Excesso de exação - V - 17
- Lançamento - V - 17
- Provisoriedade - V - 3
- Suspensão - V - 3

TRUSTE - IV - 2

TUTELA

- administrativa - I - 45
- antecipada de bens jurídicos supra-individuais - V - 6
- coletiva - Administrativização - III - 30
- coletiva - Criminalização - III - 30
- do meio ambiente - I - 42
- jurídica do trabalho intelectual - VI - 27
- penal - I - 49; V - 6
- penal - Legitimidade - IV - 34
- penal - Obrigação civil - VI - 27
- penal - Propriedade intelectual - VI - 27
- penal da ordenação territorial - evolução - III - 24
- penal do meio ambiente - III - 22
- penal dos interesses supra-individuais - III - 2
- tributária - I - 45

TUTELA CIVIL E PENAL DO DIREITO DO AUTOR - Luiz Fernando Whitaker da Cunha - VI - 26

TUTELA JURÍDICO-PENAL DO SIGILO DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS - Luiz Regis Prado - V - 56

TUTELA PENAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO E O ART. 278 DO CP (A) - Sebastián Borges de Albuquerque Mello - III - 34

TUTELA PENAL DO PATRIMÔNIO GENÉTICO - Fernando A. N. Galvão da Rocha e Marcelo Dias Varella - III - 41

U

UBIQUIDADE

- Teoria - I - 27

UNIÃO

- Econômica e Monetária - IV - 4
- Europeia - IV - 4; IV - 21
- Europeia - Crime organizado - VI - 54
- Europeia - Crimes econômicos - Culpa - VI - 54
- Europeia - Crimes econômicos - Dolo - VI - 54
- Europeia - Crimes econômicos - Sanções - VI - 54
- Europeia - Direito comunitário - VI - 54
- Europeia - Direito penal econômico - VI - 54
- Européia - Falsificação de moeda - IV - 4
- Europeia - Pessoa jurídica - Responsabilidade - VI - 54
- Europeia - Pessoa jurídica - Sanções - VI - 54
- Europeia - Política criminal - VI - 54

UNIDADE

- de Conservação - **III** - 19
- de Conservação - Uso sustentável - **III** - 19
- do crime falimentar - **VI** - 15
- funcional - **I** - 34

UNIVERSALIZAÇÃO DA JURISDIÇÃO

- Princípio - **V** - 53

URBANISMO - **III** - 24; **III** - 26

- Conceito - **III** - 26
- Criminalização de ilícitos - **III** - 27
- Ilícitos administrativos - **III** - 27
- Objeto - **III** - 26
- Ordenação territorial - Distinções - **III** - 24
- Prevaricação - **III** - 27

URBANIZAÇÃO

- História - **III** - 26

USO INDEVIDO

- de informação privilegiada - **II** - 16
- de informação privilegiada - Ação física - **II** - 16
- de informação privilegiada - Ação penal - **II** - 16
- de informação privilegiada - Ausência de resultado - **II** - 16
- de informação privilegiada - Bem jurídico protegido - **II** - 16
- de informação privilegiada - Informação relevante - **II** - 16
- de informação privilegiada - Pena - **II** - 16
- de informação privilegiada - Sujeito ativo - **II** - 16
- de informação privilegiada - Sujeito passivo - **II** - 16

- de informação privilegiada - Tipo de injusto - **II** - 16
- de informação privilegiada - Tipo objetivo - **II** - 16
- de informação privilegiada - Valores mobiliários - **II** - 16
- de nome comercial - **II** - 43

USURA

- Direito Romano - **II** - 38
- Dívida externa - **I** - 16
- Etimologia - **II** - 38
- Histórico - **II** - 38
- Jurisprudência - **II** - 36
- Legislação - **II** - 36
- monetária - Conceito - **II** - 36
- real - Conceito - **II** - 36

UTILIZAÇÃO (DISTORCIDA) DOS DELITOS DE COLARINHO BRANCO NOS PARADIGMAS ANTIEMPÍRICOS (A) - Alfonso Serrano Maíllo - **II** - 13

V

VALIDADE CONDICIONAL - **V** - 7VALOR TRIBUTÁVEL - **V** - 12

- Preço - **V** - 12

VALORES

- éticos e sociais - Teoria da proteção - **I** - 54
- morais - **I** - 49

VALORES DE LA ACCIÓN Y BIENES JURÍDICOS - Mariano Melendo Pardos - **I** - 54VARAS CRIMINAIS FEDERAIS ESPECIALIZADAS - **IV** - 29

**VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS
COMO PRESSUPOSTOS PARA A
EFETIVA CRIMINALIZAÇÃO NO
SISTEMA PENAL BRASILEIRO**
(As) - Claudio Alberto Gabriel
Guimarães e Davi Uruçu Rego -
I - 19

VEGETAÇÃO - III - 8

- Tipos - III - 8

VIA ADMINISTRATIVA

- Prévio exaurimento - V - 3

VIDA - III - 47

- Bem jurídico - III - 17
- humana - III - 42
- humana - Começo - III - 42
- humana - Definição - III - 37
- humana - Proteção jurídica - III - 42

VIOLAÇÃO

- de direito autoral - VI - 16; VI - 20; VI - 21; VI - 27
- de direito autoral - Amplitude do termo - VI - 21
- de direito autoral - Jurisprudência - VI - 23
- de direito autoral - Posição da doutrina - VI - 23
- de direito autoral - Processo penal - VI - 23
- de direito penal - Estrutura processual penal - VI - 23
- de patente - VI - 20
- de privilégio - VI - 20
- de privilégio de invenção - VI - 20
- de segredo - II - 46
- de segredo de fábrica - II - 43
- de sigilo - VI - 22
- de sigilo - Antijuridicidade - VI - 22

- de sigilo - Autoria - VI - 22
- de sigilo - Bem jurídico protegido - VI - 22
- de sigilo - Causas de justificação - VI - 22
- de sigilo - Concurso - VI - 22
- de sigilo - Participação - VI - 22
- de sigilo - Punibilidade - VI - 22
- de sigilo - Sistemática - VI - 22
- de sigilo - Tipo do injusto - VI - 22
- de sigilo - Tipo objetivo - VI - 22
- de sigilo - Tipo subjetivo - VI - 22
- de sigilo laboral - VI - 22
- de sigilo profissional - VI - 22

**VIOLAÇÃO AO SIGILO
BANCÁRIO EM FACE DA
PROTEÇÃO DA VIDA PRIVADA**
(A) - Juarez Tavares - V - 55

**VIOLAÇÃO DE DIREITO
AUTORAL - ASPECTOS
PROCESSUAIS PENAIIS -**
Christiano Gonçalves Paes Leme
- VI - 23

VIOLÊNCIA - I - 34; I - 48

- arbitrária - Crime - IV - 2

**VIRTUALIZAÇÃO DA
INFORMAÇÃO - VI - 31**

VISTO JUDICIAL - VI - 6

VÍTIMA DE EXTORSÃO

- Fundo de apoio - VI - 32

**VITIMOLOGIA E CRIME
ORGANIZADO - Luiz Carlos
Rodrigues Duarte - VI - 48**

VONTADE

- Agente - I - 45
- comum - I - 48

VULNERABILIDADE DA
TECNOLOGIA

- Comunicação - VI - 29
- Crimes cibernéticos - VI - 29
- Informação - VI - 29

W

WELFARE STATE - II - 20

White collar crime - II - 3; II - 5; II - 17; II - 19; II - 20

Z

ZIGOTO HUMANO - III - 43

